
Companhia Sulamericana de Distribuição

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Índice

Relatório da administração	04
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	07
Demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	7
1 – Informações gerais	7
2 – Resumo das principais políticas contábeis	7
2.1 – Base de preparação	7
2.2 – Adoção inicial IFRS 16 CPC 06(R2)	9
2.3 – Consolidação	10
2.4 – Caixa e equivalentes de caixa	10
2.5 – Ativos financeiros	10
2.5.1 – Classificação	10
2.5.2 – Reconhecimento e mensuração	11
2.5.3 – Impairment de ativos financeiros	11
2.5.3 – Compensação de instrumentos financeiros	11
2.6 – Contas a receber	11
2.7 – Estoques	12
2.8 – Títulos públicos estaduais - precatórios	12
2.9 – Ativos intangíveis	12
2.10 – Imobilizado	13
2.11 – Impairment de ativos não financeiros	14
2.12 – Contas a pagar aos fornecedores	14
2.13 – Verbas comerciais de fornecedores	14
2.14 – Empréstimos	15
2.15 – Provisões	15
2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	16
2.17 – Capital social	16
2.18 – Reconhecimento da receita	16
2.19 – Arrendamento	17
2.20 – Benefícios a empregados - participação dos lucros	18
2.21 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos	18
2.22 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	20
2.23 – Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	20
3 – Gestão de risco	21
3.1 – Gestão de risco financeiro	21
3.2 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros	22
3.3 – Gestão de risco de capital	23
4 – Instrumentos financeiros por categoria – consolidado	24
5 – Estimativa do valor justo	24
6 – Caixa e equivalentes de caixa	24
7 – Contas a receber	25
8 – Estoques	26
9 – Adiantamentos	27
10 – Outros ativos	28
11 – Títulos públicos estaduais	28
12 – Tributos diferidos	28

13 – Investimentos	30
14 – Arrendamentos	31
15 – Imobilizado	37
16 – Intangível.....	39
17 – Empréstimos e financiamentos	41
18 – Fornecedores	44
19 – Impostos e contribuições a recolher	44
20 – Parcelamento de impostos	45
21 – Provisões para contingências.....	46
22 – Outros passivos	48
23 – Patrimônio líquido.....	49
24 – Receita de vendas	51
25 – Despesa por natureza	51
26 - Outras receitas, líquidas	52
27 – Resultado financeiro	53
28 – Despesa de imposto de renda e contribuição social	53
29 – Transações com partes relacionadas	54
30 – Informações sobre os segmentos	57
31 – Seguros	59
32 – Eventos subsequentes	59

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Sulamericana de Distribuição (“CSD”) encerrou o exercício de 2019 com um crescimento de dois dígitos nas vendas e no seu EBITDA ajustado. Conseqüentemente, apresentou uma melhor rentabilidade, fortalecida pela sua presença e consistência, estabelecida como o principal varejista regional no mercado brasileiro, através de uma gestão estratégica de posicionamento em localidades onde a Companhia possui liderança e experiência em suas operações através das bandeiras Cidade Canção, Amigão, São Francisco e Stock Atacadista.

Neste contexto, fizemos importantes avanços, apesar de um cenário econômico que continua desafiador e ainda de um consumo das famílias fortemente impactado pelos altos índices de desemprego. A nossa receita bruta teve um crescimento de 11,6% em relação ao ano anterior, encerrando 2019 com R\$ 2,5 bilhões.

Registramos um crescimento do EBITDA ajustado da ordem de R\$ 159,7 milhões representando uma margem de 6,6% da receita líquida, com crescimento de 61,1% comparado ao ano anterior. O lucro líquido foi de R\$ 53,1 milhões, com crescimento de 14,0% em relação ao ano anterior.

Principais Indicadores Operacionais e Financeiros (valores em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	Δ%
Receita bruta	2.548.334	2.283.779	11,6%
Receita líquida de vendas	2.408.721	2.160.321	11,5%
Lucro bruto	663.248	588.879	12,6%
Margem bruta	27,5%	27,3%	+0,02pp
Lucro líquido	53.130	46.607	14,0%
Margem líquida	2,2%	2,2%	-
EBITDA	172.547	121.035	42,6%
Margem EBITDA	7,2%	5,6%	+1,6pp
EBITDA Ajustado	159.680	99.135	61,1%
Margem EBITDA Ajustado	6,6%	4,6%	+2,0pp

Neste exercício de 2019 adicionamos à nossa base de lojas cinco novas unidades, sendo quatro no segmento de varejo, e uma no segmento de atacarejo, perfazendo assim 55 lojas (52 no varejo e 3 no atacarejo) operando em 26 municípios nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, confirmando a assertividade da estratégia de expansão no nosso modelo de atendimento, canais de distribuição e eficiência operacional. Adicionalmente e seguindo nossa proposta de renovação e reforma ampla de lojas, revitalizamos completamente duas de nossas lojas, o que nos garante melhoria na qualidade e na apresentação dos nossos produtos e serviços.

Desde 2017, desenvolvemos uma plataforma de e-commerce integrada com nossa rede de supermercados, atuando no formato delivery (entrega à domicílio), atendendo 9 cidades e também com o sistema de “Clique e Retire” (compra pela internet e retirada na loja), com equipe própria para fazer a separação e entrega dos produtos. Nossa plataforma oferece toda a variedade de produtos de nossos supermercados por meio de uma moderna interface de compras on-line e de atendimento pós compra. Estamos implementando ainda um projeto piloto em parceria com aplicativo para entregas, o que nos dará maior agilidade também para atendimento aos nossos clientes.

Nos orgulhamos do desenvolvimento do nosso programa de fidelidade que nos garante um conhecimento diferenciado dos hábitos de consumo de nossos clientes e nos permite atender com maior foco as suas necessidades específicas. O Clube+, nossa plataforma de vantagens, já está robusto e assim demos um grande passo na construção de um portfólio mais aderente às necessidades dos clientes, além de fortalecer o poder de escolha dos consumidores, o que garante uma melhor oferta de produtos e serviços. Deste modo, estamos atentos e continuaremos a fortalecer e progredir em nossa estratégia de transformação digital em um processo contínuo de evolução integrada de soluções online e offline, pois, entendemos que esse é o futuro e ainda a tendência global do varejo alimentar.

Entendemos nossa importância e contribuição para com a sociedade, e assim nossas diretrizes socioambientais iniciaram com a criação do Instituto São Francisco que ao longo dos anos cresceu com as bandeiras Cidade Canção, Amigão e Stock. Os institutos são organizações sem fins lucrativos e têm como foco principal o atendimento de necessidades e benefícios das comunidades onde a CSD atua, propiciando melhoria na qualidade de vida, inclusão social e desenvolvimento local.

A CSD tem a meta de cumprir seu compromisso como uma organização socialmente responsável, fundamentada em padrões de excelência em suas relações com colaboradores, clientes e fornecedores. Como contribuição para o meio ambiente, os institutos da CSD se dedicam aos projetos pontuais que contribuem para a sustentabilidade, atuando em frentes que fazem a gestão de resíduos e trabalham o tema do consumo consciente. Desde 2008, com a criação do Programa Recicla Óleo, temos o objetivo principal de conservação dos recursos hídricos e conscientização da importância de se preservar o meio ambiente para a geração atual e futuras. O óleo coletado é vendido e transformado em biodiesel e o montante gerado dessa negociação é utilizado para beneficiar uma entidade social. Os ecopontos estão localizados nas lojas da CSD e, desde o início do programa, já beneficiou mais de 30 entidades.

A gestão de resíduos também foi implementada desde 2008 para administrar os resíduos gerados pelas lojas através do processo de logística reversa. Sendo assim, a prática da reciclagem destina de forma correta e responsável os materiais que contaminam o ambiente, diminuindo o impacto negativo e as retiradas de matérias-primas da natureza, o que gera economia de água e energia, além de possibilitar a confecção de novos produtos.

As ações que envolvem pessoas englobam o público interno (colaboradores) e externo (fornecedores, clientes e comunidade) são pautados nos aspectos importantes que condizem com os valores da companhia. Respeito pelas pessoas é um valor forte que resume a maneira como trabalhamos e se traduz, principalmente, com a diversidade e a nossa preocupação com a inclusão social. Em 2019, contabilizamos que a maior parte dos nossos colaboradores são mulheres e evoluímos também no número de contratações de colaboradores com deficiência e de aprendizes. Desta forma, temos a convicção de que podemos e devemos gerar impactos positivos, e, portanto, contribuir para uma sociedade mais inclusiva e representativa.

O ano de 2020 iniciou-se com uma grave crise global de saúde causada pela doença COVID-19, sendo que o epicentro se instalou primeiramente na China e rapidamente se espalhou por toda a Europa, chegando acometer o Brasil de forma mais intensa no início do mês de março. A partir de então, diversas ações do Ministério da Saúde foram implantadas em parcerias com os Governos Estaduais e Municipais, sendo que as medidas mais recomendadas pelas agências de saúde mundial, em sintonia com a experiência vivida na China e Europa, foi o do isolamento social total. Segundo essas agências, estas iniciativas produzem impacto severo na ruptura de propagação da doença. Assim, a maioria das atividades econômicas foram suspensas, ficando em funcionamento aquelas consideradas como atividades essenciais, em que a CSD está incluída.

Os impactos financeiros e operacionais futuros provocados pelo COVID – 19 na economia em geral e na Companhia são, neste momento, de difícil mensuração. A Administração tem tomado ações para preservar a integridade de pessoas e ativos, bem como manter a continuidade dos seus negócios em plena atividade. Entre as ações em andamento, a administração decidiu adotar temporariamente e de forma preventiva o afastamento dos colaboradores integrantes do grupo de risco, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS e optou pela modalidade de trabalho remoto para uma parcela do seu pessoal administrativo. Adicionalmente, atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia continua, na data destas demonstrações financeiras, com suas operações em seus 55 pontos de vendas, centros de distribuição e escritório em pleno funcionamento, uma vez que está incluída nos decretos federais e municipais como atividade essencial.

No decorrer do ano de 2020, a CSD avaliará com maiores detalhes e previsão os efeitos da COVID-19 na economia e em nossos negócios. Sabemos que esses efeitos trarão um impacto significativo, mas temos a convicção que nossa sociedade poderá sair mais fortalecida e assim continuaremos com nosso empenho e estratégia para executar nosso plano de expansão para 2020.

Contamos com uma equipe extremamente engajada, com mais de 8.000 funcionários, e com a confiança e apoio de nossos acionistas e Conselho de Administração, bem como, e mais do que nunca, com a nossa constante parceria com nossos fornecedores.

Enfatizamos principalmente o nosso especial agradecimento aos nossos clientes, por confiar todos os dias em nossa Companhia.

Carlos Alberto Tavares Cardoso - Diretor Presidente da CSD



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Sulamericana de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Sulamericana de Distribuição ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Sulamericana de Distribuição e da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

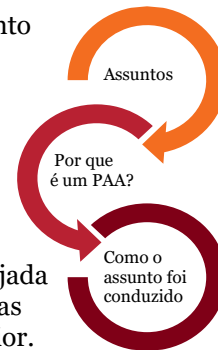
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela inclusão de PAA sobre a adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, que mereceu maior foco em nossa auditoria do exercício corrente.



Porque é um PAA

Teste de impairment de ágio (Nota 16)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 302.658 mil registrado como ágio advindo de combinação de negócios e incorporação de ações quando da criação da Companhia, ocorridas em anos anteriores.

Consideramos o teste de impairment de ágio como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo de ágio (*goodwill*) registrado e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos em relação a estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação das projeções de fluxos de caixa da Companhia.

Conferimos a coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa. Com o apoio de especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxas de crescimento e de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados pela administração da Companhia, dados de mercado, quando disponíveis, e projeções de anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos, ainda, análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Adoção inicial do pronunciamento contábil CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

Conforme divulgado nas notas 2.2 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui contratos de arrendamento de terrenos, imóveis e lojas na sua região de atuação, que foram caracterizados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção dessa nova norma resultou no reconhecimento contábil de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento nos montantes de R\$ 160.228 mil no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019, data da adoção inicial.

Devido ao julgamento significativo envolvido na definição dos prazos de arrendamento e a complexidade envolvida na determinação das premissas utilizadas para determinação da taxa incremental de juros, assim como a relevância das divulgações dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria de 2019.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação dos controles internos e processos implementados pela administração para adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos dos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento.

Obtivemos a planilha de cálculo dos impactos iniciais da adoção da norma e, com base em uma amostra de contratos, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma, bem como avaliamos a taxa de desconto utilizada e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas sobre o assunto.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração na mensuração do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Sulamericana de Distribuição

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 31 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3

Companhia Sulamericana de Distribuição

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.749	80.629	47.721	82.049	Fornecedores	18	279.491	243.203	279.491	243.203
Contas a receber	7	180.558	156.761	181.759	161.261	Empréstimos e financiamentos	17	47.016	38.280	52.958	43.646
Estoques	8	243.648	208.687	267.657	224.926	Passivos de arrendamento	14	37.787		37.787	
Adiantamentos		15.348	3.492	15.466	3.623	Salários e encargos sociais		21.744	18.235	21.745	18.265
Impostos e contribuições a recuperar		26.387	28.089	26.410	28.121	Provisões trabalhistas		32.124	31.602	32.124	31.616
Outros ativos	10	7.689	5.193	7.691	5.194	Impostos e contribuições a recolher	19	20.295	18.901	20.864	19.805
		<u>519.379</u>	<u>482.851</u>	<u>546.704</u>	<u>505.174</u>	Parcelamento de impostos	20	4.213	4.554	4.213	4.554
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	29	7.024	6.571	-	-
Contas a receber					1.200	Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar		23.499	22.838	23.499	22.838
Depósitos judiciais	21	7.416	10.130	7.416	10.130	Outros passivos circulantes	22	35.578	42.238	35.692	43.243
Partes relacionadas		77.014	72.367	77.014	72.367			<u>508.771</u>	<u>426.422</u>	<u>508.373</u>	<u>427.170</u>
Outros ativos	10	5.089	3.965	5.092	3.967	Não circulante					
		<u>89.519</u>	<u>86.462</u>	<u>89.522</u>	<u>87.664</u>	Empréstimos e financiamentos	17	68.719	114.335	88.313	139.073
Investimentos	13	34.249	36.949		-	Passivos de arrendamento	14	152.448		152.448	
Ativos de direito de uso	14	179.940		179.940	-	Parcelamento de impostos	20	4.087	6.218	4.087	6.218
Imobilizado	15	196.136	187.411	202.662	201.586	Impostos e contribuições a recolher	19	56.698		56.698	
Intangível	16	312.014	310.365	312.014	310.365	Tributos diferidos	12	47.659	36.422	47.659	36.422
		<u>811.858</u>	<u>621.187</u>	<u>784.138</u>	<u>599.615</u>	Provisões	21	58.765	119.216	58.765	119.216
Total do ativo						Total do passivo					
		<u>1.331.237</u>	<u>1.104.038</u>	<u>1.330.842</u>	<u>1.104.789</u>	Outros passivos	22	876	3.884	876	3.883
								<u>408.846</u>	<u>304.812</u>	<u>408.846</u>	<u>304.812</u>
						Total do passivo		<u>917.617</u>	<u>731.234</u>	<u>917.219</u>	<u>731.982</u>
						Patrimônio líquido	23				
						Atribuído aos acionistas da controladora					
						Capital social		344.267	333.081	344.267	333.081
						Reserva legal		8.547	5.891	8.547	5.891
						Reserva de lucros		60.806	33.832	60.806	33.832
								<u>413.620</u>	<u>372.804</u>	<u>413.620</u>	<u>372.804</u>
						Participação dos não controladores		-	-	3	3
						Total do patrimônio líquido		<u>413.620</u>	<u>372.804</u>	<u>413.623</u>	<u>372.807</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.331.237</u>	<u>1.104.038</u>	<u>1.330.842</u>	<u>1.104.789</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações continuadas					
Receita	24	2.408.509	2.157.796	2.408.721	2.160.321
Custo das mercadorias vendidas	25	(1.745.473)	(1.569.572)	(1.745.473)	(1.571.442)
Lucro bruto		<u>663.036</u>	<u>588.224</u>	<u>663.248</u>	<u>588.879</u>
Despesas com vendas	25	(344.841)	(280.927)	(344.841)	(280.927)
Despesas gerais e administrativas	25	(265.602)	(270.195)	(264.486)	(269.224)
Resultado da equivalência patrimonial	13	479	909	-	-
Outras receitas operacionais líquidas	26	<u>68.772</u>	<u>59.658</u>	<u>68.798</u>	<u>59.658</u>
Lucro operacional		<u>121.844</u>	<u>97.669</u>	<u>122.719</u>	<u>98.386</u>
Receitas financeiras		6.168	11.318	6.233	11.402
Despesas financeiras		(56.989)	(47.018)	(56.913)	(46.926)
Resultado financeiro, líquido	27	<u>(50.821)</u>	<u>(35.700)</u>	<u>(50.680)</u>	<u>(35.524)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>71.023</u>	<u>61.969</u>	<u>72.039</u>	<u>62.862</u>
Imposto de renda e contribuição social	28				
Corrente		(6.656)	(5.275)	(7.672)	(6.168)
Diferidos		<u>(11.237)</u>	<u>(10.087)</u>	<u>(11.237)</u>	<u>(10.087)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>53.130</u>	<u>46.607</u>	<u>53.130</u>	<u>46.607</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,16	0,15		

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>53.130</u>	<u>46.607</u>	<u>53.130</u>	<u>46.607</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>53.130</u></u>	<u><u>46.607</u></u>	<u><u>53.130</u></u>	<u><u>46.607</u></u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora					Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2018		326.163	3.560	12.393	-	342.116	3	342.119
Integralização de capital	23	6.918	-	-	-	6.918	-	6.918
Lucro líquido do exercício		-	-	-	46.607	46.607	-	46.607
Constituição de reserva legal		-	2.331	-	(2.330)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	(22.838)	(22.838)	-	(22.838)
Transferência entre reservas		-	-	21.439	(21.439)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>333.081</u>	<u>5.891</u>	<u>33.832</u>	<u>-</u>	<u>372.804</u>	<u>3</u>	<u>372.807</u>
Integralização de capital	23	11.186	-	-	-	11.186	-	11.186
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.130	53.130	-	53.130
Constituição de reserva legal		-	2.656	-	(2.656)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	(23.499)	(23.499)	-	(23.499)
Transferência entre reservas		-	-	26.975	(26.975)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>344.267</u>	<u>8.547</u>	<u>60.806</u>	<u>-</u>	<u>413.620</u>	<u>3</u>	<u>413.623</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		71.023	61.969	72.039	62.862
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	25	49.828	22.649	49.828	22.649
Crédito de ICMS ST MVA não realizado	25	(7.265)	(13.161)	(7.265)	(13.161)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(479)	(909)	-	-
Resultado de ativos baixados	15/16	390	800	390	802
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	11.353	2.640	11.353	2.640
Provisão para perda de crédito esperada	7	(6)	(625)	(6)	(625)
Encargos arrendamento	14	18.113	-	18.113	-
Encargos financeiros, líquidos	17	11.268	17.871	15.015	23.323
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(23.790)	(29.044)	(20.492)	(28.544)
Estoques		(34.961)	(12.429)	(34.961)	(10.769)
Depósitos judiciais		2.714	(2.339)	2.714	(2.339)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(7.827)	(9.693)	(6.607)	(4.694)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		36.288	37.830	36.288	37.830
Salários e encargos sociais		4.031	886	3.987	831
Impostos e contribuições a recolher		(281)	(103)	(456)	(1.076)
Parcelamento de impostos		(2.472)	(63)	(2.472)	(63)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(24.857)	(558)	(21.177)	3.265
Caixa gerado nas operações					
Juros pagos	17	103.070	75.721	116.291	92.931
Imposto de renda e contribuição social pagos	28	(7.714)	(17.095)	(9.605)	(19.229)
		(4.981)	(4.520)	(6.157)	(4.895)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
		90.375	54.106	100.529	68.807
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adições aos intangíveis	16	(3.074)	(182)	(3.074)	(182)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	15	(34.685)	(32.435)	(34.807)	(40.085)
Dividendos recebidos		3.179	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
		(34.580)	(32.617)	(37.881)	(40.267)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		11.186	6.918	11.186	6.918
Pagamento de arrendamentos	14	(42.100)	-	(42.100)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	17	-	123.539	-	123.539
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(36.800)	(113.873)	(43.224)	(120.759)
Pagamento de empréstimo mútuo		(123)	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	23	(22.838)	(10.826)	(22.838)	(10.826)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento					
		(90.675)	5.758	(96.976)	(1.128)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício					
		(34.880)	27.247	(34.328)	27.412
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		80.629	53.382	82.049	54.637
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
		45.749	80.629	47.721	82.049

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração do valor adicionado

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de mercadorias	2.543.928	2.277.796	2.543.928	2.280.596
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(6)	656	(6)	656
Outras receitas	53.395	55.352	54.072	55.478
	<u>2.597.317</u>	<u>2.333.804</u>	<u>2.597.994</u>	<u>2.336.730</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(1.744.044)	(1.581.211)	(1.744.044)	(1.582.435)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	(247.992)	(224.935)	(246.835)	(223.918)
	<u>(1.992.036)</u>	<u>(1.806.146)</u>	<u>(1.990.879)</u>	<u>(1.806.353)</u>
Valor adicionado bruto	605.281	527.658	607.115	530.377
Depreciação e amortização	(49.828)	(22.649)	(49.828)	(22.649)
	<u>555.453</u>	<u>505.009</u>	<u>557.287</u>	<u>507.728</u>
Valor adicionado líquido produzido				
Equivalência patrimonial	479	909	-	-
Receitas financeiras	6.168	11.318	6.233	11.402
Outros	2.462	2.154	2.462	2.155
	<u>564.562</u>	<u>519.390</u>	<u>565.982</u>	<u>521.285</u>
Colaboradores	(247.733)	(216.869)	(247.736)	(217.413)
Remuneração direta	(209.901)	(189.138)	(209.901)	(189.629)
Participações	(10.989)	(3.554)	(10.989)	(3.554)
Benefícios	(11.896)	(10.775)	(11.896)	(10.771)
Encargos	(14.947)	(13.402)	(14.950)	(13.459)
Impostos, taxas e contribuições	(196.509)	(167.776)	(198.003)	(169.219)
Federais	(140.656)	(120.702)	(142.106)	(122.099)
Estaduais	(54.036)	(45.042)	(54.037)	(45.042)
Municipais	(1.817)	(2.032)	(1.860)	(2.078)
Financiamentos externos	(67.191)	(88.138)	(67.114)	(88.046)
Juros	(57.972)	(48.310)	(57.895)	(48.218)
Aluguéis	(9.219)	(39.828)	(9.219)	(39.828)
Remuneração capitais próprios	(53.129)	(46.607)	(53.129)	(46.607)
Juros sobre capital próprio	(23.499)	(22.838)	(23.499)	(22.838)
Lucros retidos	(29.630)	(23.769)	(29.630)	(23.769)
Valor adicionado distribuído	<u>(564.562)</u>	<u>(519.390)</u>	<u>(565.982)</u>	<u>(521.285)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Sulamericana de Distribuição, em conjunto com a controlada direta Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e controlada indireta Pighes Empreendimentos e Participações Ltda. (a “Companhia” ou “CSD” ou “Grupo”) com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A CSD tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar, eletroeletrônicos e outros produtos, atuando através do formato de supermercados. A CSD possui em seu portfólio as bandeiras "Cidade Canção", "São Francisco", "Amigão" e "Stock". A Incomar possui como atividade a incorporação de imóveis, construção de imóveis, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, sejam eles residenciais ou comerciais, terrenos ou frações ideais, locação e administração de bens imóveis. A Pighes tem como objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza e aluguel de imóveis próprios, residenciais e não residenciais.

A Companhia foi constituída em 30 de dezembro de 2009, com capital social de R\$ 10.

Em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações representativas do capital social das empresas Évora Comercial de Gêneros Alimentícios S.A. ("Évora") e Supermercados Cidade Canção S.A. ("Cidade Canção"). Em 30 de junho de 2010, ocorreu a incorporação das então subsidiárias integrais Évora e Cidade Canção pela CSD.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía 8.289 funcionários (não auditado), 55 lojas (não auditado) e atuava em 26 cidades do interior dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul (não auditado), utilizando uma infraestrutura logística formada pelo Centro de Distribuição de Paiçandu de 30 mil metros quadrados (não auditado) e o Centro de Distribuição na cidade de Lins com 5 mil metros quadrados (não auditado).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.21.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga espontaneamente a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, conforme requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, e, portanto, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguir, indicamos as alterações de políticas contábeis que foram adotadas pela primeira vez para o exercício de 2019.

IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 2.2.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras, exceto pela reclassificação de passivos já registrados em Provisões para litígios para a Obrigações tributários no passivo não circulante no montante de R\$ 53.870 em 1º de janeiro de 2019. As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, estão divulgados nas Notas 2.21, 19 e 21, respectivamente.

Não há outras normas que entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e que tiveram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2 Adoção inicial IFRS 16 / CPC 06(R2)

O Grupo adotou o IFRS 16/CPC 6 (R2) de forma retrospectiva simplificada a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos do Grupo, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado pelo valor do passivo de arrendamento. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019. As novas políticas contábeis estão divulgadas nas Notas 14 e 2.19.

Na adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária e utilizando-se o prazo de cada contrato remanescente para identificar as taxas utilizadas. A taxa incremental sobre empréstimos foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado do Grupo em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros, o Grupo reconheceu o valor contábil do ativo e do passivo de arrendamento imediatamente antes da transição ao valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial. Os princípios de mensuração do IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicam-se apenas após esta data. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso imediatamente após a data da aplicação inicial.

(a.1) Expedientes práticos aplicados

Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- uso de uma taxa única de desconto durante a vigência de um contrato em uma carteira de

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamentos com características razoavelmente similares;

- . contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- . exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e
- . utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob a categoria mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes e de administradores de cartões pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. O Grupo mantém as contas a receber de

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre o volume de compra, ações de *marketing*, reembolso de custos, dentre outros.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor de venda e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (PCE) ou *impairment*.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, sendo ajustado por provisão para realização de bonificações nos estoques e para perdas e quebras, as quais são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência. Na controlada Incomar, os estoques compreendem os terrenos e imóveis destinados à venda.

2.8 Títulos públicos estaduais – precatórios

A Companhia classifica os precatórios adquiridos como instrumentos financeiros na categoria de mensurados pelo custo amortizado, ajustados por provisão para *impairment* quando a administração possui dúvidas quanto a sua recuperabilidade (Nota 11).

2.9 Ativos intangíveis

(a) Ágio

Atualmente a Companhia possui ágios decorrentes das seguintes operações:

Como resultado da incorporação da totalidade das ações da Évora e Cidade Canção, gerou diferença positiva entre o valor do patrimônio líquido daquelas empresas e o valor justo dos ativos e passivos das mesmas no momento de sua avaliação. O ágio de incorporação das ações de controladas é registrado como "Ativo intangível", sua amortização para fins fiscais foi esgotada em 2017. Para o registro contábil da formação da Joint Venture CSD em 2010, quando da associação das duas redes varejistas, a administração definiu a política contábil de registrar os ativos e passivos ao valor justo.

Adicionalmente, foi apurado ágio na aquisição da rede Amigãolins Supermercado S.A. decorrente da aquisição de participação de 100% do capital desta empresa em 18 de agosto de 2014. O goodwill foi registrado por expectativa de rentabilidade futura de acordo com os laudos contábeis considerando o valor justo do patrimônio líquido da controlada.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas, sendo este contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(b) Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor justo na aquisição e são consideradas como intangível de vida útil indefinida

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) **Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(d) **Fundos de comércio**

Os fundos de comércio adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos fundos de comércio durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

(e) **Direitos sobre pontos comerciais (“Luvas”)**

Os direitos sobre pontos comerciais (luvas) adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos direitos sobre as luvas durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

2.10 **Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em propriedades de terceiros é efetuada de acordo com o período dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizadas as lojas da CSD. Quanto a depreciação dos outros ativos, calcula-se usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil média estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em propriedades de terceiros (conforme prazos contratuais)	9
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	10
Computadores e periféricos	5
Edificação	20
Móveis e utensílios	15

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Verbas comerciais de fornecedores

As verbas comerciais recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados entre a Companhia e os fornecedores, registradas ao resultado quando os correspondentes estoques são recebidos no Centro de Distribuição ou Lojas. Outros tipos de verbas comerciais são levadas a resultado quando da venda das respectivas mercadorias, momento em que as margens dos produtos vendidos são apuradas.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Verbas comerciais podem ser relativas a volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros. As verbas de rebaixa de custo atreladas ao pedido de compra e as verbas de rebaixa de preço são reconhecidas como redutoras do custos da Companhia. As verbas de logística, ponto extra, marketing, inauguração e reinauguração são reconhecidas como outras receitas. Todos os tipos de verbas comerciais são registradas como contas a receber de fornecedores.

Contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber das verbas, depósito em conta corrente e ou pela bonificação de mercadorias.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após o reconhecimento inicial, o passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida, mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de produtos alimentícios. As vendas de mercadorias são reconhecidas quando é vendido um produto para o cliente, ou seja, quando o controle sobre os produtos é transferido ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de débito ou crédito ou ainda, por meio de cheques. Além do varejo, a Companhia também atua nos segmentos de atacarejo e vendas Web.

(b) Venda de mercadorias - programa de fidelidade de clientes

A Companhia opera um programa de fidelidade no qual os clientes de varejo ganham descontos diretamente no momento da realização da compra, não possuindo nenhuma regra comercial ou de pontuação pré-estabelecida para a concessão de descontos nas compras dos produtos nos canais de vendas. A receita da venda já é reconhecida líquida do desconto dado ao cliente.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamentos

O Grupo adotou a política contábil para arrendamentos nos quais o Grupo é o arrendatário em 2019. A nova política está descrita na Nota 14 e o impacto da mudança na Nota 2.2.

Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos nos quais o Grupo detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento era alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, fosse obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, eram incluídas em empréstimos e por sua vez, os juros das despesas financeiras eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento. O ativo imobilizado adquirido em arrendamentos financeiros era depreciado ao longo da vida útil do ativo ou ao longo do prazo do arrendamento, dos dois o menor, caso não houvesse certeza razoável de que o grupo iria obter a posse sobre o ativo ao final do prazo do arrendamento.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais, quando o Grupo não detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais, quando o Grupo atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. O Grupo não identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus ativos arrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos.

2.20 Benefícios a empregados - participação dos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma estimativa e cálculos que levam em consideração o resultado atribuível aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na (Nota 2.11). Durante o exercício de 2019, e com base nas estimativas da administração, não houve determinação de valores de perdas imputáveis ao ágio (Nota 16 (b)).

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos os custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Créditos tributários

O Grupo reconhece créditos tributários principalmente relacionados a ICMS, ICMS Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS baseada na análise da legislação vigente e da jurisprudência atualizada, reforçada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.

(d) Determinação do prazo de arrendamento e da taxa incremental

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de lojas de varejo e atacado, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, no caso de dividendos ou pelo Conselho de Administração, no caso de juros sobre capital próprio.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.23 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Estrutura Conceitual:** em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:
 - aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
 - restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
 - definição de entidade;
 - revisão das definições de ativo e passivo;
 - remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desconhecimento;
 - inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
 - afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica, deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas e de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

- **Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors":** em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

- **Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations":** em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3 Gestão de risco

3.1 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas à diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros. O resultado e seus fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter o maior número possível de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e com administradoras de cartões. Este risco é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia serem realizadas em dinheiro e por meio de cartões de débito e crédito. Com relação aos cheques pré-datados, são considerados os indicativos de perdas históricas no estabelecimento de uma provisão para perdas (*impairment*).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	279.491	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.016	67.685	1.033	
Passivo de arrendamento	37.787	32.165	63.038	57.245
Partes relacionadas	7.024	13.572	6.022	
Outras contas a pagar	35.578	876	-	
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	243.203	-	-	
Empréstimos e financiamentos	38.280	45.249	69.086	
Outras contas a pagar	42.238	3.884	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	279.491	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	52.958	81.257	7.056	
Passivo de arrendamento	37.787	32.165	63.038	57.245
Outras contas a pagar	35.704	863	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	243.203	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	43.646	50.956	88.117	
Outras contas a pagar	43.243	3.883	-	-

3.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros. Para o cenário provável a taxa de juros ponderada foi de 5,95% ao ano.

O Grupo divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações	Risco Variação do CDI	Saldo em 31.12.2019	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
CRI – Certificados de recebíveis imobiliários	172% do CDI	(25.536)	(28.079)	(28.715)	(29.033)
Debêntures	140% do CDI	(58.362)	(63.093)	(64.276)	(64.868)
Finame	152% do CDI	(11.853)	(12.896)	(13.157)	(13.288)
Empréstimos bancários (capital de giro)	148% do CDI	(47.691)	(51.778)	(52.800)	(53.311)
		(143.442)	(155.846)	(158.948)	(160.500)
Equivalência de caixa	74% do CDI	47.721	49.766	50.277	50.533
Exposição líquida		(95.721)	(106.080)	(108.671)	(109.967)
Efeito líquido - perda		-	(10.359)	(12.950)	(14.246)

3.3 Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira no Consolidado podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	141.271	182.719
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(47.721)	(82.049)
Dívida líquida	93.550	100.670
Total do patrimônio líquido	413.623	372.807
Total do capital	507.173	473.477
Índice de alavancagem financeira - %	18	21

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria – consolidado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Classificados como Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	181.760	161.261
Depósitos judiciais	7.416	10.130
Partes relacionadas	77.014	72.367
Caixa e equivalentes de caixa	<u>47.721</u>	<u>82.049</u>
	<u>313.910</u>	<u>325.807</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Classificados como Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	141.271	182.719
Passivo de arrendamento	190.235	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>279.491</u>	<u>243.203</u>
	<u>610.997</u>	<u>425.922</u>

5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes (menos a perda (*impairment*)), partes relacionadas, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

As presentes demonstrações financeiras não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	1.860	2.017	1.860	2.017
Numerários em trânsito	11.675	17.575	11.675	17.575
Bancos conta movimento	6.489	4.202	6.781	4.301
Aplicações financeiras (i)	<u>25.724</u>	<u>56.835</u>	<u>27.405</u>	<u>58.156</u>
	<u>45.749</u>	<u>80.629</u>	<u>47.721</u>	<u>82.049</u>

- (i) São aplicações em renda fixa indexadas pela variação média de 50% a 98% do CDI, estão sujeitas a variações insignificantes de valor justo e podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, cuja intenção da administração é fazer uso destes recursos no curto prazo, ou seja, menos de 90 dias.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Administradoras de cartões (i)	83.721	70.143	83.721	70.143
Administradoras de cartões – partes relacionadas	36.613	32.447	36.613	32.447
Cheques pré-datados	26.994	27.315	26.994	27.315
Contas a receber de fornecedores (ii)	39.569	39.761	39.569	39.761
Contas a receber de fornecedores – relacionadas	347	347	347	347
Cartão - alimentação	28.636	18.367	28.636	18.367
Cartão – alimentação – partes relacionadas	9.111	8.652	9.111	8.652
Contas a receber de clientes	834	470	2.036	4.970
Contas a receber de clientes – relacionadas	247	-	257	-
Outros	1.135	1.030	1.135	1.030
Outros – partes relacionadas	282	-	282	-
Subtotal	180.889	157.086	182.091	161.586
Provisão para devedores duvidosos	(331)	(325)	(331)	(325)
	<u>180.558</u>	<u>156.761</u>	<u>181.760</u>	<u>161.261</u>

Não circulante

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber de clientes (iii)	-	1.200

- (i) Administradoras de cartões: As operações de cartão de crédito são recebidas normalmente dentro de um prazo de 30 dias.
- (ii) Contas a receber de fornecedores: este saldo é proveniente de acordos comerciais gerados através de transações correntes entre o Grupo e seus fornecedores e baseadas, principalmente, no volume de compras.
- (iii) Relativo a venda à terceiros do imóvel da controlada Incomar, concluída em 12 de dezembro de 2017 onde foi estabelecido nova loja da Companhia, localizada na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro, Maringá-PR.

As contas a receber têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	160.166	137.499	161.368	141.999
Vencidos até 30 dias	4.915	17.097	4.915	17.097
Vencidos de 31 a 60 dias	1.847	1.322	1.847	1.322
Vencidos de 61 a 90 dias	484	763	484	763
Vencidos de 91 a 120 dias	33	34	33	34
Vencidos acima de 121 dias	13.444	371	13.444	371
	<u>180.889</u>	<u>157.086</u>	<u>182.091</u>	<u>161.586</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(325)	(950)	(325)	(950)
Constituição de provisão	(6)		(6)	
Reversão de provisão		625		625
Em 31 de dezembro	<u>(331)</u>	<u>(325)</u>	<u>(331)</u>	<u>(325)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

A administração da Companhia decidiu não constituir provisão para PCE para a modalidade de contas a receber referente a venda com cartões, sendo que parcela substancial do saldo de contas a receber vencido a mais de 121 refere-se a esta modalidade e tem como contraparte uma parte relacionada. Conforme documento assinado entre as partes, os pagamentos dos títulos vencidos serão realizados ao longo do ano de 2020.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda	245.518	209.876	245.518	209.876
Ajuste a valor presente	(3.934)	(2.982)	(3.934)	(2.982)
Mercadorias para trocas	799	1.121	799	1.121
Mercadorias em trânsito	2.440	2.754	2.440	2.754
Estoque imobiliário – Incomar (i)	-	-	24.009	16.239
Outros	790	857	790	857
Provisões para perdas nos estoques (ii)	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>
	<u>243.648</u>	<u>208.687</u>	<u>267.657</u>	<u>224.926</u>

(i) Em 2019, houve na Controlada Incomar, a reclassificação do saldo de construção em andamento da Loja de Paiçandu do grupo de imobilizado para o grupo de estoque, uma vez que a intenção da administração desta controlada é vender o ativo assim que finalizado.

(ii) As provisões para perdas nos estoques são compostas pela estimativa de perda por diferenças de inventário.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(2.939)	(1.936)	(2.939)	(1.936)
Constituição de provisão		(1.003)		(1.003)
Reversão de provisão	974		974	
Em 31 de dezembro	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>

O ramo de atividade varejista, está sujeito a um processo de perdas de estoque provenientes de sua operação, seja por furtos, deterioração ou perecibilidade, dentre outras. Este processo é previsto e reconhecido inclusive pela RFB (Receita Federal do Brasil) que prevê um percentual aceitável para dedutibilidade deste tipo de perdas. Baseado no histórico dessas perdas, a Companhia constitui provisão, a qual, em média, está abaixo do patamar reconhecido pela RFB para o varejo.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 1.745.473 (2018 - R\$ 1.569.572).

Os terrenos registrados na subsidiária integral Incomar, estão diretamente relacionados a imóveis para comercialização com investidores dentro do padrão usual de negociações do setor imobiliário e encontram-se registrados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Não há ônus ou gravames sobre os estoques.

9 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento a funcionários	2.664	1.649	2.680	1.672
Adiantamento a fornecedores	673	1.834	774	1.942
Adiantamento para aquisição de novas Lojas (i)	12.000	-	12.000	-
Outros adiantamentos	12	9	12	10
	<u>15.349</u>	<u>3.492</u>	<u>15.466</u>	<u>3.624</u>

- (i) Trata-se de adiantamento para a compra de duas lojas na cidade de Votuporanga-SP.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante				
Valores a ressarcir (i)	1.500	2.575	1.500	2.575
Despesas do exercício seguinte	2.445	1.699	2.445	1.699
Ressarcimento de terceiros - seguros	1.682	-	1.682	-
Operações bancárias cessões de créditos	1.073	-	1.073	-
Aluguéis a receber	453	458	453	458
Investimentos bancários (cotas de capital)	477	456	477	456
Outros	59	5	61	5
	<u>7.689</u>	<u>5.193</u>	<u>7.691</u>	<u>5.194</u>
Não circulante				
Adiantamento de aluguéis	1.525	1.675	1.525	1.675
Impostos a recuperar	2.869	1.153	2.872	1.153
Empréstimos a receber	-	-	-	2
Seguros a apropriar	69	714	69	714
Consórcios	626	423	626	423
	<u>5.089</u>	<u>3.965</u>	<u>5.092</u>	<u>3.967</u>
	<u>12.778</u>	<u>9.158</u>	<u>12.783</u>	<u>9.161</u>

- (i) Referem-se a desembolsos por pagamentos de despesas pertencentes aos antigos acionistas da rede adquirida Amigão, que serão amortizados com os valores retidos para pagamento conforme descrito na (Nota 22).

11 Títulos públicos estaduais

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor de face dos precatórios adquiridos	12.165	12.165
(-) Deságio obtido na aquisição dos precatórios	(6.976)	(6.976)
(-) Provisão para perdas na realização dos precatórios	(5.189)	(5.189)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Para os títulos precatórios detidos pela Companhia, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão para perda da totalidade do seu valor.

12 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto diferido ativos – Prejuízo fiscal e Base negativa				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5.952	4.787	5.952	4.787
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	<u>14.235</u>	<u>18.304</u>	<u>14.235</u>	<u>18.304</u>
	20.187	23.091	20.187	23.091
Imposto diferido ativos – Diferenças temporárias				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	11.553	12.275	11.553	12.275
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	<u>12.617</u>	<u>15.225</u>	<u>12.617</u>	<u>15.225</u>
	24.170	27.500	24.170	27.500
	<u>44.357</u>	<u>50.591</u>	<u>44.357</u>	<u>50.591</u>
Imposto diferido passivos				
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	(1.850)	(2.516)	(1.850)	(2.516)
Passivo de imposto diferido (ágio)	<u>(90.166)</u>	<u>(84.497)</u>	<u>(90.166)</u>	<u>(84.497)</u>
	<u>(92.016)</u>	<u>(87.013)</u>	<u>(92.016)</u>	<u>(87.013)</u>
	<u>(47.659)</u>	<u>(36.422)</u>	<u>(47.659)</u>	<u>(36.422)</u>

As parcelas registradas no não circulante tem as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020		10.689		10.689
2021	8.560	9.963	8.560	9.963
2022	9.963	8.328	9.963	8.328
Após 2023	<u>8.328</u>	<u>4.549</u>	<u>8.328</u>	<u>4.549</u>
Total	<u>26.851</u>	<u>33.529</u>	<u>26.851</u>	<u>33.529</u>

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções que os suportam são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Provisões	Prejuízos fiscais	Total
Ativo de imposto diferido			
Em 1º de dezembro de 2018	(29.030)	(26.380)	(55.410)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	1.530	3.289	4.819
Em 31 de dezembro de 2018	(27.500)	(23.091)	(50.591)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	3.330	2.905	6.234
Em 31 de dezembro de 2019	(24.170)	(20.186)	(44.357)

	Controladora e Consolidado			
	Amortização fiscal do ágio	Ajuste ao valor justo	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2018	78.829	2.068	848	81.745
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	5.668	(530)	130	5.268
Em 31 de dezembro de 2018	84.497	1.538	978	87.013
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	5.669	(530)	(136)	5.003
Em 31 de dezembro de 2019	90.166	1.008	842	92.016

13 Investimentos

	Percentual de participação	Saldo em Equivalência 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	Saldo em 31/12/2019
Incomar Empreendimentos Imobiliários	99,99%	36.949	479	(3.179)	34.249
Total		36.949	479	(3.179)	34.249

As movimentações ocorridas durante o ano de 2019 e 2018 na conta de investimentos da controladora estão abaixo apresentadas:

	Controladora	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	36.949	36.040
Equivalência patrimonial	479	909
Recebimento de dividendos - controladas	(3.179)	-
Em 31 de dezembro	34.249	36.949

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas (principais e com participação não controladora relevante).

Balanco patrimonial sintético

	Controladas			
	Direta Incomar		Indireta Pighes	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Ativo	28.015	23.311	6.335	5.583
Passivo	(310)	(1.710)	(6.329)	(5.611)
Ativo (passivo) circulante líquido	27.705	21.601	6	(28)
Não circulante				
Ativo	6.534	15.349	22.534	27.677
Passivo	-	-	(19.594)	(24.737)
Ativo não circulante líquido	6.534	15.349	2.940	2.940
Patrimônio líquido	34.239	36.950	2.946	2.912
Participação %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

14 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2019	
	31 de dezembro	1º de janeiro
Ativos de direito de uso		
Edificações	179.940	160.228
	179.940	160.228
Passivos de arrendamentos		
Circulante	37.787	19.927
Não circulante	152.448	140.301
	190.235	160.228

As adições aos ativos de direito de uso durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 32.728. Os valores apresentados na tabela acima são líquidos da depreciação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>2019</u>
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação - Nota 25)	
Edificações	(24.807)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 27)	(18.113)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas operacionais - Nota 25)	<u>(4.927)</u>
	47.847

Os pagamentos de arrendamentos em 2019 juntamente com os juros, totalizaram R\$ 42.100.

O Grupo aluga prédios comerciais para sua área administrativa, lojas de varejo e atacado. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 1 ano a 20 anos e podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iv) a seguir.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente utilizando a taxa implícita do arrendamento ou uma taxa incremental.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros. As taxas refletem as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo contratual de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Pagamentos de arrendamentos variáveis

Alguns arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, como por exemplo, minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

(iv) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

(v) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

A Companhia divulga espontaneamente os requerimentos do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019. A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
1 ano	9,37%
3 anos	11,01%
5 anos	12,42%
10 anos	13,69%
15 anos	13,96%
20 anos	14,14%

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	160.228
Transferência	3.632
Juros provisionados	18.113
Adição por novos contratos	32.728
Pagamentos	(24.283)
Juros Pagos	(17.817)
Arrendamento variável	4.927
Outros	4.160
Ajuste de remensuração de arrendamentos baseados em índices ou taxas médias	8.547

Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 190.235

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações

Menos de 1 ano	37.787
Entre 1 e 2 anos	32.165
Entre 2 e 5 anos	63.038
Acima de 5 anos	<u>57.245</u>
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	190.235

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	160.228
Adição por novos contratos	32.728
Ajustes por remensuração	8.547
Outros	3.244
Despesa de depreciação	<u>(24.807)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019	<u><u>179.940</u></u>

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	308.848	164.705
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>28.568</u>	<u>15.235</u>
	<u><u>337.416</u></u>	<u><u>179.940</u></u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta espontaneamente os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	190.235	174.635	157.442	139.219	137.774
Fluxo com projeção de inflação	197.844	179.857	166.891	151.631	150.247
Variação	4,00%	2,99%	5,66%	8,19%	8,30%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	179.940	159.005	136.219	114.399	112.722
Fluxo com projeção de inflação	187.138	164.096	145.196	125.899	124.244
Variação	4,00%	3,20%	6,18%	9,13%	9,27%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	17.817	18.802	17.066	15.189	80.476
Fluxo com projeção de inflação	18.463	19.076	17.838	16.318	87.981
Variação	4,00%	1,46%	4,52%	7,43%	9,33%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	24.807	27.037	26.488	25.483	114.349
Fluxo com projeção de inflação	25.799	27.488	27.872	27.725	160.541
Variação	4,00%	1,67%	5,22%	8,80%	11,22%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2017										
Saldo inicial	3.894	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	176.731
Aquisições	-	1.347	3.427	-	-	5.103	6.516	-	51	16.444
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	15.991	-	15.991
Baixas	-	(251)	(518)	-	-	(33)	-	-	-	(802)
Transferências	-	-	-	-	-	102	-	-	-	102
Depreciação	-	(2.862)	(6.147)	(1.633)	(516)	(2.608)	(6.964)	-	(325)	(21.055)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>25.060</u>	<u>3.031</u>	<u>187.411</u>
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	3.894	39.051	86.680	44.239	6.787	20.669	93.901	25.060	5.073	325.354
Depreciação acumulada	-	(19.898)	(42.648)	(7.272)	(6.161)	(10.940)	(48.982)	-	(2.042)	(137.943)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>25.060</u>	<u>3.031</u>	<u>187.411</u>
Em 1º de janeiro de 2019										
Saldo inicial	3.894	19.153	44.032	36.967	626	9.729	44.919	25.060	3.031	187.411
Aquisições	-	2.617	7.136	-	-	2.692	986	-	647	14.078
Projetos em andamento (i)	-	-	-	-	-	-	-	18.632	-	18.632
Baixas	-	(16)	(139)	-	-	(234)	-	-	-	(389)
Transferências	-	1.102	4.524	-	-	547	16.871	(23.044)	-	-
Depreciação	-	(2.902)	(6.320)	(1.633)	(353)	(3.300)	(8.738)	-	(350)	(23.596)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.648</u>	<u>3.328</u>	<u>196.136</u>
Em 31 dezembro de 2019										
Custo	3.894	42.625	97.698	44.239	6.787	22.783	111.758	20.648	5.718	356.150
Depreciação acumulada	-	(22.671)	(48.465)	(8.905)	(6.514)	(13.349)	(57.720)	-	(2.390)	(160.014)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.648</u>	<u>3.328</u>	<u>196.136</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

(i) Trata-se de projetos em andamento que serão capitalizados após a entrada em operação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2017										
Saldo inicial	10.419	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	183.256
Aquisições	-	1.347	3.427	-	-	5.103	6.516	-	51	16.444
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	23.641	-	23.641
Baixas	-	(251)	(518)	-	-	(33)	-	-	-	(802)
Transferências	-	-	-	-	-	102	-	-	-	102
Depreciação	-	(2.862)	(6.147)	(1.633)	(516)	(2.608)	(6.964)	-	(325)	(21.055)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>32.710</u>	<u>3.031</u>	<u>201.586</u>
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	10.419	39.051	86.680	44.239	6.787	20.669	93.901	32.710	5.073	339.529
Depreciação acumulada	-	(19.898)	(42.648)	(7.272)	(6.161)	(10.940)	(48.982)	-	(2.042)	(137.943)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>32.710</u>	<u>3.031</u>	<u>201.586</u>
Em 1º de janeiro de 2019										
Saldo inicial	10.419	19.153	44.032	36.967	626	9.729	44.919	32.710	3.031	201.586
Aquisições	-	2.617	7.136	-	-	2.692	986	121	647	14.199
Projetos em Andamento	-	-	-	-	-	-	-	18.633	-	18.633
Baixas	-	(16)	(139)	-	-	(234)	-	-	-	(389)
Transferências (i)	-	1.102	4.524	-	-	547	16.871	(30.815)	-	(7.771)
Depreciação	-	(2.902)	(6.320)	(1.633)	(353)	(3.300)	(8.738)	-	(350)	(23.596)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.649</u>	<u>3.328</u>	<u>202.662</u>
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	10.419	42.625	97.698	44.239	6.787	22.783	111.758	20.649	5.718	362.676
Depreciação acumulada	-	(22.671)	(48.465)	(8.905)	(6.514)	(13.349)	(57.720)	-	(2.390)	(160.014)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.649</u>	<u>3.328</u>	<u>202.662</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

(i) Saldo remanescente trata-se da reclassificação de imobilizado em andamento para estoque na controlada Incomar Empreendimentos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 23.596 (2018 - R\$ 21.055), referente à despesa de depreciação, foi reconhecido no resultado em "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

O montante de R\$ 18.632 em 2019 registrados como imobilizado em andamento refere-se a investimentos que ainda não entraram em operação, que dentre outros projetos, são identificados como reforma das lojas Tamandaré R\$ 4.032, Toledo R\$ 4.748 e Fernandópolis R\$ 3.789.

O CD de Paçandu inclui o seguinte valor, no caso em que a Companhia é arrendatária em uma operação de arrendamento financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	46.488	46.488	46.488	46.488
Depreciação acumulada	(10.222)	(8.029)	(10.222)	(8.029)
Saldo contábil, líquido	<u>36.266</u>	<u>38.459</u>	<u>36.266</u>	<u>38.459</u>

16 Intangível

(a) Composição e movimentação

Intangível	Controladora e Consolidado						
	Ágio (i) (ii)	Marcas registradas	Softwares	Fundo de comércio	Luvas	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2017	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.588</u>	<u>1.816</u>	<u>4.710</u>	<u>730</u>	<u>311.779</u>
Adições			182				182
Baixas			(2)				(2)
Amortização			(629)	(127)	(401)	(437)	(1.594)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.139</u>	<u>1.689</u>	<u>4.309</u>	<u>293</u>	<u>310.365</u>
Adições			3.074				3.074
Baixas							
Amortização			(592)	(149)	(391)	(293)	(1.425)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>3.621</u>	<u>1.540</u>	<u>3.918</u>	<u>(0)</u>	<u>312.014</u>
Taxa média de amortização % ao ano		-	20	5	5	20	

O montante de R\$ 1.425 (2018 – R\$ 1.594) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

- (i) Em 2010, a Companhia incorporou a totalidade das ações da Cidade Canção e da Évora, em que a relação de troca foi realizada a valores de mercado. A CSD apurou um ágio, cujo fundamento econômico foi pautado com base na expectativa de rentabilidade futura da união do Cidade Canção e da Évora.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa independente e refletido por meio de laudos de avaliação elaborados com base no fluxo de caixa descontado projetado ao longo de um período de sete anos. Esta incorporação proporcionou a expansão conjunta das operações da Cidade Canção e Évora, aumentando sua relevância e consolidação no mercado brasileiro, além de importantes ganhos em eficiência administrativa, maior flexibilidade no gerenciamento dos negócios e a centralização no gerenciamento das incorporadas.

Foi efetuado registro de ativos intangíveis gerados por intermédio do relacionamento com os clientes de cada uma das marcas. Este ativo intangível foi amortizado linearmente entre o período de 4 a 9 anos, de acordo com o laudo de avaliação e estudo efetuado.

- (ii) Em 2014, a Companhia adquiriu a rede de Supermercados Amigão apurando um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 73.861, decorrente da aquisição de participação do capital do AMIGÃO.

(b) Testes do ágio para verificação de *impairment*

Anualmente, a CSD efetua a avaliação do valor recuperável do ágio contabilizado, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 01 / IAS 36. Dessa forma, a administração avalia o valor recuperável do ágio no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC) - Varejo, que é determinado com base nas projeções das Lojas que utilizam as bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco” que também corresponde ao segmento reportado. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

O modelo econômico-financeiro calcula as receitas por meio das principais linhas de negócios, ou seja, faturamento das lojas atuais, considerando as premissas de crescimento, custos e despesas operacionais, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovadas pela Alta Administração para os próximos 5 anos e incluem o valor de perpetuidade. A taxa de desconto aplicada no modelo econômico – financeiro é de 13,08% e considera um crescimento de 4% para os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

Foram construídas duas análises de sensibilidade: a) variação positiva de até 10% na taxa de desconto utilizada e demais variáveis constantes e b) variação positiva de até 10% na taxa de desconto utilizada, decréscimo de até 10% no resultado do Ebitda projetado e demais variáveis constantes. Como resultados dessas duas análises de sensibilidade, não foram identificadas necessidades de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Empréstimos bancários (i)	22.303	22.519	22.303	22.519
FINAME - Financiamento industrial (ii)	3.659	4.288	3.659	4.288
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	-	1.462	-	1.462
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	5.942	5.366
Debêntures (v)	21.054	10.011	21.054	10.011
	<u>47.016</u>	<u>38.280</u>	<u>52.958</u>	<u>43.646</u>
Não circulante				
Empréstimos bancários (i)	25.387	43.972	25.387	43.972
FINAME - Financiamento industrial (ii)	6.024	9.682	6.023	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	-	2.171	-	2.172
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	19.595	24.737
Debêntures (v)	37.308	58.510	37.308	58.510
	<u>68.719</u>	<u>114.335</u>	<u>88.313</u>	<u>139.073</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	<u>115.735</u>	<u>152.615</u>	<u>141.271</u>	<u>182.719</u>

Mapa de Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora					2019
	2018	Trans-ferência	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	
Empréstimos bancários (i)	66.492	-	4.848	(1.907)	(21.743)	47.690
FINAME - Financiamento industrial (ii)	13.970	-	-	-	(4.288)	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	3.632	(3.632)	-	-	-	-
Debêntures (v)	68.521	-	6.417	(5.807)	(10.769)	58.362
	<u>152.615</u>	<u>(3.632)</u>	<u>11.268</u>	<u>(7.714)</u>	<u>(36.800)</u>	<u>115.737</u>
	Consolidado					2019
	2018	Trans-ferência	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2019
Empréstimos bancários (i)	66.492	-	4.848	(1.907)	(21.743)	47.690
FINAME - Financiamento industrial (ii)	13.970	-	-	-	(4.288)	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	3.632	(3.632)	-	-	-	-
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	30.104	-	3.747	(1.891)	(6.423)	25.537
Debêntures (v)	68.521	-	6.417	(5.807)	(10.769)	58.362
	<u>182.719</u>	<u>(3.632)</u>	<u>15.015</u>	<u>(9.605)</u>	<u>(43.224)</u>	<u>141.273</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora						
	2017	Captação - principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2018
Empréstimos bancários (i)	124.294	50.000	14.810	(14.034)	(108.578)	-	66.492
FINAME - Financiamento industrial (ii)	16.779	434	1.682	(1.682)	(3.242)	-	13.971
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.100	3.106	145	(145)	(574)	-	3.632
Debêntures (iv)		70.000	1.234	(1.234)	-	(1.479)	68.521
	142.173	123.540	17.871	(17.095)	(112.394)	(1.479)	152.616

	Consolidado						
	2017	Captação - principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2018
Empréstimos bancários (i)	124.294	50.000	14.810	(14.034)	(108.578)	-	66.492
FINAME - Financiamento industrial (ii)	16.779	434	1.682	(1.682)	(3.242)	-	13.971
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.100	3.106	145	(145)	(574)	-	3.632
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (v)	33.672		5.452	(2.134)	(6.887)	-	30.103
Debêntures (iv)		70.000	1.234	(1.234)	-	(1.479)	68.521
	175.845	123.540	23.323	(19.229)	(119.281)	(1.479)	182.719

(i) Os empréstimos bancários têm vencimento até 2024, sendo garantidos pela carteira de recebíveis de cartão e ações dos acionistas. Em 2019 não houve captação de novos empréstimos.

(ii) Os financiamentos na modalidade FINAME têm como garantias dadas as máquinas e equipamentos financiados.

(iii) As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. A totalidade destes bens é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia sofrendo a depreciação normal de acordo com a sua expectativa de vida útil econômica.

(iv) Em 21 novembro 2013, a controlada Pighes Empreendimentos Imobiliários Ltda emitiu certificados de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 34.000, garantidos na sua totalidade pela controladora CSD. Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a construção de seu Centro de Distribuição localizado na cidade de Paçandu Estado do Paraná.

Os certificados são atualizados monetariamente pela variação acumulada do índice de preço ao consumidor amplo (IPCA).

O pagamento da primeira parcela ocorreu em 7 de outubro de 2014, no total de 110 parcelas mensais a findarem em 10 de novembro de 2023.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Certificados de recebíveis imobiliários	25.537	30.104
Juros sobre CRI	2.972	4.864
Total	28.509	34.968
Circulante	5.942	5.367
Não circulante	19.595	24.737
	25.537	30.104

(v) A Companhia realizou emissão de debentures simples não conversíveis em ações no valor total de R\$70.000, nos termos da instrução 476^a da CVM com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	45.249	-	50.956
2021	42.366	43.457	49.180	49.570
2022	25.319	25.629	32.077	38.547
Após 2023	1.033	-	7.056	-
Total	68.718	114.335	88.313	139.073

Em conexão com as emissões de debêntures, certificados de recebíveis imobiliários e parte das operações de empréstimos, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados anualmente com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: índice de dívida líquida (dívida menos disponibilidades)/EBITDA menor ou igual a 3. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de mercadorias	265.576	234.409	265.576	234.409
Fornecedores de hortifrutigranjeiros	11.570	6.729	11.570	6.729
Fornecedores de produtos de consumo	4.192	3.307	4.192	3.307
Ajuste a valor presente	(1.847)	(1.267)	(1.847)	(1.267)
Outras contas a pagar		25		25
	<u>279.491</u>	<u>243.203</u>	<u>279.491</u>	<u>243.203</u>

O contas a pagar corresponde principalmente ao saldo em aberto com fornecedores. Neste grupo de contas, incluem o contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso, inclusive. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e serviços. A dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

O Grupo recebe uma comissão por este serviço, a receita obtida com estas operações em 2019 foi de R\$ 4.171 (2018 – R\$ \$ 2.604), o montante das operações em aberto em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 51.862 (2018 – R\$ 36.552).

19 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS a recolher	17.162	18.042	17.162	18.042
PIS e COFINS sobre faturamento a recolher	-	-	165	321
IRPJ e CSLL a recolher	2.430	755	2.788	1.273
IRRF de terceiros a recolher	102	11	102	11
INSS s/ serviços de terceiros a recolher	8	6	8	6
Outros tributos a recolher	593	87	639	152
	<u>20.295</u>	<u>18.901</u>	<u>20.864</u>	<u>19.805</u>
Não circulante				
IRPJ e CSLL - Autos de infração (i)	56.698	-	56.698	-
	<u>76.993</u>	<u>18.901</u>	<u>77.562</u>	<u>19.805</u>

- (i) Com a adoção do IFRIC 23 / ICPC 22 (Nota 2.1 (d)), os saldos relacionados à autuação referente inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Os valores relativos à autuação do Programa de Integração Social – PIS, ocorrida durante os anos de 2001 a 2004 da incorporada Évora, foram reclassificados para a rubrica de Obrigações Tributárias. Vide Nota 21 (a).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Parcelamento de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Principal	2.866	3.097	2.866	3.097
Multa e juros	1.347	1.457	1.347	1.457
	<u>4.213</u>	<u>4.554</u>	<u>4.213</u>	<u>4.554</u>
Não circulante				
Principal	3.325	5.059	3.325	5.059
Multa e juros	762	1.159	762	1.159
	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>
Total de parcelamento de impostos	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>

O quadro abaixo indica as movimentações de consolidação dos parcelamentos de ICMS e transferências dos precatórios utilizados no Termo de Pedido de Parcelamento formalizado no exercício, demonstrando a variação ocorrida no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	10.772	10.835	10.772	10.835
Adição por adesão parcelamento	-	1.060	-	1.060
Baixa de parcelamentos/pagamentos	(2.837)	(1.752)	(2.837)	(1.752)
Atualização	365	629	365	629
Em 31 de dezembro	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>

As parcelas dos parcelamentos de impostos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	3.903	-	3.903
2021	2.942	2.315	2.942	2.315
2022	1.145	-	1.145	-
Total	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>

A distribuição das parcelas registradas no passivo não circulante está considerando a liquidação de um saldo representativo do valor devido, com base na homologação de títulos precatórios dados como forma de pagamento no exercício de 2015, conforme prevê a Lei Estadual nº 17.082/2012.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Provisões

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários em andamento, originários de casos em que o risco de perda foi considerado provável, como segue:

	Consolidado									
	Autos de infração	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Demais provisões	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2018	63.441	42.004	619	17.323	359	60.305	(4.176)	(3.615)	(7.791)	52.514
Adições	-	4.415	342	4.999	-	9.756	(1.444)	(1.275)	(2.719)	7.037
Baixas	-	-	(656)	(6.155)	(359)	(7.170)	792	209	1.001	(6.169)
Variação monetária	-	2.512	-	424	-	2.936	(287)	(334)	(621)	2.315
Reversão	-	(8.780)	-	(1.272)	-	(10.052)	-	-	-	(10.052)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>63.441</u>	<u>40.151</u>	<u>305</u>	<u>15.319</u>	<u>-</u>	<u>55.775</u>	<u>(5.115)</u>	<u>(5.015)</u>	<u>(10.130)</u>	<u>45.645</u>
Em 1º de janeiro de 2019	63.441	40.151	305	15.319	-	119.216	(5.115)	(5.015)	(10.130)	109.086
Adições	-	11.218	183	7.865	-	19.266	-	(1.263)	(1.263)	18.004
Baixas	-	(7.410)	(234)	(10.792)	-	(18.436)	1.047	3.398	4.445	(13.991)
Transferência (ii)	(53.870)	-	-	-	-	(53.870)	-	-	-	(53.870)
Variação monetária	502	2.124	-	190	-	2.816	-	(468)	(468)	2.348
Reversão(i)	-	(4.781)	-	(5.446)	-	(10.227)	-	-	-	(10.227)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>10.073</u>	<u>41.302</u>	<u>254</u>	<u>7.136</u>	<u>-</u>	<u>58.765</u>	<u>(4.068)</u>	<u>(3.348)</u>	<u>(7.416)</u>	<u>51.349</u>

- (i) Trata-se da reversão de provisão por conta da adesão ao programa de parcelamento de dívidas tributárias concedido pelo Governo (PERT), conforme detalhado na Nota 21 (a).
(ii) Trata-se da adoção inicial do IFRIC 23 / ICPC 22, conforme detalhado na Nota 2.1 (d).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributárias

As demandas tributárias são substancialmente indexadas pela SELIC, cuja taxa foi aproximadamente de 4,68% em dezembro de 2019 (6,5% em 2018) e estão sujeitas, quando aplicável, a multas.

Abaixo destacamos os principais processos tributários provisionados pela Companhia:

Durante o ano de 2005, a Évora, incorporada pela CSD em julho de 2010, foi autuada pela Receita Federal sobre inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004.

Conforme adoção do IFRIC 23 / ICPC 22 (Nota 2.1 (d)), em 2019, ocorreu a reclassificação do montante de R\$ 53.870 relativo à autuação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para o grupo de contas Impostos a Recolher de longo prazo (Nota -19). O saldo remanescente de R\$ 10.073 referente à autuação do PIS - Programa de Integração Social continua sendo apresentado na rubrica de Provisões.

A Companhia está questionando este auto na esfera administrativa. O entendimento dos advogados externos responsáveis pelo acompanhamento deste processo é de que a forma de lavratura do auto de infração emitido pela Receita Federal não está adequada, pois a fonte de informação adotada pelo auditor fiscal foram livros fiscais não relacionados aos impostos autuados, assim como margens de contribuição não aplicáveis ao ramo de atividade da Companhia.

Esses processos estão sendo provisionados em sua totalidade pela Companhia, assim como seu respectivo valor a ressarcir, registrado no grupo de contas a receber longo prazo - garantias a receber (Nota 29(a)), uma vez que em caso de perda, há imóveis hipotecados fornecidos pelos antigos acionistas da Évora no mesmo montante da causa.

Lastreados pelo Medida Provisória expedida pelo Governo Federal MP 783/2017 de 31 de maio de 2017 e Lei 13.496/2017 a qual instituiu o PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, a Companhia utilizou o parecer de seus advogados para abdicar da discussão administrativa no caso da dívida federal COFINS pertencente a empresa EVORA, autuação de 2001 a 2004, sendo todo o desembolso classificado no contas a receber de Partes relacionadas Nota 29, já que a mesma será reembolsada pelos sócios. No caso da dívida da empresa adquirida em 2014 "AMIGÃO", a Companhia desistiu da adesão a Lei 12.996/2014 e aderiu a Lei 13.496/2017 (PERT 2017). O demonstrativo abaixo ilustra a negociação:

	<u>ÉVORA</u> <u>COFINS</u> <u>Valor</u>	<u>AMIGÃO</u> <u>IR/CS/PIS/COFINS</u> <u>Valor</u>
Dívida PERT	37.882	8.449
Benefício de perdão de juros e multas	(17.473)	(2.070)
Dívida líquida a parcelar	20.409	6.379
Entrada total (valores pagos em 2017)	<u>(7.575)</u>	<u>(1.690)</u>
Saldo inicial a parcelar	12.411	4.650
Saldo da dívida em 31 de dezembro de 2019	<u>11.962</u>	<u>3.849</u>

Compõem as provisões tributárias valores relativos aos riscos tributários sobre perdas de estoques que correspondem a R\$ 22.647 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 22.971 em 31 de dezembro de 2018), autuações de ICMS no estado do PR no montante de R\$ 6.368 (Em 2018 não havia valor provisionado),

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contingências sobre acordos comerciais R\$ 7.637 (R\$ 7.411 em 2018) e riscos tributários originários da aquisição dos Supermercados Amigão de R\$ 4.822 (R\$ 14.472 em 2018).

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não constituiu provisão para perdas deste montante. O total desses processos é de R\$ 27.298 (2018 – R\$ 3.730).

(b) Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia discute judicialmente processos no montante de R\$ 3.973 (2018 - R\$ 1.558) onde seus assessores jurídicos reconhecem que os mesmos possuem risco de perda possível.

(c) Trabalhistas

O Grupo responde por ações de natureza trabalhista e com base em decisões judiciais desfavoráveis históricas, estima com segurança, as prováveis perdas futuras de processos trabalhistas não transitados e julgados na qual a Companhia é reclamada, a qual em 31/12/2019 é de 21,02% sobre o total de pedidos dos reclamantes. A quantidade de processos de pequeno valor, os quais, podem ainda possuir diversos pedidos distintos em um único processo, e a não padronização dos julgamentos, torna a tarefa de classificação de chance de ocorrência complexa e arbitrária por parte de advogados ou peritos judiciais. A Companhia possui R\$ 3.548 (2018 – R\$ 5.405), cujo o risco de perda foi considerado como possível.

22 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Contas a pagar - diversos (i)	17.877	24.406	17.990	25.411
Contas a pagar imobilizado	7.515	9.490	7.515	9.490
Aluguéis a pagar	3.981	3.850	3.981	3.850
Honorários e serviços terceirizados	3.085	2.663	3.085	2.663
Fretes a pagar	1.990	902	1.990	902
Cooper Card - Multi benefícios	1.130	927	1.130	927
	<u>35.578</u>	<u>42.238</u>	<u>35.691</u>	<u>43.243</u>
Não circulante				
Aluguéis a pagar	-	65	-	64
Hold Back (ii)	876	3.819	876	3.819
	<u>876</u>	<u>3.884</u>	<u>876</u>	<u>3.883</u>
	<u>36.454</u>	<u>46.121</u>	<u>36.567</u>	<u>47.126</u>

(i) Trata-se de contas a pagar referente as despesas gerais da Companhia.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Refere-se a parcela a pagar aos antigos acionistas do Amigão, retidos a título de “escrow account”. Este valor retido refere-se ao contrato de compra de quotas firmado em 06 de junho de 2014, para proteger a Companhia em relação a todas e quaisquer perdas, prejuízos, responsabilidades, insubsistência ativas, superveniências passivas, dívidas, contingências presentes e futuras, danos diretos e indiretos, lucros cessantes, demandas, multas, penalidades, custos, despesas ou outras obrigações de caráter pecuniário, incluindo, mas não se limitando, a custas processuais, correção monetária, depósitos, honorários advocatícios e honorários de outros especialistas, que venham afetar negativamente ou serem incorridas ou suportadas pela Companhia.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Controladora era de R\$ 333.081 dividido em 320.366 mil ações ordinárias. Em 24 de maio de 2019, os acionistas integralizaram na sua proporção R\$ 11.186 no capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2019 passou a ser de R\$ 344.267 dividido em 329.979 mil ações ordinárias. Em 2018, os acionistas integralizaram na sua proporção R\$ 6.918 no capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2018 passou a ser de R\$ 333.081 dividido em 320.366 mil ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária por meio de emissão de até 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. A propriedade dessas ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas.

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	53.130	46.607
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>323.832</u>	<u>320.366</u>
	<u>0,16</u>	<u>0,15</u>

Não há outros instrumentos conversíveis em ações. Por essa razão o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal acumulada em 31 dezembro de 2019 é de R\$ 8.547. (R\$ 5.891 em 31 de dezembro 2018).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios são representados por 25% do lucro líquido ajustado, alinhado com os termos da Lei das Sociedades por Ações, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	53.130	46.607
Base para cálculo da reserva legal	53.130	46.607
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(2.656)</u>	<u>(2.330)</u>
Base de cálculo dos dividendos	50.474	44.277
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(12.619)</u>	<u>(11.069)</u>
Dividendos propostos no exercício	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Na forma de JCP (i)	<u>(23.499)</u>	<u>(22.838)</u>
	<u>(23.499)</u>	<u>(22.838)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>44%</u>	<u>49%</u>

- (i) Durante o exercício de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de dividendos propostos na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante total de R\$ 23.499 referente ao exercício de 2019 (R\$ 22.838 referente a 2018) e tendo por base o patrimônio líquido da sociedade, e portanto, acima do valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

(e) Reserva de lucros a distribuir

Com o advento da Lei nº 11.638 promulgada em 28 de dezembro de 2007, deve ocorrer a destinação integral do lucro do exercício, sendo assim o saldo do lucro do exercício 2012, após a constituição obrigatória da Reserva Legal e a distribuição de dividendos prevista em Estatuto foi transferido para a conta de reserva de lucros a distribuir, até a data da Assembleia e reunião do Conselho de Administração, onde será definida a destinação efetiva do valor.

Conforme prevê Estatuto, artigo 40 item (iii) até 70% do lucro líquido do exercício poderá compor reserva de Investimentos, inclusive em Expansão, visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

As reservas de lucros a distribuir até 31 dezembro 2019 é de \$ 60.806 (R\$ 33.832 em 31 de dezembro de 2018).

(f) Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, aprovou a distribuição aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor total de R\$ 23.499 (R\$ 22.838 em 2018), equivalente ao valor bruto de R\$ 0,07 por ação. Sobre esse valor incide Imposto de Renda com alíquota de 15%, exceto para os acionistas imunes ou com tributação diferenciada, conforme documentação comprobatória. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2019 e submetidos à deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações ocorridas durante o ano de 2019 e 2018 na conta de juros sobre capital próprio da controladora estão abaixo apresentadas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1º de janeiro	22.838	10.826
Pagamentos	(22.838)	(10.826)
Adições	<u>23.499</u>	<u>22.838</u>
Em 31 de dezembro	<u>23.499</u>	<u>22.838</u>

24 Receita de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mercadorias vendidas	2.547.687	2.280.852	2.548.334	2.283.779
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(135.419)	(120.000)	(135.854)	(120.402)
Vendas canceladas	<u>(3.759)</u>	<u>(3.056)</u>	<u>(3.759)</u>	<u>(3.056)</u>
	<u>2.408.509</u>	<u>2.157.796</u>	<u>2.408.721</u>	<u>2.160.321</u>

25 Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mercadorias	1.945.808	1.755.538	1.945.808	1.757.408
Ajuste a valor presente	(18.009)	(16.946)	(18.009)	(16.946)
Contratos comerciais	(175.061)	(155.859)	(175.061)	(155.859)
Créditos de ICMS ST MVA não realizada	(7.265)	(13.161)	(7.265)	(13.161)
Fretes s/ vendas	6.012	5.522	6.012	5.522
Fretes diversos e transporte de valores	20.776	19.428	20.776	19.428
Depreciação e amortização	25.021	22.649	25.021	22.649
Depreciação arrendamento	24.807	-	24.807	-
Despesas com propaganda	27.013	25.345	27.013	25.345
Despesas com consultoria e auditoria	7.759	8.923	7.786	8.964
Despesas com pessoal	295.896	264.293	295.885	264.293
Participação dos funcionários nos resultados	10.989	3.554	10.989	3.554
Despesas com imóveis	18.899	46.905	19.001	46.994
Despesas com comunicações	2.385	2.121	2.385	2.121
Energia elétrica	30.937	25.789	30.937	25.789
Multas, impostos e taxas	1.635	2.753	1.644	2.755
Manutenção de máquinas e equipamentos	8.151	7.483	8.151	7.483
Taxa de administração de cartão	20.241	17.740	20.241	17.740
Perdas diversas	58.371	52.847	58.371	52.847
Outras despesas gerais	<u>51.551</u>	<u>45.770</u>	<u>50.308</u>	<u>44.667</u>
	<u>2.355.916</u>	<u>2.120.694</u>	<u>2.354.800</u>	<u>2.121.593</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo das mercadorias vendidas (i)	1.745.473	1.569.572	1.745.473	1.571.442
Despesas com vendas	344.841	280.927	344.841	280.927
Despesas gerais e administrativas	<u>265.602</u>	<u>270.195</u>	<u>264.486</u>	<u>269.224</u>
	<u>2.355.916</u>	<u>2.120.694</u>	<u>2.354.800</u>	<u>2.121.593</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O custo das mercadorias vendidas é formado pelo valor do custo subtraído o valor das verbas de acordos comerciais com fornecedores (bonificações), estabelecidas conforme os contratos de aquisição de mercadorias, menos o ajuste a valor presente dos fornecedores em consequência do giro dos estoques e subtraído ainda o valor dos créditos de ICMS - Substituição Tributária (ICMS ST).

26 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos de ICMS, PIS e COFINS (i)	16.147	19.055	16.147	19.055
Receita de reciclagem de produtos	3.887	3.828	3.887	3.828
Receita de contratos logísticos (ii)	37.081	31.961	37.081	31.961
Receita sobre a venda de recarga de celulares	407	333	407	333
Receita de aluguel	3.299	1.157	3.321	1.157
Provisões tributárias	5.252	3.582	5.252	3.582
Outras	2.699	(258)	2.703	(258)
	<u>68.772</u>	<u>59.658</u>	<u>68.798</u>	<u>59.658</u>

- (i) São créditos de ICMS, PIS e COFINS calculados sobre aluguel, energia elétrica, depreciação, fretes, manutenção de equipamentos, água e esgoto, comunicação de dados, material de embalagem, entre outras despesas, onde se conclui que tais despesas são essenciais à operação. Os referidos créditos são apurados à luz da legislação vigente e com base na opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.
- (ii) Receita de contratos logísticos correspondem a acordos comerciais com fornecedores. O fato gerador destes acordos está relacionado a opção do fornecedor em utilizar o Centro de Distribuição como forma de realizar entrega centralizada. Desta forma o custo de distribuição para as lojas (carga e descarga, frete e armazenagem), fica por conta da Companhia, que busca compensar pelos acordos comerciais logísticos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa financeira				
Juros de empréstimos bancários	(11.923)	(13.827)	(11.823)	(13.705)
Juros de financiamentos bancários	(1.224)	(1.682)	(1.224)	(1.682)
Juros e multas sobre parcelamento de impostos (i)	(456)	(629)	(456)	(629)
Juros sobre o passivo de arrendamento (Nota 14)	(18.113)	(2.262)	(18.113)	(2.262)
Variações monetárias passivas	(1.853)	(2.262)	(1.853)	(2.263)
Ajuste a valor presente	(18.380)	(17.558)	(18.380)	(17.558)
Outras	(5.040)	(8.798)	(5.064)	(8.828)
Total das despesas financeiras	<u>(56.989)</u>	<u>(47.018)</u>	<u>(56.913)</u>	<u>(46.926)</u>
Receita financeira				
Variações monetárias ativas	4.572	3.811	4.572	3.811
Juros recebidos	1.715	3.881	1.780	3.964
Receita de variação cambial	-	607	-	607
Ganhos com precatórios (Nota 11)	-	1.580	-	1.580
Outras	(119)	1.439	(119)	1.439
Total da receita financeira	<u>6.168</u>	<u>11.318</u>	<u>6.233</u>	<u>11.402</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(50.821)</u>	<u>(35.700)</u>	<u>(50.680)</u>	<u>(35.524)</u>

28 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	71.023	61.969	72.039	62.862
Alíquota do Imposto	34%	34%	34%	34%
IR/CS pela alíquota nominal	<u>24.148</u>	<u>21.069</u>	<u>24.493</u>	<u>21.373</u>
Diferenças permanentes	1.826	2.398	1.827	2.398
Juros sobre capital próprio	(7.990)	(7.765)	(7.990)	(7.765)
Diferidos sobre precatórios ano corrente	-	(242)	-	(242)
Efeito adicional IRPJ	(24)	(24)	(24)	(24)
PAT/Lei Rouanet	(97)	(50)	(97)	(50)
Diferidos de diferenças tributárias indedutíveis	30	(24)	30	(24)
Efeito da redução da base (Lucro Presumido controlada)	-	-	(345)	(304)
Total contabilizado controladora	<u>17.894</u>	<u>15.362</u>	<u>17.894</u>	<u>15.362</u>
Total contabilizado controlada	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.015</u>	<u>893</u>
Total contabilizado no exercício:				
Corrente	6.656	5.275	7.672	6.168
Diferido	<u>11.237</u>	<u>10.087</u>	<u>11.237</u>	<u>10.087</u>
Alíquota efetiva	25%	25%	26%	26%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos, as transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Contas a receber (i)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	34	26	34	26
Argus Empr. Imobiliários Ltda.	2	-	2	-
Cooper Cob	214	-	214	-
CTC Administradora e Participações Ltda.	1	-	1	-
Dutrito Alimentos Ltda.	107	114	107	114
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	175	180	175	180
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	17	-	17	-
Instituto Cidade Canção	1	-	1	-
Jadon Expert	166	-	166	-
Pighes Empreendimentos e Participações	125	-	125	-
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	21	-	21	-
Vinícola Intervin Ltda.	14	27	14	27
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	45.723	41.099	45.723	41.099
Valores a ressarcir – Parcelamento REFIS/PERT	10.243	8.926	10.243	8.926
Valores a ressarcir antigos acionistas – Évora	66.771	63.441	66.771	63.441
Ativo não circulante – Partes Relacionadas	77.014	72.367	77.014	72.367

Contas a pagar - fornecedores (ii)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante - fornecedores				
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	709	758	709	758
Cooper Cob	37	38	37	38
CTC Administradora e Participações Ltda.	52	51	52	51
Dutrito Alimentos Ltda.	1.968	1.697	1.968	1.697
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	4.289	6.471	4.289	6.471
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	1.013	805	1.013	805
Jadon Comércio Importação e Exp. Ltda.	874	-	874	-
Vinícola Intervin Ltda.	384	344	384	344
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	31	29	31	29
GMC Administração e Participações Ltda.	5	4	5	4
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda	1.794	756	1.794	756
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	158	106	158	106
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	1	1	1	1
	11.315	11.060	11.315	11.060
Passivo circulante - Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda. (Nota 17 (v))	5.942	5.366	-	-
Incomar Empreendimentos Imobiliários (iii)	1.083	1.205	-	-
	7.025	6.571	11.315	11.060
Passivo não circulante – Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda (Nota 17 (v))	19.954	24.737	-	-
	26.979	31.308	11.315	11.060

Partes relacionadas – mútuo (iii)

	Controladora	
	2019	2018
Ativo não circulante – outros ativos		
Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.083	1.205
	1.083	1.205

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas de resultado (iv)	Controladora			
	2019			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus – Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	9
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(344)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(544)
Dutriço Alimentos Ltda.	42	(32)	(12.395)	531
EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	59	(49)	(28.259)	1.050
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	64	(52)	(1.493)	(280)
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	(1.749)	327
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(54)
Vinícola Intervin Ltda.	1	(1)	(1.677)	85
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	-	-	-	(1.355)
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	-	-	(4.652)	198
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	2	(2)	(1.338)	130
	<u>168</u>	<u>(136)</u>	<u>(51.563)</u>	<u>(247)</u>
	Controladora			
	2018			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus - Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	9
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(387)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(562)
Dutriço Alimentos Ltda.	373	-	(12.278)	387
EBC - Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	1.119	(362)	(49.744)	2.737
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	95	(191)	(1.137)	285
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(54)
Vinícola Intervin Ltda.	11	-	(2.069)	120
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	3	-	-	(1.023)
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	-	-	(4.008)	-
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	12	-	(1.150)	19
	<u>1.613</u>	<u>(553)</u>	<u>(70.386)</u>	<u>1.531</u>

As operações com partes relacionadas decorrem de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantém entre si e com outras entidades relacionadas. Estas operações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes. As principais operações são:

- (i) Os valores a receber com partes relacionadas referem-se principalmente a vendas de produtos.

O saldo do contas a receber circulante, refere-se principalmente ao meio de pagamento das vendas com o cartão da marca própria da Companhia.

O saldo do contas a receber não circulante, refere-se aos pagamentos do parcelamento do Refis/Pert efetuado pela Companhia que é sucessora da empresa Évora, e por conseguinte será reembolsado pelos acionistas do Évora.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia possui garantias na forma de bens imóveis no montante total de R\$ 66.770, para suportar, no caso de perda e ser executado o Auto de infração da Receita Federal relativo a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e do Programa de Integração Social - PIS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004. (Nota 21)

- (ii) As obrigações da Companhia com partes relacionadas estão divididas em:

Aluguel: referem-se à obrigação de aluguéis de imóveis utilizados pela Companhia com as empresas relacionadas CTC e Cardoso;

Compra de mercadorias: Realizadas junto à EBC e a Ingá Comercial estas transações são provenientes de compras de produtos de cestas básicas e cestas de natal. As compras com a Iporã, Jadon e Vinícola Intervin referem-se a aquisições de produtos no atacado para revenda. Já as compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia.

Taxas/Tarifas de Cartões: despesas com a CooperCard, com taxas administrativas de cartões e tarifas de cobrança relativas a essas vendas com cartões.

Leasing financeiro: contas a pagar com a Controlada indireta Pighes Empreendimentos relacionada a operação de aquisição e construção do Centro de Distribuição localizado no município de Paiçandu-PR.

- (iii) Os empréstimos com partes relacionadas possuem taxa média de juros de CDI + 0,25% a. m. e vencimentos até 31 de dezembro de 2020.

- (iv) As transações ocorridas no resultado de 2019 da Companhia com partes relacionadas estão assim discriminadas:

Receitas - vendas de mercadorias comercializadas pela Companhia a partes relacionadas;

Custos - custos relacionados às vendas acima descritas;

Compras - As compras realizadas com a EBC e a Ingá Comercial, são basicamente serviços de montagem de cestas básicas e cestas de natal, assim como compras de produtos no atacado. As compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia; e

Outras receitas (despesas) – A receita com a Argus refere-se a receita de aluguel. As despesas com a Cardoso Administradora, CTC Administração, Easy Incorporação e GM Administração apresentadas, se referem a aluguel de lojas ou espaços utilizados pela Companhia. A despesa com a Ingá Comercial é referente a compra de cesta básica para os colaboradores da CSD. A despesa com a Coopercard é referente a prestação de serviço de cobrança, e a receita com a Dutrigo, EBC e Iporã são oriundas de acordos comerciais conforme as transações de compras de mercadorias.

A Companhia é avalista apenas da controlada Pighes conforme a operação de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e não possui qualquer vínculo de avalista com as demais partes relacionadas.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>7.456</u>	<u>8.511</u>

30 Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

As bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco”, são correspondentes ao segmento de varejo. A bandeira “Stock Atacadista”, corresponde ao segmento de atacado de autosserviço.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 26 municípios em três estados (Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul). Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente e aos diretores da Companhia.

O Diretor – presidente e seus diretores avaliam o desempenho operacional por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos. Embora o segmento de atacado de autosserviço não atinja o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis, a administração concluiu que esse segmento deveria ser reportado, uma vez que é monitorado de perto pelo Diretor-Presidente, como um segmento de crescimento potencial e com expectativa de contribuir significativamente para as receitas do Grupo no futuro.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação. A Companhia calcula os resultados e o lucro operacional de cada segmento utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Varejo		Atacado		Eliminações / Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	2.269.766	2.061.843	138.743	95.953	212	2.525	2.408.721	2.160.321
Lucro bruto	644.908	572.744	18.128	15.480	212	2.525	663.248	588.879
Depreciação e amortização	(47.532)	(14.727)	(2.296)	(849)	-	(7.073)	(49.828)	(22.649)
Equivalência patrimonial	479	909			(479)	(909)	-	-
Lucro operacional	124.000	99.585	(2.156)	(1.916)	875	2.587	122.719	98.386
Resultado financeiro líquido	(49.555)	(35.697)	(1.266)	(2)	141	175	(50.680)	(35.524)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	74.445	63.887	(3.422)	(1.918)	1.016	2.763	72.039	62.862
IR e CSLL	-	-	-	-	-	-	(18.909)	(16.255)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	74.445	63.887	(3.422)	(1.918)	1.016	2.763	53.130	46.607
Ativo circulante	323.592	290.011	29.258	21.820	193.854	193.343	546.704	505.174
Ativo não circulante	109.361	117.210	9.841	6.603	664.963	475.802	784.138	599.615
Passivo circulante	246.745	189.680	22.799	14.459	238.829	223.031	508.373	427.170
Passivo não circulante	2.366	10.228	483	639	405.997	293.945	408.846	304.812
Patrimônio Líquido	183.842	207.313	15.817	13.325	213.964	152.169	413.623	372.807

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2019, foram contratadas pelos montantes abaixo indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importância segurada</u>
Incêndio, raio e explosão (básica)	1.017.837
Danos elétricos	300
Vendaval/granizo/impacto de veículos	5.100
Vídeos/anúncios luminosos	360
Responsabilidade civil operações	1.000
Responsabilidade civil empregador	500
Seguro Garantia	1.573
Lucros cessantes decorrentes da básica	5.325
Veículos	Terceiros

32 Eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2020, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor total de R\$ 90 milhões com prazo de 7 anos e carência de 12 meses. Os recursos serão utilizados para suportar o crescimento da operação da Companhia através da construção de novas lojas e um novo centro de distribuição. Os juros serão pagos trimestralmente com a mesma carência da amortização. As debêntures terão remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,98% ao ano.

Os impactos financeiros e operacionais futuros provocados pelo COVID – 19 na economia em geral e na Companhia são, neste momento, de difícil mensuração. A Administração tem tomado ações para preservar a integridade de pessoas e ativos, bem como manter a continuidade dos seus negócios em plena atividade. Entre as ações em andamento, a administração decidiu adotar temporariamente e de forma preventiva o afastamento dos colaboradores integrantes do grupo de risco, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS e optou pela modalidade de trabalho remoto para uma parcela do seu pessoal administrativo. Adicionalmente, atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia continua, na data destas demonstrações financeiras, com suas operações em seus 55 pontos de vendas, centros de distribuição e escritório em pleno funcionamento, uma vez que está incluída nos decretos federais e municipais como atividade essencial.

Durante o ano de 2020, a Companhia avaliará, em maior detalhe e previsão, os efeitos da COVID-19 em sua situação financeira e operacional, bem como nos negócios, e caso exista qualquer impacto significativo, principalmente mas não se restringindo aos possíveis contingenciamentos de ativos e passivos, recuperabilidade dos ativos e as provisões para perdas, avaliará a necessidade de registro contábil.

* * *

Companhia Sulamericana de Distribuição

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Índice

Relatório da administração	04
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	05
Demonstrações financeiras	01
Balanço patrimonial	01
Demonstração do resultado	02
Demonstração do resultado abrangente	03
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	04
Demonstração dos fluxos de caixa	05
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	06
1 – Informações gerais	06
2 – Resumo das principais políticas contábeis	06
2.1 – Base de preparação	06
2.2 – Consolidação	08
2.3 – Caixa e equivalentes de caixa	09
2.4 – Instrumentos financeiros	09
2.4.1 – Classificação	09
2.4.2 – Mensuração	09
2.4.3 – Impairment de ativos financeiros	10
2.4.4 – Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017.....	10
2.5 – Contas a receber	11
2.6 – Estoques	11
2.7 – Títulos públicos estaduais - precatórios	11
2.8 – Ativos intangíveis	12
2.9 – Imobilizado	13
2.10 – Impairment de ativos não financeiros	14
2.11 – Contas a pagar aos fornecedores	14
2.12 – Empréstimos	14
2.13 – Provisões	15
2.14 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	15
2.15 – Capital social	15
2.16 – Reconhecimento da receita.....	16
2.17 – Arrendamentos	16
2.18 – Benefícios a empregados - participação dos lucros	17
2.19 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos	17
2.20 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	18
2.21 – Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	18
3 – Gestão de risco	19
3.1 – Gestão de risco financeiro	19
3.2 – Gestão de risco de capital	20
4 – Instrumentos financeiros por categoria – consolidado	21
5 – Estimativa do valor justo	22
6 – Caixa e equivalentes de caixa	22
7 – Contas a receber	23
8 – Estoques	24
9 – Outros ativos	25
10 – Títulos públicos estaduais	25
11 – Tributos diferidos	26
12 – Investimentos	28
13 – Imobilizado	29
14 – Compromissos com arrendamento mercantil operacional	31
15 – Intangível	32
16 – Empréstimos e financiamentos	34

17 – Fornecedores	36
18 – Impostos e contribuições a recolher	37
19 – Parcelamento de impostos	37
20 – Provisões para contingências	38
21 – Patrimônio líquido	41
22 – Outros passivos	44
23 – Receita de vendas	44
24 – Despesa por natureza	45
25 – Outras receitas, líquidas	46
26 – Resultado financeiro	46
27 – Despesa de imposto de renda e contribuição social	47
28 – Transações com partes relacionadas	48
29 – Seguros	51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2018, e apesar dos desafios enfrentados pelas empresas Brasileiras, a Companhia Sulamericana de Distribuição teve um posicionamento diferenciado no aproveitamento das oportunidades do setor varejista. Neste ano consolidamos o conceito de atacado com a marca Stock Atacadista, convertendo com sucesso duas lojas que estão em plena operação. Abrimos uma nova unidade de supermercado, e temos ainda outras quatro unidades em processo de expansão. Nosso foco no atendimento ao cliente está cada vez mais impulsionado com novas estratégias e ferramentas de suporte, implementamos os procedimentos de relacionamento com nossos clientes, podendo desta maneira criar um processo de atendimento diferenciado através de inteligência e informação, caminhando com objetivo de inovação em nossos canais de comunicação. Transformamos nossa área de comércio eletrônico e já estamos atendendo em diversas localidades através de pedidos eletrônicos e com “click e retire”, propiciando aos clientes mais uma facilidade e modalidade moderna e inovadora de compra.

O crescimento das vendas continua sólido e a Companhia Sulamericana de Distribuição registrou aumento de 7,5% em 2018 comparado ao ano anterior. Com trabalho de produtividade de nossas áreas de operação, administrativa e logística, as despesas operacionais e administrativas tiveram crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior, destacadamente abaixo do crescimento total das vendas.

Diante de todos os fatos a CSD obteve uma Receita Líquida de R\$2.160,3 milhões em 2018 (R\$2.008,6 em 2017) crescimento de 7,5% e o Lucro Bruto de R\$ 588,9 milhões em 2018 (R\$548,8 milhões em 2017) com crescimento em valores nominais de 7,3%. O lucro líquido cresceu 183,2%.

Nossa expectativa para 2019 é promissora, e estamos bastante entusiasmados e acreditamos no crescimento econômico e a retomada de consumo do país. Continuamos com nosso foco estratégico e a excelência de nosso negócio está no atendimento aos clientes, qualidade e produtividade, cooperação de nossos funcionários e inovação.

Aproveitamos para agradecer a contribuição inestimável de todos os nossos funcionários, fornecedores, parceiros e acionistas por todo os esforços realizados em um ano de 2018 bastante desafiador, e acreditamos que estamos cada vez mais fortalecidos para alcançar de forma objetiva as metas traçadas para o ano de 2019.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Sulamericana de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Sulamericana de Distribuição ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Sulamericana de Distribuição e da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

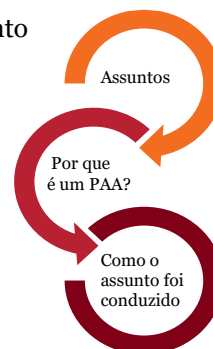
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de créditos tributários

Conforme divulgado nas Notas 24 e 25 às demonstrações financeiras, a Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reconheceu créditos tributários de PIS – Programa de Integração Social, Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social e ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, nos montantes de R\$ 19.055 mil e R\$ 13.161 mil, respectivamente. Esses créditos foram reconhecidos com base na análise da legislação vigente e da jurisprudência atualizada em relação aos assuntos em discussão, reforçada pela opinião legal dos assessores jurídicos externos da Companhia.

Em decorrência do julgamento significativo da administração envolvido na interpretação da legislação e sistema de tributação e da jurisprudência relacionada, esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria de 2018.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em resposta a esse assunto, entre outros procedimentos, com o apoio de nossos especialistas tributários, analisamos as opiniões legais dos assessores jurídicos externos da Companhia bem como as premissas e os critérios de mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, à luz da legislação vigente e jurisprudência atual.

Efetuamos também a leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração para o registro dos referidos créditos tributários são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Teste de impairment de ágio

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o montante de R\$ 302.658 mil registrados como ágio advindo de combinação de negócios e incorporação de ações quando da criação da Companhia, ocorridas em anos anteriores.

Consideramos o teste de impairment de ágio como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo de ágio (*goodwill*) registrado e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos em relação a estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- . Conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa;
- . Teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como a comparação das projeções de anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes;
- . Avaliação da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxas de crescimento e de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado; e
- . Análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



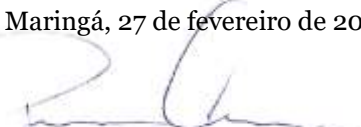
Companhia Sulamericana de Distribuição

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 27 de fevereiro de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3

Companhia Sulamericana de Distribuição

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	80.629	53.382	82.049	54.637	Fornecedores (Nota 17)	243.203	205.373	243.203	205.373
Contas a receber (Nota 7)	156.761	127.092	161.261	132.092	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	38.280	62.322	43.646	67.096
Estoques (Nota 8)	208.687	196.258	224.926	214.157	Salários e encargos sociais	18.235	17.327	18.265	17.388
Adiantamentos a receber	3.492	2.049	3.623	2.710	Provisões trabalhistas	31.602	31.624	31.616	31.663
Impostos e contribuições a recuperar	28.089	5.836	28.121	5.837	Impostos e contribuições a recolher (Nota 18)	18.901	18.250	19.805	19.609
Outros ativos (Nota 9)	4.737	5.769	4.738	5.789	Parcelamento de impostos (Nota 19)	4.554	3.964	4.554	3.964
	<u>482.395</u>	<u>390.386</u>	<u>504.718</u>	<u>415.222</u>	Partes relacionadas (Nota 28)	6.571	7.780	-	-
					Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	22.838	10.826	22.838	10.826
Não circulante					Outros passivos circulantes (Nota 22)	42.238	26.911	43.243	29.099
Realizável a longo prazo						<u>426.422</u>	<u>384.377</u>	<u>427.170</u>	<u>385.018</u>
Contas a receber			1.200	5.700	Não circulante				
Depósitos judiciais (Nota 20)	10.130	7.791	10.130	7.791	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	114.335	79.851	139.073	108.749
Outros ativos (Nota 9)	12.891	12.769	12.893	12.752	Parcelamento de impostos (Nota 19)	6.218	6.871	6.218	6.871
	<u>23.021</u>	<u>20.560</u>	<u>24.223</u>	<u>26.243</u>	Tributos diferidos (Nota 11)	36.422	26.335	36.422	26.335
					Provisões para contingências (Nota 20)	55.775	59.946	55.775	60.305
Investimentos (Nota 12)	37.405	36.428	456	388	Partes relacionadas (Nota 28)	24.737	28.897	-	-
Imobilizado (Nota 13)	187.411	176.731	201.586	183.256	Outros passivos (Nota 22)	3.884	7.491	3.883	7.491
Intangível (Nota 15)	310.365	311.779	310.365	311.779		<u>241.371</u>	<u>209.391</u>	<u>241.371</u>	<u>209.751</u>
	<u>558.202</u>	<u>545.498</u>	<u>536.630</u>	<u>521.666</u>	Total do passivo	<u>667.793</u>	<u>593.768</u>	<u>668.541</u>	<u>594.769</u>
					Patrimônio líquido (Nota 21)				
					Atribuído aos acionistas da controladora				
					Capital social	333.081	326.163	333.081	326.163
					Reserva legal	5.891	3.560	5.891	3.560
					Reserva de lucros	33.832	12.393	33.832	12.393
						<u>372.804</u>	<u>342.116</u>	<u>372.804</u>	<u>342.116</u>
					Participação dos não controladores			3	3
					Total do patrimônio líquido	<u>372.804</u>	<u>342.116</u>	<u>372.807</u>	<u>342.119</u>
Total do ativo	<u>1.040.597</u>	<u>935.884</u>	<u>1.041.348</u>	<u>936.888</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.040.597</u>	<u>935.884</u>	<u>1.041.348</u>	<u>936.888</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações continuadas				
Receita (Nota 23)	2.157.796	1.993.614	2.160.321	2.008.572
Custo das mercadorias vendidas (Nota 24)	(1.569.572)	(1.447.106)	(1.571.442)	(1.459.799)
Lucro bruto	588.224	546.508	588.879	548.773
Despesas com vendas (Nota 24)	(280.927)	(266.861)	(280.927)	(266.936)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(270.195)	(259.147)	(269.224)	(258.350)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 25)	59.658	43.924	59.658	43.925
Lucro operacional	96.760	64.424	98.386	67.412
Receitas financeiras	11.318	9.299	11.402	9.291
Despesas financeiras	(47.018)	(50.438)	(46.926)	(50.457)
Resultado financeiro, líquido (Nota 26)	(35.700)	(41.139)	(35.524)	(41.166)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 12)	909	1.565		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.969	24.850	62.862	26.246
Imposto de renda e contribuição social (Nota 27)				
Corrente	(5.275)		(6.168)	(1.396)
Diferidos	(10.087)	(8.393)	(10.087)	(8.393)
Lucro líquido do exercício	46.607	16.457	46.607	16.457
Lucro líquido básico e diluído por ação (Nota 21 (b))	0,15	0,05		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>46.607</u>	<u>16.457</u>	<u>46.607</u>	<u>16.457</u>
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>46.607</u>	<u>16.457</u>	<u>46.607</u>	<u>16.457</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	322.774	(2)	2.738	7.586		333.096	3	333.099
Integralização de capital (Nota 21)	3.389					3.389		3.389
Lucro líquido do exercício					16.457	16.457		16.457
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		2			(2)			
Constituição de reserva legal			822		(822)			
Juros sobre capital próprio (Nota 21)					(10.826)	(10.826)		(10.826)
Transferência entre reservas				4.807	(4.807)			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>326.163</u>	<u></u>	<u>3.560</u>	<u>12.393</u>	<u></u>	<u>342.116</u>	<u>3</u>	<u>342.119</u>
Integralização de capital (Nota 21)	6.918					6.918		6.918
Lucro líquido do exercício					46.607	46.607		46.607
Constituição de reserva legal			2.330		(2.330)			
Juros sobre capital próprio (Nota 21)					(22.838)	(22.838)		(22.838)
Transferência entre reservas				21.439	(21.439)			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>333.081</u>	<u></u>	<u>5.891</u>	<u>33.832</u>	<u></u>	<u>372.804</u>	<u>3</u>	<u>372.807</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.969	24.850	62.862	26.246
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	22.649	20.342	22.649	20.342
Resultado da equivalência patrimonial	(909)	(1.565)	-	-
Resultado de ativos baixados	800	2.820	802	5.470
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.640	8.284	2.640	8.284
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(625)	855	(625)	855
Encargos financeiros, líquidos	17.871	21.475	23.323	21.475
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(29.044)	11.121	(28.544)	6.121
Estoques	(12.429)	(22.363)	(10.769)	(23.697)
Depósitos judiciais	(2.339)	(1.135)	(2.339)	(1.135)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(22.786)	5.806	(17.787)	(719)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	37.830	8.718	37.830	8.718
Salários e encargos sociais	886	4.639	831	4.739
Impostos e contribuições a recolher	(103)	2.699	(1.076)	3.822
Parcelamento de impostos	(63)	(2.064)	(63)	(2.064)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(558)	(10.419)	3.266	(4.327)
Caixa gerado nas operações	75.789	74.063	92.999	74.130
Juros pagos	(17.095)	(17.993)	(19.229)	(20.364)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.520)		(4.895)	(1.396)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	54.173	56.070	68.875	52.370
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições aos intangíveis	(182)	(684)	(182)	(684)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(32.435)	(35.228)	(40.085)	(35.228)
(Adições) reduções aos investimentos	(68)	(10.017)	(68)	(1.034)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(32.685)	(45.929)	(40.335)	(36.946)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	6.918	3.389	6.918	3.389
Empréstimos e financiamentos obtidos	123.540	68.472	123.540	68.472
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(113.873)	(49.163)	(120.760)	(53.250)
Juros sobre capital próprio pagos	(10.826)	(13.388)	(10.826)	(13.388)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.759	9.310	(1.128)	5.223
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício	27.247	19.451	27.412	20.647
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.382	33.931	54.637	33.990
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	80.629	53.382	82.049	54.637

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Sulamericana de Distribuição (a "Companhia" ou "CSD"), em conjunto com a controlada direta Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda e controlada indireta Pighes Empreendimentos e Participações Ltda. (em conjunto denominados "Grupo") com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A CSD tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar, eletroeletrônicos e outros produtos atuando através do formato de supermercados. A CSD possui em seu portfólio as bandeiras "Cidade Canção", "São Francisco", "Amigão" e "Stock".

A Companhia foi constituída em 30 de dezembro de 2009, com capital social de R\$ 10.

Em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações representativas do capital social das empresas Évora Comercial de Gêneros Alimentícios S.A. ("Évora") e Supermercados Cidade Canção S.A. ("Cidade Canção") e em 30 de junho de 2010, ocorreu a incorporação das então subsidiárias integrais Évora e Cidade Canção pela CSD.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía 6.980 funcionários, 50 lojas e atua em 24 cidades do interior dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, utilizando uma infraestrutura logística formada pelo Centro de Distribuição de Paiçandu de 30 mil metros quadrados e o Centro de Distribuição na cidade de Lins com 5 mil metros quadrados (não auditado).

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do ativo imobilizado na data de transição para CPC e certos ativos financeiros mensurados ao valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 2.20.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações de políticas contábeis que foram adotadas pela primeira vez para o exercício de 2018.

- **CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O CPC 48, com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em 1º de janeiro de 2018, data da adoção inicial do CPC 48, a administração avaliou quais modelos de negócio se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pela Companhia, então classificou os instrumentos financeiros a luz da nova norma. Os ativos financeiros que anteriormente haviam sido classificados como mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis, são agora classificados ao custo amortizado. A Companhia pretende manter os ativos até o vencimento a fim de coletar os fluxos de caixa contratuais, que consistem apenas em pagamentos do principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Não houve diferença entre o valor contábil anterior e o revisado dos outros ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 para reconhecimento nos lucros acumulados iniciais.

A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48.

- Contas a receber por vendas de produtos.
- Contratos de ativos relacionados a acordos comerciais.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com o CPC 48, a Companhia teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada uma dessas classes de ativos. A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes. No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

Não foram identificados outros impactos relevantes de sua adoção.

- **CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"** - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia avaliou o método simplificado do CPC 47, concluiu que não haverá impactos a serem tratados, a receita já compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de produtos alimentícios. As vendas dos produtos são reconhecidas quando é vendido um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de débito, crédito e cheques. A Administração determinou que não há menor probabilidade de reversão da receita reconhecida, nem a parte relacionada contratos não há qualquer rescisão.

Não foram observados impactos relevantes de sua adoção.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

As controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela CSD.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

- . Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.4 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pelo Grupo a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo classificava seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros eram reconhecidas na data de negociação. Os investimentos eram, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado eram, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tivesse vencido ou tivessem sido transferidos; neste último caso, desde que tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Impairment de ativos financeiros

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava no final de cada período do relatório se havia evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estava deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* era mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas poderiam mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuísse e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes e de administradores de cartões pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos e assim, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre o volume de compra, ações de *marketing*, reembolso de custos, dentre outros.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor de venda e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (PCE) ou *impairment*.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, sendo ajustado por provisão para realização de bonificações nos estoques e para perdas e quebras, as quais são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência.

2.7 Títulos públicos estaduais – precatórios

A Companhia classifica os precatórios adquiridos como instrumentos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis, inicialmente pelo valor efetivamente pago em sua aquisição. À medida que há possibilidade legal para a compensação de tais precatórios, a Companhia passa a avaliá-los a valor justo. Para os demais títulos precatórios, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão de 100% do seu valor de aquisição (Nota 10).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

Atualmente a Companhia possui dois (2) ágios decorrentes das seguintes operações:

Um deles quando da criação da Companhia Sulamericana de Distribuição, a administração efetuou uma avaliação com o intuito de identificar o adquirente contábil à luz do CPC 15 - Combinação de negócios. Uma vez que em suas avaliações a administração não identificou um adquirente efetivo entre os negócios combinados (Évora e Cidade Canção), o ágio (*goodwill*) gerado nas duas operações foi mantido, passando a ser representado pela incorporação da totalidade das ações da Évora e Cidade Canção, a qual gerou diferença positiva entre o valor do patrimônio líquido daquelas empresas e o valor justo dos ativos e passivos das mesmas no momento de sua avaliação. O ágio de incorporação das ações de controladas é registrado como "Ativo intangível", sua amortização para fins fiscais foi esgotada em 2017.

O segundo foi identificado na aquisição da rede Amigão decorrente da aquisição de participação do capital e registrado por expectativa de rentabilidade futura de acordo com os laudos contábeis considerando o valor justo do patrimônio líquido da investida.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas, sendo este contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(b) Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas quando da junção das operações de Évora, Cidade Canção e Amigão foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

A carteira de clientes é composta por um sistema de cartão de crédito com administração própria, é calculada conforme o laudo de ajuste ao valor justo da rede Amigão e será amortizada dentro de 5 anos.

(d) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Fundos de Comércio

Os fundos de comércio adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos fundos de comércio durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

(f) Direitos sobre pontos comerciais

Os direitos sobre pontos comerciais (luvas) adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos direitos sobre as luvas durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

(g) Cláusula de não competição

A cláusula de não competição foi estabelecida na aquisição da rede Amigão por meio do contrato de compra e venda com os ex-sócios, calculado com um prazo de vida útil de cinco anos, que assim define o seu prazo de amortização.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em propriedades de terceiros é efetuada de acordo com o período dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizadas as lojas da CSD. Quanto aos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil média estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em propriedades de terceiros (conforme prazos contratuais)	15
Máquinas e equipamentos	12
Veículos	4
Computadores e periféricos	4
Edificação	25
Móveis e utensílios	6

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço caso sejam gerados lucros tributáveis na operação. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de produtos alimentícios. As vendas dos produtos são reconhecidas quando é vendido um produto para o cliente, ou seja, quando o controle sobre os produtos é transferido ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de débito, crédito e cheques. Em 2017 a Companhia iniciou a exploração de vendas com dois novos seguimentos, sendo um deles o Atacarejo e o outro Vendas Web. A Administração determinou que não há menor probabilidade de reversão da receita reconhecida, nem a parte relacionada contratos não há qualquer rescisão.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Arrendamentos

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Benefícios a empregados - participação dos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o resultado atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na (Nota 2.11).

Durante o exercício de 2018, e com base nas estimativas da administração, não houve determinação de valores de perdas imputáveis ao ágio (Nota 15 (b)).

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos os custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos sete anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Créditos tributários

O Grupo reconhece créditos tributários principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS baseada na análise da legislação vigente e da jurisprudência atualizada reforçada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)mas não está em vigor para o exercício de 2018.

- **CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil"** - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento vigente em face das novas regras contábeis de arrendamento no CPC 06 (R2). A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do Grupo.

Conforme descrito na Nota 14, o Grupo tem R\$ 567.416 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e estima-se que cerca de 6% referem-se a pagamentos de arrendamentos de curto prazo e baixo valor que serão reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício. Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, a Companhia espera reconhecer aproximadamente R\$ 185.000 em 1º janeiro de 2019 como ativos de direito de uso em contrapartida de passivos de arrendamento.

A Companhia estima que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, mas a administração ainda está avaliando os impactos efetivos. Espera-se que o EBITDA ajustado aumente, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3 Gestão de risco

3.1 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e seus fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter o maior número possível de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e com administradoras de cartões. Este risco é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia serem realizadas em dinheiro e por meio de cartões de débito e crédito. Com relação aos cheques pré-datados, são considerados os indicativos de perdas históricas no estabelecimento de uma provisão para perdas (*impairment*).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	243.203			
Empréstimos e financiamentos	38.280	45.249	69.086	
Outras contas a pagar	42.238	3.883		
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	205.373			
Empréstimos e financiamentos	62.322	68.038	11.007	806
Outras contas a pagar	26.911	531	6.960	
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	243.203			
Empréstimos e financiamentos	43.646	50.956	88.117	
Outras contas a pagar	43.243	3.883		
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	205.373			
Empréstimos e financiamentos	67.096	73.143	28.656	6.950
Outras contas a pagar	29.099	531	6.960	

3.2 Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira no Consolidado podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 16)	182.719	175.845
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(82.049)	(54.637)
Dívida líquida	100.670	121.208
Total do patrimônio líquido	372.807	342.119
Total do capital	473.477	463.327
Índice de alavancagem financeira - %	21	26

4 Instrumentos financeiros por categoria – consolidado

	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2018		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	161.261	161.261
Demais contas a receber	8.361	8.361
Caixa e equivalentes de caixa	82.049	82.049
	<u>251.671</u>	<u>251.671</u>
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2018		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	182.719	182.719
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	243.203	243.203
	<u>425.922</u>	<u>425.922</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2017		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	132.092	132.092
Demais contas a receber	8.498	8.498
Caixa e equivalentes de caixa	54.637	54.637
	<u>195.227</u>	<u>195.227</u>
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2017		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	175.845	175.845
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	205.373	205.373
	<u>381.218</u>	<u>381.218</u>

5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (impairment), no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A Companhia não possui outros ativos financeiros ou passivos registrados pelo valor justo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	2.017	1.667	2.017	1.667
Numerários em trânsito	17.575	14.576	17.575	14.576
Bancos conta movimento	4.202	5.415	4.301	6.670
Aplicações financeiras (i)	56.835	31.724	58.156	31.724
	<u>80.629</u>	<u>53.382</u>	<u>82.049</u>	<u>54.637</u>

- (i) São aplicações em renda fixa indexadas pela variação média de 50% a 98% do CDI, estão sujeitas a variações insignificantes de valor justo e podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, cuja intenção da administração é fazer uso destes recursos no curto prazo.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Administradoras de cartões (a)	70.143	64.044	70.143	64.044
Cheques pré-datados	27.315	15.967	27.315	15.967
Contas a receber de fornecedores (b)	39.761	29.811	39.761	29.811
Tickets de vendas	18.367	15.432	18.367	15.432
Contas a receber de clientes	470	771	4.970	5.771
Outros	1.030	2.017	1.030	2.017
Subtotal	157.086	128.042	161.586	133.042
Provisão para devedores duvidosos	(325)	(950)	(325)	(950)
	<u>156.761</u>	<u>127.092</u>	<u>161.261</u>	<u>132.092</u>

Não circulante

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber de clientes (i)	1.200	5.700
	<u>1.200</u>	<u>5.700</u>

(i) Relativo a venda à terceiros do imóvel da controlada Incomar, concluída em 12-dez-17 onde foi estabelecido nova loja da Companhia, localizada na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro, Maringá-PR.

- (a) Administradoras de cartões: As operações de cartão de crédito são recebidas normalmente dentro de um prazo de aproximadamente 30 dias.
- (b) Contas a receber de fornecedores: este saldo é proveniente de acordos comerciais gerados através de transações correntes entre o Grupo e seus fornecedores e baseadas, principalmente, no volume de compras.

As contas a receber têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	137.499	104.050	141.999	109.050
Vencidos até 30 dias	17.097	8.738	17.097	8.738
Vencidos de 31 a 60 dias	1.322	10.933	1.322	10.933
Vencidos de 61 a 90 dias	763	3.233	763	3.233
Vencidos de 91 a 120 dias	34	94	34	94
Vencidos acima de 121 dias	371	994	371	994
	<u>157.086</u>	<u>128.042</u>	<u>161.586</u>	<u>133.042</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	(950)	(95)	(950)	(95)
Constituição de provisão		(855)		(855)
Reversão de provisão	625		625	
Em 31 de dezembro	<u>(325)</u>	<u>(950)</u>	<u>(325)</u>	<u>(950)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas", já a despesa com desconto foi registrada como "despesa financeira". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	209.876	190.917	209.876	190.917
Mercadorias para trocas	1.121	2.505	1.121	2.505
Mercadorias em trânsito	2.754	5.795	2.754	5.795
Terrenos – Incomar			16.239	17.899
Outros	857	1.296	857	1.296
Ajuste a valor presente	(2.982)	(2.319)	(2.982)	(2.319)
Provisões para perdas nos estoques (i)	<u>(2.939)</u>	<u>(1.936)</u>	<u>(2.939)</u>	<u>(1.936)</u>
	<u>208.687</u>	<u>196.258</u>	<u>224.926</u>	<u>214.157</u>

- (i) As provisões para perdas nos estoques são compostas pela combinação de dois principais fatores de desvalorização como segue:

Há algumas negociações com fornecedores, que permite a Companhia devolver os produtos a fornecedores, denominado e segregado "estoque de produtos de trocas", basicamente é composto por produtos vencidos, danificados e baixo giro, quando segregados ficam aguardando a retirada e consequente indenização, devido a probabilidade de não ocorrer o ressarcimento, constitui-se a provisão.

O ramo de atividade varejista, está sujeito a um processo de perdas de estoque, provenientes de sua operação, seja por furtos, deterioração, perecíveis entre outras, este processo é previsto e reconhecido inclusive pela RFB (Receita Federal do Brasil) que prevê um percentual aceitável para dedutibilidade deste tipo de perdas, baseado no histórico dessas perdas a Companhia constitui provisão, que em média está abaixo do patamar reconhecido pela RFB para o varejo.

Os terrenos registrados na subsidiária integral Incomar, estão diretamente relacionados a imóveis para comercialização com investidores dentro do padrão usual de negociações do setor imobiliário, e encontram-se registrados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Não há ônus ou gravames sobre os estoques.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Despesas do exercício seguinte	1.699	1.593	1.699	1.611
Aluguéis a receber	458	403	458	403
Valores a ressarcir (i)	2.575	3.771	2.575	3.771
Outros	5	2	6	4
	<u>4.737</u>	<u>5.769</u>	<u>4.738</u>	<u>5.789</u>
Não circulante				
Adiantamento de aluguéis	1.675	1.825	1.675	1.825
Impostos a recuperar	1.153	1.153	1.153	1.153
Empréstimos a receber	-	-	2	-
Seguros a apropriar	714	1.563	714	1.546
Consórcios	423	439	423	439
Saldo a receber partes relacionadas	8.926	7.789	8.926	7.789
	<u>12.891</u>	<u>12.769</u>	<u>12.893</u>	<u>12.752</u>
	<u>17.628</u>	<u>18.538</u>	<u>17.631</u>	<u>18.541</u>

(i) Referem-se a desembolsos por pagamentos de despesas pertencentes aos antigos acionistas da rede adquirida AmigãoLins, que serão amortizados com os valores retidos para pagamento conforme descrito na (Nota 22).

10 Títulos públicos estaduais

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Valor de face dos precatórios adquiridos	12.165	13.745
(-) Deságio obtido na aquisição dos precatórios	(6.976)	(7.844)
(-) Provisão para perdas na realização dos precatórios	<u>(5.189)</u>	<u>(5.901)</u>

Em 9 de fevereiro de 2012, foi sancionada a Lei do Estado do Paraná nº. 17.082, instituindo parcelamento especial para as dívidas tributárias, permitindo que parte destas dívidas seja compensada com precatórios, mediante homologação das compensações pelas autoridades fiscais. A referida Lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 5007/12.

A Companhia Sulamericana de Distribuição fez adesão a esta lei no exercício de 2012, a homologação dos precatórios se deu no exercício de 2015, desta forma o valor atualizado dos precatórios foi compensado com o parcelamento supracitado.

Conforme mencionado na Nota 2.8 para os demais títulos precatórios, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão de 100% do seu valor de aquisição.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Em 1º de janeiro		
Atualização	864	402
Reversão deságio	869	850
Provisão para perdas	711	400
Baixas	<u>(2.444)</u>	<u>(1.652)</u>
Em 31 de dezembro		

Baseado na estratégia definida na Nota 2.8, a Companhia recebeu precatórios junto ao Governo do Estado do Paraná, durante o ano de 2018, no montante de R\$ 2.444, sendo que parte deste montante valor de R\$ 1.580 foram registrados no patrimônio na aquisição do precatório, já o valor de R\$ 864 trata-se de atualização monetária.

11 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto diferido ativos – Prejuízo fiscal e Base negativa				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	4.787	2.967	4.787	2.967
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	<u>18.304</u>	<u>23.413</u>	<u>18.304</u>	<u>23.413</u>
	23.091	26.380	23.091	26.380
Imposto diferido ativos – Diferenças temporárias				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	12.275	12.450	12.275	12.450
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	<u>15.225</u>	<u>16.580</u>	<u>15.225</u>	<u>16.580</u>
	27.500	29.030	27.500	29.030
	<u>50.591</u>	<u>55.410</u>	<u>50.591</u>	<u>55.410</u>
Imposto diferido passivos				
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	(2.516)	(2.916)	(2.516)	(2.916)
Passivo de imposto diferido (ágio)	<u>(84.497)</u>	<u>(78.829)</u>	<u>(84.497)</u>	<u>(78.829)</u>
	<u>(87.013)</u>	<u>(81.745)</u>	<u>(87.013)</u>	<u>(81.745)</u>
	<u>(36.422)</u>	<u>(26.335)</u>	<u>(36.422)</u>	<u>(26.335)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas realizáveis não circulantes tem as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2020	10.689	10.437	10.689	10.437
2021	12.441	12.320	12.441	12.320
Após 2022	10.399	17.236	10.399	17.236
Total	33.529	39.993	33.529	39.993

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções que os suportam são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções.

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Provisões	Prejuízos fiscais	Total
Ativo de imposto diferido			
Em 1º de dezembro de 2017	(28.313)	(21.243)	(49.556)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(717)	(5.137)	(5.854)
Em 31 de dezembro de 2017	(29.030)	(26.380)	(55.410)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	1.530	3.289	4.819
Em 31 de dezembro de 2018	(27.500)	(23.091)	(50.591)

	Controladora e Consolidado			
	Amortização fiscal do ágio	Ajuste ao valor justo	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2017	65.346	2.598	728	68.672
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	13.483	(530)	120	13.073
Em 31 de dezembro de 2017	78.829	2.068	848	81.745
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	5.668	(530)	130	5.268
Em 31 de dezembro de 2018	84.497	1.538	978	87.013

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos

	Percentual de participação	Saldo em 31/12/2017	Aumento de Equivalência de capital patrimonial		Saldo em 31/12/2018
Incomar Empreendimentos Imobiliários	99,99%	36.040		909	36.949
Investimentos bancários (cotas de capital)		388	68		456
Total		<u>36.428</u>	<u>68</u>	<u>909</u>	<u>37.405</u>

As movimentações ocorridas durante o ano de 2018 e 2017 na conta de investimentos da controladora estão abaixo apresentadas:

	Controladora	
	2018	2017
Em 1º de janeiro	36.428	25.860
Equivalência patrimonial	909	1.565
Aumento de capital - controladora		8.977
Aplicação quotas capital Sicoob/Sicred/Unicred/SCD	68	26
Em 31 de dezembro	<u>37.405</u>	<u>36.428</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2016										
Saldo inicial	5.204	20.264	43.191	39.938	1.702	7.189	35.570	7.806	2.281	163.145
Aquisições		3.872	10.459	292	28	2.241	7.966		1.300	26.158
Projetos em andamento								9.069		9.069
Baixas	(1.310)	(420)	(599)		(39)	(480)				(2.848)
Transferências			9				7.806	(7.806)	(9)	
Depreciação		(2.797)	(5.790)	(1.630)	(549)	(1.785)	(5.975)		(267)	(18.793)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>20.919</u>	<u>47.270</u>	<u>38.600</u>	<u>1.142</u>	<u>7.165</u>	<u>45.367</u>	<u>9.069</u>	<u>3.305</u>	<u>176.731</u>
Em 31 de dezembro de 2017										
Custo	3.894	38.533	84.968	44.239	6.787	15.951	87.387	9.069	5.021	295.849
Depreciação acumulada		(17.614)	(37.698)	(5.639)	(5.645)	(8.786)	(42.020)		(1.716)	(119.118)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>20.919</u>	<u>47.270</u>	<u>38.600</u>	<u>1.142</u>	<u>7.165</u>	<u>45.367</u>	<u>9.069</u>	<u>3.305</u>	<u>176.731</u>
Em 1º de janeiro de 2018										
Saldo inicial	3.894	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	176.731
Aquisições		1.347	3.427			5.103	6.516		51	16.444
Projetos em Andamento (i)								15.991		15.991
Baixas		(251)	(518)			(33)				(802)
Transferências						102				102
Depreciação		(2.862)	(6.147)	(1.633)	(516)	(2.608)	(6.964)		(325)	(21.055)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>25.060</u>	<u>3.031</u>	<u>187.411</u>
Em 31 dezembro de 2018										
Custo	3.894	39.051	86.680	44.239	6.787	20.669	93.901	25.060	5.073	325.354
Depreciação acumulada	-	(19.898)	(42.648)	(7.272)	(6.161)	(10.940)	(48.982)	-	(2.042)	(137.943)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>25.060</u>	<u>3.031</u>	<u>187.411</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

(i) Trata-se de projetos em andamento que serão capitalizados após a entrada em operação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2016										
Saldo inicial	14.059	20.264	43.191	39.938	1.702	7.189	35.570	8.098	2.281	172.292
Aquisições		3.872	10.459	292	28	2.241	7.966		1.300	26.158
Projetos em andamento								9.069		9.069
Baixas	(3.640)	(420)	(599)		(39)	(480)		(292)		(5.470)
Transferências			9				7.806	(7.806)	(9)	
Depreciação		(2.797)	(5.790)	(1.630)	(549)	(1.785)	(5.975)		(267)	(18.793)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>20.919</u>	<u>47.270</u>	<u>38.600</u>	<u>1.142</u>	<u>7.165</u>	<u>45.367</u>	<u>9.069</u>	<u>3.305</u>	<u>183.256</u>
Em 31 de dezembro de 2017										
Custo	10.419	38.533	84.968	44.239	6.787	15.951	87.387	9.069	5.021	302.374
Depreciação acumulada		(17.614)	(37.698)	(5.639)	(5.645)	(8.786)	(42.020)		(1.716)	(119.118)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>20.919</u>	<u>47.270</u>	<u>38.600</u>	<u>1.142</u>	<u>7.165</u>	<u>45.367</u>	<u>9.069</u>	<u>3.305</u>	<u>183.256</u>
Em 1º de janeiro de 2018										
Saldo inicial	10.419	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	183.256
Aquisições		1.347	3.427			5.103	6.516		51	16.444
Projetos em Andamento								23.641		23.641
Baixas		(251)	(518)			(33)				(802)
Transferências						102				102
Depreciação		(2.862)	(6.147)	(1.633)	(516)	(2.608)	(6.964)		(325)	(21.055)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>32.710</u>	<u>3.031</u>	<u>201.586</u>
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	10.419	39.051	86.680	44.239	6.787	20.669	93.901	32.710	5.073	339.529
Depreciação acumulada	-	(19.898)	(42.648)	(7.272)	(6.161)	(10.940)	(48.982)	-	(2.042)	(137.943)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>32.710</u>	<u>3.031</u>	<u>201.586</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 21.055 (2017 - R\$ 18.793) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Depreciação e Amortização".

O montante de R\$ 25.060 em 2018 registrados como imobilizado em andamento refere-se a investimentos que ainda não entraram em operação, que dentre outros projetos são representados pela troca de luminárias de lojas no valor de R\$5.600 e a substituição do CPD central no valor de R\$4.600.

O CD de Paçandu, veículos e máquinas e equipamentos incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	46.488	43.138	46.488	43.138
Depreciação acumulada	<u>(8.029)</u>	<u>(5.498)</u>	<u>(8.029)</u>	<u>(5.498)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>38.459</u>	<u>37.640</u>	<u>38.459</u>	<u>37.640</u>

O Grupo arrenda diversos veículos e máquinas, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três e dez anos e a propriedade dos ativos é do Grupo

14 Compromissos com arrendamento mercantil operacional (consolidado)

A Companhia arrenda na modalidade de arrendamento mercantil operacional, diversos pontos de varejo, onde se localizam suas unidades. O prazo médio dos contratos de arrendamento é de 120 meses. A maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado. O custo médio mensal com arrendamento mercantil operacional é de R\$ 4.728 (2017 – R\$ 3.791).

Os pagamentos futuros totais mínimos de arrendamento, já firmados e não canceláveis, são:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Menos de um ano	36.603	34.217
Mais de um ano e menos de cinco anos	198.041	172.699
Mais de cinco anos	<u>332.772</u>	<u>246.546</u>
	<u>567.416</u>	<u>453.462</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

(a) Composição e movimentação

Intangível							Controladora
	Ágio (i) (ii)	Marcas registradas	Softwares	Fundo de comércio	Luvas	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2016	302.658	277	1.578	1.955	5.035	1.167	312.670
Adições			684				684
Baixas			(28)				(28)
Amortização			(646)	(139)	(325)	(437)	(1.547)
Em 31 de dezembro de 2017	302.658	277	1.588	1.816	4.710	730	311.779
Adições			182				182
Baixas			(2)				(2)
Amortização			(629)	(127)	(401)	(437)	(1.594)
Em 31 de dezembro de 2018	302.658	277	1.139	1.689	4.309	293	310.365
Taxa média de amortização % ao ano		20	20	5	5	20	

Intangível							Consolidado
	Ágio (i) (ii)	Marcas registradas	Softwares	Fundo de comércio	Luvas	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2016	302.658	277	1.578	1.955	5.035	1.167	312.670
Adições			684				684
Baixas			(28)				(28)
Amortização			(646)	(139)	(325)	(437)	(1.547)
Em 31 de dezembro de 2017	302.658	277	1.588	1.816	4.710	730	311.779
Adições			182				182
Baixas			(2)				(2)
Amortização			(629)	(127)	(401)	(437)	(1.594)
Em 31 de dezembro de 2018	302.658	277	1.139	1.689	4.309	293	310.365
Taxa média de amortização % ao ano		20	20	5	5	20	

O montante de R\$ 1.594 (2017 – R\$ 1.547) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Depreciação e Amortização".

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 2010, a Companhia incorporou a totalidade das ações da Cidade Canção e da Évora, cuja relação de troca foi realizada a valores de mercado. A CSD apurou um ágio, cujo fundamento econômico foi pautado com base na expectativa de rentabilidade futura da Cidade Canção e da Évora.

O fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa independente e refletido por meio de laudos de avaliação elaborados com base no fluxo de caixa descontado projetado ao longo de um período de sete anos. Esta incorporação proporcionou a expansão conjunta das operações da Cidade Canção e Évora, aumentando sua relevância e consolidação no mercado brasileiro, além de importantes ganhos em eficiência administrativa, maior flexibilidade no gerenciamento dos negócios e a centralização no gerenciamento das incorporadas.

Foi efetuado registro de ativos intangíveis gerados por intermédio do relacionamento com os clientes de cada uma das marcas. Este ativo intangível está sendo amortizado linearmente entre o período de 4 a 9 anos, de acordo com o laudo de avaliação e estudo efetuado.

- (ii) Em 2014, a Companhia adquiriu a rede de Supermercados Amigão apurando um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 73.861, decorrente da aquisição de participação do capital do AMIGÃO de acordo com o valor do Patrimônio Líquido Pró Forma. Também foi incorporado o intangível detalhado na nota 2.9 (c).

(b) Testes do ágio para verificação de *impairment*

Anualmente, a CSD efetua a avaliação do valor recuperável do ágio contabilizado, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 01. Dessa forma, a administração avalia o valor recuperável do ágio considerado como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), que é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

O modelo econômico-financeiro calcula as receitas por meio das principais linhas de negócios: Faturamento de Lojas Atuais, considerando as premissas de crescimento, custos e despesas operacionais.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 foram:

- (i) Faturamento de Lojas Atuais: Foi considerado o crescimento de 5,10% para o ano de 2019, composto por 1,23% de crescimento real e 3,87% de inflação. Para os demais anos da projeção foi considerado o crescimento de 7,50%, sendo 3,63% de crescimento real e 3,87% de inflação.
- (ii) Deduções: Foram considerados como deduções, 6,00% referente a impostos incidentes sobre a venda e 0,13% referentes a devoluções de vendas.
- (iii) Custo de Mercadorias Vendidas: Foram considerados 81,64% sobre a receita líquida da receita líquida até o final da projeção.
- (iv) Verbas Comerciais: As projeções consideram manutenção dos indicadores históricos para as representação em média 7,25% da receita líquida a partir de 2018.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Despesas: As despesas foram projetadas variáveis, considerando um percentual da receita líquida. Ao longo dos anos a Administração considerou alguns decréscimos do percentual em razão de ganhos de escala e eficiência operacional.
- (vi) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Para efeito de cálculo de IR e CSLL a Administração utilizou uma alíquota total de 34%.
- (vii) Capital de Giro Operacional: Consideramos como capital de giro operacional as contas a receber, estoques, outros créditos, fornecedores, obrigações trabalhistas, obrigações tributárias e outras obrigações com base nas informações históricas de giro do balanço de 2016, 2017 e 2018.
- (viii) Taxa de Desconto: A taxa utilizada pela Administração no Cálculo do valor presente do Fluxo de Caixa foi *Weighted Average Cost of Capital* (“WACC”) nominal de 8,88% ao ano em dezembro de 2018.
- (ix) Vida Útil e Horizonte de Projeção: As projeções da Administração foram elaboradas até 2025 e incluem o valor de perpetuidade. A perpetuidade foi calculada utilizando a fórmula de Gordon, considerando como crescimento a taxa de 3,87% a.a., em conformidade com a inflação projetada.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi identificado fator interno ou externo que pudesse ocasionar a redução do ágio registrado contabilmente nas demonstrações financeiras.

Se houvesse uma variação de 10% nas principais premissas incluídas no teste (receita bruta, taxa de desconto, despesas administrativas com vendas e crescimento na perpetuidade), resultaria, com todas as alterações consideradas isoladamente, num valor recuperável igual ou maior que o valor contábil.

16 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Empréstimos bancários (i)	22.519	57.595	22.519	57.595
FINAME - Financiamento industrial (ii)	4.288	4.350	4.288	4.350
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.462	377	1.462	377
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)			5.366	4.774
Debêntures (v)	10.011		10.011	
	<u>38.280</u>	<u>62.322</u>	<u>43.646</u>	<u>67.096</u>
Não circulante				
Empréstimos bancários (i)	43.972	66.699	43.972	66.699
FINAME - Financiamento industrial (ii)	9.682	12.429	9.682	12.429
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	2.171	723	2.172	723
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)			24.737	28.898
Debêntures (v)	58.510		58.510	
	<u>114.335</u>	<u>79.851</u>	<u>139.073</u>	<u>108.749</u>
Total dos empréstimos	<u>152.615</u>	<u>142.173</u>	<u>182.719</u>	<u>175.845</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mapa de Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora					
	2017	Captação - principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2018
Empréstimos bancários (i)	124.294	50.000	14.810	(14.034)	(110.057)	65.013
FINAME - Financiamento industrial (ii)	16.779	434	1.682	(1.682)	(3.242)	13.970
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.100	3.106	145	(145)	(574)	3.632
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (v)						
Debêntures (iv)		70.000	1.234	(1.234)		70.000
	142.173	123.540	17.871	(17.095)	(113.873)	152.615

	Consolidado					
	2017	Captação - principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2018
Empréstimos bancários (i)	124.294	50.000	14.810	(14.034)	-110.057	65.013
FINAME - Financiamento industrial (ii)	16.779	434	1.682	(1.682)	-3.242	13.970
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.100	3.106	145	(145)	(574)	3.632
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (v)	33.672		5.452	(2.134)	(6.887)	30.104
Debêntures (iv)		70.000		(1.234)		70.000
	175.845	123.540	23.323	(19.229)	(120.760)	182.719

(i) Os empréstimos bancários têm vencimento até 2023, sendo garantidos pela carteira de recebíveis de cartão e ações dos acionistas. A taxa média de captação de empréstimos em 2017 foi de 138% do CDI e em 2018 160% do CDI.

(ii) Os financiamentos na modalidade FINAME tem como garantias dadas, as máquinas e equipamentos financiados.

(iii) As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. A totalidade destes bens é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia sofrendo a depreciação normal de acordo com a sua expectativa de vida útil econômica.

(iv) Em 21 novembro 2013, a controlada Pighes Empreendimentos Imobiliários Ltda emitiu certificados de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 34.000, garantidos na sua totalidade pela controladora CSD. Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a construção de seu Centro de Distribuição localizado na cidade de Paçandu Estado do Paraná.

(v) A Companhia realizou a primeira emissão de Debentures simples não conversíveis em ações no valor total de R\$70.000, nos termos da instrução 476^a da CVM com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os certificados são atualizados monetariamente pela variação acumulada do índice de preço ao consumidor amplo (IPCA).

O pagamento da primeira parcela ocorreu em 7 de outubro de 2014, no total de 110 parcelas mensais a findarem em 10 de novembro de 2023.

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Certificados de recebíveis imobiliários	30.104	33.672
Juros sobre CRI	4.864	6.999
Total	34.968	40.671
Circulante	5.367	4.774
Não circulante	24.737	28.897
	30.104	33.671

As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019		55.375		60.480
2020	45.249	12.662	50.956	18.147
2021	43.457	11.814	49.570	30.122
Após 2022	25.629		38.547	
Total	114.335	79.851	139.073	108.749

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de mercadorias	234.409	197.988	234.409	197.988
Fornecedores de hortifrutigranjeiros	6.729	5.718	6.729	5.718
Fornecedores de produtos de consumo	3.307	2.883	3.307	2.883
Ajuste a valor presente	(1.267)	(1.218)	(1.267)	(1.218)
Outras contas a pagar	25	2	25	2
	243.203	205.373	243.203	205.373

Com o objetivo de obter receita financeira e fortalecer as negociações comerciais de compras de mercadorias, a Companhia anui operações de risco sacado com seus fornecedores.

A receita obtida com a operação de risco sacado em 2018 foi R\$ 2.604 (2017 – R\$ 2.041), o montante das operações em aberto em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 36.552 (2017 – R\$ 35.345).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS a recolher	18.042	18.051	18.042	18.051
PIS e COFINS sobre faturamento a recolher			321	24
IR e CSLL a recolher	755		1.272	691
IRRF de terceiros a recolher	11	78	11	78
INSS s/ serviços de terceiros a recolher	6	14	6	14
Outros tributos a recolher	87	107	153	751
	<u>18.901</u>	<u>18.250</u>	<u>19.805</u>	<u>19.609</u>

19 Parcelamento de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Principal	3.097	2.696	3.097	2.696
Multa e juros	1.457	1.268	1.457	1.268
	<u>4.554</u>	<u>3.964</u>	<u>4.554</u>	<u>3.964</u>
Não circulante				
Principal	5.059	5.590	5.059	5.590
Multa e juros	1.159	1.281	1.159	1.281
	<u>6.218</u>	<u>6.871</u>	<u>6.218</u>	<u>6.871</u>
Total de parcelamento de impostos	<u>10.772</u>	<u>10.835</u>	<u>10.772</u>	<u>10.835</u>

O quadro abaixo indica as movimentações de consolidação dos parcelamentos de ICMS e transferências dos precatórios utilizados no Termo de Pedido de Parcelamento formalizado no exercício, demonstrando a variação ocorrida no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	10.835	12.899	10.835	12.899
Adição por adesão parcelamento	1.060	5.659	1.060	5.659
Baixa de parcelamentos/pagamentos	(1.752)	(8.273)	(1.752)	(8.273)
Atualização	629	550	629	550
Em 31 de dezembro	<u>10.772</u>	<u>10.835</u>	<u>10.772</u>	<u>10.835</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas dos parcelamentos de impostos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2020	3.903	3.964	3.903	3.964
Após 2020	2.315	2.907	2.315	2.907
Total	6.218	6.871	6.218	6.871

A distribuição das parcelas registradas no passivo não circulante está considerando a liquidação de um saldo representativo do valor devido, com base na homologação de títulos precatórios dados como forma de pagamento no exercício de 2015, conforme prevê a Lei Estadual nº 17.082/2012.

20 Provisões para contingências

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários em andamento, para aqueles casos em que o risco de perda foi considerado provável, como segue:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado											
	Autos de infração	(-) Valores a ressarcir - antigos acionistas	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Demais provisões (ii)	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2017	101.323	(101.323)	37.283	715	17.350		55.348	(3.788)	(2.868)	(6.656)	48.692
Adições			6.551		4.898	359	11.808		(2.789)	(2.789)	9.019
Baixas				(338)	(2.988)		(3.326)		2.384	2.384	(942)
Variação monetária	213	(213)	3.753		785		4.538	(388)	(342)	(730)	3.809
Reversão	(38.095)	38.095	(5.583)	242	(2.722)		(8.063)				(8.063)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>63.441</u>	<u>(63.441)</u>	<u>42.004</u>	<u>619</u>	<u>17.323</u>	<u>359</u>	<u>60.305</u>	<u>(4.176)</u>	<u>(3.615)</u>	<u>(7.791)</u>	<u>52.515</u>
Em 1º de janeiro de 2018	63.441	(63.441)	42.004	619	17.323	359	60.305	(4.176)	(3.615)	(7.791)	52.514
Adições			4.415	342	4.999		9.756	(1.444)	(1.275)	(2.719)	7.037
Baixas				(656)	(6.155)	(359)	(7.170)	792	209	1.001	(6.169)
Variação monetária			2.512		424		2.936	(287)	(334)	(621)	2.315
Reversão(i)			(8.780)		(1.272)		(10.052)				(10.052)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>63.441</u>	<u>(63.441)</u>	<u>40.151</u>	<u>305</u>	<u>15.319</u>	<u>-</u>	<u>55.775</u>	<u>(5.115)</u>	<u>(5.015)</u>	<u>(10.130)</u>	<u>45.645</u>

(i) Trata-se da reversão de provisão por conta da adesão ao programa de parcelamento de dívidas tributárias concedido pelo Governo (PERT), conforme detalhado na Nota 20 (a).

(ii) O valor de provisões da Controladora é de R\$ 59.946, quando somados as demais provisões R\$ 359, reflete o total de provisões consolidado.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributárias

As demandas tributárias são substancialmente indexadas pela SELIC, cuja taxa foi aproximadamente de 6,50% em dezembro de 2018 (7,10% em 2017) e estão sujeitas, quando aplicável, a multas.

Abaixo destacamos os principais processos tributários provisionados pela Companhia:

Durante o ano de 2005, a Évora, incorporada pela CSD em julho de 2010, foi autuada pela Receita Federal sobre inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004.

A Companhia está questionando este auto na esfera administrativa. O entendimento dos advogados externos responsáveis pelo acompanhamento deste processo é de que a forma de lavratura do auto de infração emitido pela Receita Federal não está adequada, pois a fonte de informação adotada pelo auditor fiscal foram livros fiscais não relacionados aos impostos autuados, assim como margens de contribuição não aplicáveis ao ramo de atividade da Companhia.

Esses processos estão sendo provisionados em sua totalidade pela Companhia, assim como seu respectivo valor a ressarcir, redutor desta contingência passiva, uma vez que em caso de perda, há terrenos hipotecados como garantia no mesmo montante da causa em favor da CSD, dados como garantia pelos antigos acionistas da Évora, no mesmo montante atualizado do referido auto.

Lastreados pelo Medida Provisória expedida pelo Governo Federal MP 783/2017 de 31-mai-17 e Lei 13.496/2017 a qual instituiu o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, a Companhia utilizou o parecer de seus advogados para abdicar da discussão administrativa no caso da dívida federal COFINS pertencente a empresa EVORA, autuação de 2001 a 2004, sendo todo o desembolso classificado no contas a receber de outros ativos Nota 9, já que a mesma será reembolsada pelos sócios, no caso da dívida da empresa AMIGÃO a Companhia desistiu da adesão a Lei 12.996/2014 e aderiu a Lei 13.496/2017 (PERT 2017). O demonstrativo abaixo ilustra a negociação:

	ÉVORA Cofins		AMIGÃO IR/CS/PIS/Cofins	
	Valor	Vencimento	Valor	Vencimento
Dívida PERT	37.882		8.449	
Benefício de perdão de juros e multas	(17.473)		(2.070)	
Dívida líquida a parcelar	20.409		6.379	
Parc Entrada 1/5	(1.515)	31-ago-2017	(338)	31-ago-2017
Parc Entrada 2/5	(1.515)	30-set-2017	(338)	30-set-2017
Parc Entrada 3/5	(1.515)	31-out-2017	(338)	31-out-2017
Parc Entrada 4/5	(1.515)	30-nov-2017	(338)	30-nov-2017
Parc Entrada 5/5	(1.515)	31-dez-2017	(338)	31-dez-2017
Entrada Total	(7.575)		(1.690)	
Saldo a parcelar	12.834		4.689	
145 Parcelas	89	31-jan-2018	32	31-jan-2018

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não constituiu provisão para perdas deste montante. O total desses processos é de R\$ 3.730 (2017 – R\$ 2.945).

As contingências tributárias do Amigão tratam-se prioritariamente de tributos indiretos e que estão em fase de consolidação com os procedimentos adotados pela Controladora.

(b) Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia discute judicialmente processos no montante de R\$ 1.558 (2017 - R\$ 4.104) onde seus assessores jurídicos reconhecem que os mesmos possuem risco de perda possível.

(c) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$ 5.405 cujo o risco de perda foi considerado possível (2017 - R\$ 4.709), os quais não estão provisionados. A Administração com o auxílio de seus assessores jurídicos avalia essas contingências registrando provisões para perda quando razoavelmente estimadas considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da Controladora era de R\$ 326.163 dividido em 314.016 mil ações ordinárias. Em 2018, os acionistas integralizaram na sua proporção R\$ 6.918 no capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2018 passou a ser de R\$ 333.081 dividido em 320.366 mil ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária por meio de emissão de até 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. A propriedade dessas ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	46.607	16.457
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	320.366	314.016
	<u>0,15</u>	<u>0,05</u>

Não há outros instrumentos conversíveis em ações, por essa razão o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal acumulada em 31-dez-18 é de R\$ 5.891.

(d) Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios são representados por 25% do lucro líquido ajustado, alinhado com os termos da Lei das Sociedades por Ações, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	46.607	16.456
Realização de ajustes de avaliação patrimonial		(2)
Base para cálculo da reserva legal	46.607	16.454
Constituição da reserva legal (5%)	(2.330)	(823)
Base de cálculo dos dividendos	44.277	15.631
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(11.069)	(3.908)
Dividendos propostos no exercício	2018	2017
Na forma de JCP (i)	(22.838)	(10.826)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>49%</u>	<u>66%</u>

- (i) Durante o exercício de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de dividendos propostos na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante total de R\$ 22.838 referente ao exercício de 2018 (R\$ 10.826 referente a 2017) e tendo por base o patrimônio líquido da sociedade.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii)

Não houve movimentação na conta de dividendos nos anos de 2018 e 2017.

(e) Reserva de lucros a distribuir

Com o advento da Lei nº 11.638 promulgada em 28 de dezembro de 2007, deve ocorrer a destinação integral do lucro do exercício, sendo assim o saldo do lucro do exercício 2012, após a constituição obrigatória da Reserva Legal e a distribuição de dividendos prevista em Estatuto foi transferido para a conta de reserva de lucros a distribuir, até a data da Assembleia e reunião do Conselho de Administração, onde será definida a destinação efetiva do valor.

Conforme prevê Estatuto, artigo 40 item (iii) até 70% do lucro líquido do exercício poderá compor reserva de Investimentos, inclusive em Expansão, visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

As reservas de lucros acumuladas até 31-dez-17 é de \$ 12.393.

(f) Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, aprovou a distribuição aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor total de R\$ 22.838 (R\$ 10.826 em 2017), equivalente ao valor bruto de R\$ 0,05 por ação. Sobre esse valor incide Imposto de Renda com alíquota de 15%, exceto para os acionistas imunes ou com tributação diferenciada, conforme documentação comprobatória. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2018 e submetidos à deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

As movimentações ocorridas durante o ano de 2018 e 2017 na conta de juros sobre capital próprio da controladora estão abaixo apresentadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	10.826	13.389
Pagamentos	(10.826)	(13.388)
Adições	<u>22.838</u>	<u>10.825</u>
Em 31 de dezembro	<u>22.838</u>	<u>10.826</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Contas a pagar imobilizado	9.490	2.640	9.490	2.640
Aluguéis a pagar	3.850	5.434	3.850	5.434
Honorários e serviços terceirizados	2.663	2.140	2.663	2.140
Fretes a pagar	902	826	902	826
Cooper Card - Multi benefícios	927	973	927	973
Outras contas a pagar	24.406	14.898	25.411	17.086
	<u>42.238</u>	<u>26.911</u>	<u>43.243</u>	<u>29.099</u>
Não circulante				
Aluguéis a pagar	64	531	64	531
Hold Back (i)	3.819	6.960	3.819	6.960
	<u>3.884</u>	<u>7.491</u>	<u>3.883</u>	<u>7.491</u>
	<u>46.121</u>	<u>34.402</u>	<u>47.126</u>	<u>36.590</u>

(i) Refere-se a parcela a pagar aos antigos acionistas do Amigão, retidos a título de “escrow account”.

23 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias vendidas	2.280.852	2.115.090	2.283.779	2.130.911
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(120.000)	(118.111)	(120.402)	(118.974)
Vendas canceladas	(3.056)	(3.365)	(3.056)	(3.365)
	<u>2.157.796</u>	<u>1.993.614</u>	<u>2.160.321</u>	<u>2.008.572</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias	1.755.538	1.620.992	1.757.408	1.633.685
Ajuste a valor presente	(16.946)	(20.271)	(16.946)	(20.271)
Contratos comerciais	(155.859)	(153.615)	(155.859)	(153.615)
Créditos de ICMS ST MVA não realizada (i)	(13.161)		(13.161)	
Fretes s/ vendas	5.522	5.146	5.522	5.146
Fretes diversos e transporte de valores	19.428	17.169	19.428	17.169
Depreciação e amortização	22.649	20.342	22.649	20.342
Despesas com propaganda	25.345	24.495	25.345	24.495
Despesas com consultoria e auditoria	8.923	8.569	8.964	8.569
Despesas com pessoal	264.293	253.764	264.293	253.764
Participação dos funcionários nos resultados	3.554	6.730	3.554	6.730
Despesas com imóveis	46.905	45.497	46.994	45.720
Despesas com comunicações	2.121	1.898	2.121	1.898
Energia elétrica	25.789	23.698	25.789	23.698
Multas, impostos e taxas	2.753	1.942	2.755	1.942
Manutenção de máquinas e equipamentos	7.483	6.804	7.483	6.804
Taxa de administração de cartão	17.740	17.277	17.740	17.277
Perdas diversas	52.847	49.703	52.847	49.703
Outras despesas gerais	45.770	42.974	44.667	42.030
	<u>2.120.694</u>	<u>1.973.114</u>	<u>2.121.593</u>	<u>1.985.086</u>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo das mercadorias vendidas (ii)	1.569.572	1.447.106	1.571.442	1.459.799
Despesas com vendas	280.927	266.861	280.927	266.936
Despesas gerais e administrativas	270.195	259.147	269.224	258.350
	<u>2.120.694</u>	<u>1.973.114</u>	<u>2.121.593</u>	<u>1.985.086</u>

- (i) Em 2018, a empresa avaliou o reconhecimento do ressarcimento de ICMS Substituição Tributária (“ICMS ST”) ancorada em decisão do Superior Tribunal Federal, cuja íntegra do acórdão foi publicada em abril de 2017, pelo direito a recuperação da diferença do imposto pago (ICMS ST) sobre a margem estabelecida na compra de produtos para revenda e aquela apurada na venda ao consumidor dos produtos comercializados a partir de outubro de 2016. Desta maneira, A CSD reconheceu R\$ 13.161 relativos ao período de apuração corrente, estando pendente a apuração do ressarcimento ICMS Substituição Tributária (“ICMS ST”) do período de outubro de 2016 a dezembro de 2017.
- (ii) O custo das mercadorias vendidas é formado pelo valor do custo menos o valor das verbas de acordos comerciais com fornecedores, estabelecidas conforme os contratos de aquisição de mercadorias.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Créditos de ICMS, PIS e COFINS (i)	19.055	16.120	19.055	16.120
Receita de reciclagem de produtos	3.828	3.787	3.828	3.787
Receita de contratos logísticos (ii)	31.961	22.020	31.961	22.020
Receita sobre a venda de recarga de celulares	333	454	333	454
Receita de aluguel	1.157	1.158	1.157	1.158
Provisões tributárias	3.582	(621)	3.582	(621)
Outras	(257)	1.006	(257)	1.007
	<u>59.658</u>	<u>43.924</u>	<u>59.658</u>	<u>43.925</u>

- (i) São créditos de ICMS, PIS e COFINS calculados sobre aluguel, energia elétrica, depreciação, fretes, manutenção de equipamentos, água e esgoto, comunicação de dados, material de embalagem, entre outras despesas, onde se conclui que, tais despesas são essenciais à operação. Os referidos créditos são apurados à luz da legislação vigente e com base na opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.
- (ii) Receita de contratos logísticos correspondem a acordos comerciais com fornecedores, o fato gerador destes acordos está relacionado a opção do fornecedor em utilizar o Centro de Distribuição como forma de realizar entrega centralizada, desta forma o custo de distribuição para as lojas (carga e descarga, frete e armazenagem), fica por conta da Companhia, que busca compensar pelos acordos comerciais logísticos.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa financeira				
Juros de empréstimos bancários	(13.827)	(17.875)	(13.705)	(17.875)
Juros de financiamentos bancários	(1.682)	(1.229)	(1.682)	(1.229)
Juros e multas sobre parcelamento de impostos (i)	(629)	(1.826)	(629)	(1.826)
Juros de arrendamento mercantil	(2.262)	(2.371)	(2.262)	(2.371)
Variações monetárias passivas	(2.262)	(3.754)	(2.263)	(3.755)
Despesa de variação cambial	(1.559)		(1.559)	
Ajuste a valor presente	(17.558)	(20.921)	(17.558)	(20.921)
Outras	(7.239)	(2.462)	(7.268)	(2.480)
Total das despesas financeiras	<u>(47.018)</u>	<u>(50.438)</u>	<u>(46.926)</u>	<u>(50.457)</u>
Receita financeira				
Variações monetárias ativas	3.811	5.849	3.811	5.849
Juros recebidos	3.881	1.200	3.964	1.192
Receita de variação cambial	607		607	
Ganhos com precatórios (Nota 10)	1.580	2.250	1.580	2.250
Outras	1.439		1.439	
Total da receita financeira	<u>11.318</u>	<u>9.299</u>	<u>11.402</u>	<u>9.291</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(35.700)</u>	<u>(41.139)</u>	<u>(35.524)</u>	<u>(41.166)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	61.969	24.848	62.862	26.244
Alíquota do Imposto	34%	34%	34%	34%
IR/CS pela alíquota nominal	<u>21.069</u>	<u>8.448</u>	<u>21.373</u>	<u>8.923</u>
Diferenças permanentes	2.398	2.405	2.398	2.405
Juros sobre capital próprio	(7.765)	(3.681)	(7.765)	(3.681)
Diferidos sobre precatórios ano corrente	(242)	(136)	(242)	(136)
Diferidos de anos anteriores		1.386		1.386
Efeito adicional IRPJ	(24)		(24)	
PAT/Lei Rouanet	(50)		(50)	
Diferidos de diferenças tributárias indedutíveis	(24)	(29)	(24)	(29)
Efeito da redução da base (Lucro Presumido controlada)			(304)	(475)
Total contabilizado controladora	<u>15.362</u>	<u>8.393</u>	<u>15.362</u>	<u>8.393</u>
Total contabilizado controlada				<u>1.396</u>
Total contabilizado no exercício:				
Corrente	5.275		6.168	1.396
Diferido	<u>10.087</u>	<u>8.393</u>	<u>10.087</u>	<u>8.393</u>
Alíquota efetiva	23%	27%	24%	30%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos, as transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Contas a receber (i)	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	26		114	
Argus Empr. Imobiliários Ltda.		1		1
Dutriigo Alimentos Ltda.	114	43	114	43
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	180	97	180	97
Incomar Empreendimentos Imobiliários		5		5
Ingá Comercial Atacadista Ltda.		31		31
Instituto Cidade Canção		2		2
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.		2		2
Safira – Sul Brasileira de Distribuição		12		12
Vinícola Intervin Ltda.	27	16	27	16
Cooper Cred Administradora de Cartões Ltda	41.099	36.457	41.099	36.457
	41.446	36.666	41.534	36.666

Contas a pagar - fornecedores (ii)	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo circulante - fornecedores				
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	758		758	
Cooper Cob	38		38	
CTC Administradora e Participações Ltda.	51	47	51	47
Dutriigo Alimentos Ltda.	1.697	1.313	1.697	1.313
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	6.471	5.981	6.471	5.981
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	805	650	805	650
Vinícola Intervin Ltda.	344	299	344	299
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	29	27	29	27
GMC Administração e Participações Ltda.	4	4	4	4
Cooper Cred Administradora de Cartões Ltda	756	796	756	796
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	106	86	106	86
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	1	1	1	1
	11.060	9.204	11.060	9.204
Passivo circulante - Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda	5.366	4.775		
Incomar Empreendimentos Imobiliários	1.205	3.005		
	6.571	7.780	11.060	9.204
Passivo não circulante – Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda (Nota 16 (v))	24.737	28.897		
	35.797	38.101	11.060	9.204

Partes relacionadas – mútuo (iii)	Controladora	
	2018	2017
Ativo não circulante – outros ativos		
Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.205	3.005
	1.205	3.005

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas de resultado (iv)	Controladora			
	2018			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus - Empreendimentos Imobiliários Ltda.				9
Cardoso Administradora de Bens Ltda.				(387)
CTC Administradora e Participações Ltda.				(562)
Dutrigo Alimentos Ltda.	373		(12.278)	387
EBC - Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	1.119	(362)	(49.744)	2.737
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	95	(191)	(1.137)	285
GMC Administração e Participações Ltda.				54
Vinícola Intervin Ltda.	11		(2.069)	120
Cooper Card Administradora de Cartões	3			1.023
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda			(4.008)	
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	12		(1.150)	19
	<u>1.613</u>	<u>(553)</u>	<u>(70.386)</u>	<u>3.685</u>
	Controladora			
	2017			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Cardoso Administradora de Bens Ltda.				(318)
CTC Administradora e Participações Ltda.				(478)
Dutrigo Alimentos Ltda.	45	(32)	(10.763)	787
Easy - Incorporação e Adm. de Imóveis Ltda.				(215)
EBC - Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	3	(2)	(38.159)	1.137
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	308	(224)	(1.087)	542
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.				20
GMC Administração e Participações Ltda.			(858)	(49)
Vinícola Intervin Ltda.	1	(1)	(1.689)	240
Cooper Card Administradora de Cartões				(941)
	<u>357</u>	<u>(259)</u>	<u>(52.556)</u>	<u>725</u>

- (i) Os valores a receber com partes relacionadas referem-se principalmente a vendas de produtos.
- (ii) As obrigações da Companhia com partes relacionadas estão divididas em:

Aluguel: referem-se à obrigação de aluguéis de imóveis utilizados pela Companhia com as empresas relacionadas CTC e Cardoso;

Compra de mercadorias: Realizadas junto à EBC e a Ingá Comercial e constituem-se de produtos de cestas básicas e cestas de natal. As compras com a Iporã, Jadon e Vinícola Intervin referem-se a aquisições de produtos no atacado. Já as compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxas/Tarifas de Cartões: despesas com a CooperCred, com taxas administrativas de cartões e tarifas de cobrança relativas a essas vendas com cartões.

Leasing financeiro: contas a pagar com a Controlada indireta Pighes Empreendimentos relacionada a operação de aquisição e construção do Centro de Distribuição localizado no município de Paíçandu-PR.

- (iii) Os empréstimos com partes relacionadas possuem taxa média de juros de CDI + 0,25% a. m. e vencimentos até 31 de dezembro de 2018.
- (iv) As transações ocorridas no resultado de 2017 da Companhia com partes relacionadas estão assim discriminadas:

Receitas - vendas de mercadorias comercializadas pela Companhia a partes relacionadas;

Custos - custos relacionados às vendas acima descritas;

Compras - As compras realizadas com a EBC e a Ingá Comercial, são basicamente serviços de montagem de cestas básicas e cestas de natal, assim como compras de produtos no atacado. As compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia; e

Outras receitas (despesas) – A receita com a Argus refere-se a receita de aluguel. As despesas com a Cardoso Administradora, CTC Administração, Easy Incorporação e GM Administração apresentadas, se referem a aluguel de lojas ou espaços utilizados pela Companhia. A despesa com a Ingá Comercial é referente a compra de cesta básica para os colaboradores da CSD, a despesa com a Cooper é referente a prestação de serviço de cobrança, e a receita com a Dutrigo, EBC e Iporã são oriundas de acordos comerciais conforme as transações de compras de mercadorias.

A Companhia é avalista apenas da controlada Pighes conforme a operação de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e não possui qualquer vínculo de avalista com as demais partes relacionadas.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>8.511</u>	<u>8.062</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Seguros (não auditado)

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Importância segurada</u>
Incêndio, raio e explosão (básica)	931.681
Danos elétricos	300
Vendaval/granizo/impacto de veículos	5.000
Vidros/anúncios luminosos	280
Responsabilidade civil operações	5.325
Responsabilidade civil empregador	1.000
Seguro Garantia	900
Lucros cessantes decorrentes da básica	3.668
Outros	1.400
Mercadorias em transporte	Ad Valorem
Veículos	Apenas terceiros

* * *

***Companhia
Sulamericana de
Distribuição.***

***Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas de acordo com as prática
contábeis adotadas no Brasil em
31 de dezembro de 2017 e relatório do
auditor independente***

Índice

Relatório da administração	04
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	05
Demonstrações financeiras	01
Balanço patrimonial	01
Demonstração do resultado	02
Demonstração do resultado abrangente	03
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	04
Demonstração dos fluxos de caixa	05
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	06
1 – Informações gerais	06
2 – Resumo das principais políticas contábeis	06
2.1 – Base de preparação	07
2.2 – Consolidação	08
2.3 – Caixa e equivalentes de caixa	08
2.4 – Ativos financeiros	08
2.4.1 – Classificação	08
2.4.2 – Reconhecimento e mensuração	08
2.4.3 – Compensação de instrumentos financeiros	09
2.4.4 – Impairment de ativos financeiros	09
2.5 – Instrumentos financeiros derivativos	09
2.6 – Contas a receber	09
2.7 – Estoques	10
2.8 – Títulos públicos estaduais - precatórios	10
2.9 – Ativos intangíveis	10
2.10 – Imobilizado	11
2.11 – Impairment de ativos não financeiros	12
2.12 – Contas a pagar aos fornecedores	12
2.13 – Empréstimos	12
2.14 – Provisões	13
2.15 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13
2.16 – Capital social	14
2.17 – Reconhecimento da receita	14
2.18 – Arrendamentos	14
2.19 – Benefícios a empregados - participação dos lucros	15
2.20 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
2.21 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	16
2.22 – Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	16
3 – Gestão de risco	17
3.1 – Gestão de risco financeiro	17
3.2 – Gestão de risco de capital	18
4 – Instrumentos financeiros por categoria – consolidado	19
4.1 – Estimativa do valor justo	20
5 – Qualidade do crédito dos ativos financeiros	21
6 – Caixa e equivalentes de caixa	23
7 – Contas a receber	23
8 – Estoques	25
9 – Outros ativos	26
10 – Títulos públicos estaduais	26
11 – Tributos diferidos	27
12 – Investimentos	29
13 – Imobilizado	30
14 – Compromissos com arrendamento mercantil operacional	32

15 – Intangível.....	33
16 – Empréstimos e financiamentos	36
17 – Fornecedores	39
18 – Impostos e contribuições a recolher	39
19 – Parcelamento de impostos	39
20 – Provisões para contingências	41
21 – Patrimônio líquido	44
22 – Outros passivos	47
23 – Receita de vendas	47
24 – Despesa por natureza	48
25 - Outras receitas, líquidas	49
26 – Resultado financeiro	49
27 – Despesa de imposto de renda e contribuição social	50
28 – Transações com partes relacionadas	51
29 – Seguros	54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2017 a economia Brasileira continuou com uma intensa recessão, e apesar dos esforços da equipe econômica, através de redução dos juros e controle da meta da inflação, observou-se uma queda na confiança do consumo, combinada com a escassez de crédito e altas taxas de desemprego, resultando ainda em uma deflação no setor de alimentos em quase todo o segundo semestre, fechando o ano de 2017 em -4,9%, pressionando todos os varejistas deste segmento a buscarem desempenho com maiores volumes de vendas, qualidade e atendimento.

Apesar da forte deflação dos alimentos, a CSD obteve um sólido crescimento de vendas totais da ordem de 7,4% no ano de 2017, e comparada com a mesma base de lojas tivemos um crescimento de 3,7%. Em linha com o plano de expansão, a Companhia abriu 3 novas lojas nas regiões estratégicas de atuação, e se preparou para a entrada no modelo de Cash & Carry com sua nova bandeira Stock Atacadista inaugurada no início de janeiro de 2018.

As despesas operacionais e administrativas cresceram em 7,8% em relação ao ano anterior, ligeiramente superior ao crescimento total das vendas, principalmente pela nova proposta da Companhia para o melhor atendimento ao cliente, e ainda com abertura de suas lojas aos domingos e feriados na região do Paraná.

Diante de todos os fatos a CSD obteve uma Receita Líquida de R\$2.008,6 milhões em 2017 (R\$1.870,1 em 2016) crescimento de 7,4% e o Lucro Bruto de R\$ 548,8 milhões em 2017 (R\$535,0 milhões em 2016) com crescimento em valores nominais em 2,6%, sendo a margem de 27,3% em 2017 menor em relação a 2016 em 1.3 p.p., combinado pela alta competitividade e pressão da deflação sobre os preços dos alimentos, mais especificamente commodities e hortifrutigranjeiros.

O ano de 2018 será pautado pela retomada da confiança do consumidor e o crescimento dos postos de trabalho que contribuirá para o melhor desempenho de consumo dos brasileiros e das famílias atendidas pela CSD. Continuaremos com o foco em nosso plano estratégico em excelência no atendimento aos clientes, qualidade dos produtos, inovação e expansão dos negócios, e acima de tudo, confiantes no futuro e na retomada do crescimento econômico.

Gostaríamos de agradecer a colaboração especial dos nossos funcionários, fornecedores, parceiros e acionistas por todo os esforços realizados ao longo do exercício de 2017, e que continuemos com entusiasmo e confiança para que possamos alcançar de forma objetiva as metas traçadas para o ano de 2018.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Sulamericana de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Sulamericana de Distribuição ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Sulamericana de Distribuição e da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

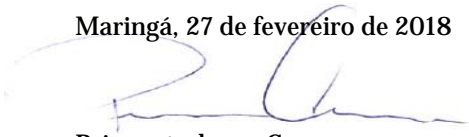


Companhia Sulamericana de Distribuição

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 27 de fevereiro de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3

Companhia Sulamericana de Distribuição

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	53.382	33.931	54.637	33.990	Fornecedores (Nota 17)	205.373	196.655	205.373	196.655
Contas a receber (Nota 7)	127.092	139.068	132.092	139.068	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	62.322	43.859	67.096	48.200
Estoques (Nota 8)	196.258	173.895	214.157	190.460	Salários e encargos sociais	17.327	15.469	17.388	15.469
Adiantamentos a receber	2.049	7.970	2.710	8.079	Provisões trabalhistas	31.624	28.843	31.663	28.843
Impostos e contribuições a recuperar	5.836	12.483	5.837	12.561	Impostos e contribuições a recolher (Nota 18)	18.250	15.551	19.609	15.787
Outros ativos (Nota 9)	5.769	5.857	5.789	5.858	Parcelamento de impostos (Nota 19)	3.964	2.516	3.964	2.516
	<u>390.386</u>	<u>373.204</u>	<u>415.222</u>	<u>390.016</u>	Partes relacionadas (Nota 28)	7.780	4.434		
					Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	10.826	13.389	10.826	13.389
Não circulante					Outros passivos circulantes (Nota 22)	26.911	28.376	29.099	28.378
Realizável a longo prazo						<u>384.377</u>	<u>349.092</u>	<u>385.018</u>	<u>349.237</u>
Contas a receber			5.700		Não circulante				
Depósitos judiciais (Nota 20)	7.791	6.656	7.791	6.656	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	79.851	78.528	108.749	111.312
Outros ativos (Nota 9)	12.769	5.914	12.752	5.600	Parcelamento de impostos (Nota 19)	6.871	10.383	6.871	10.383
	<u>20.560</u>	<u>12.570</u>	<u>26.243</u>	<u>12.256</u>	Tributos diferidos (Nota 11)	26.335	19.116	26.335	19.116
					Provisões para contingências (Nota 20)	59.946	55.348	60.305	55.348
Investimentos (Nota 12)	36.428	25.860	388	362	Partes relacionadas (Nota 28)	28.897	32.785		
Imobilizado (Nota 13)	176.731	163.145	183.256	172.292	Outros passivos (Nota 22)	7.491	9.096	7.491	9.096
Intangível (Nota 15)	311.779	312.670	311.779	312.670		<u>209.391</u>	<u>205.256</u>	<u>209.751</u>	<u>205.255</u>
	<u>545.498</u>	<u>514.245</u>	<u>521.666</u>	<u>497.580</u>	Total do passivo	<u>593.768</u>	<u>554.348</u>	<u>594.769</u>	<u>554.492</u>
					Patrimônio líquido (Nota 21)				
					Atribuído aos acionistas da controladora				
					Capital social	326.163	322.774	326.163	322.774
					Reserva legal	3.560	2.738	3.560	2.738
					Ajustes de avaliação patrimonial		(2)		(2)
					Reserva de lucros	12.393	7.591	12.393	7.591
						<u>342.116</u>	<u>333.101</u>	<u>342.116</u>	<u>333.101</u>
					Participação dos não controladores			3	3
						<u>342.116</u>	<u>333.101</u>	<u>342.119</u>	<u>333.104</u>
					Total do patrimônio líquido	<u>342.116</u>	<u>333.101</u>	<u>342.119</u>	<u>333.104</u>
Total do ativo	<u>935.884</u>	<u>847.449</u>	<u>936.888</u>	<u>887.596</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>935.884</u>	<u>887.449</u>	<u>936.888</u>	<u>887.596</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações continuadas				
Receita (Nota 23)	1.993.614	1.870.221	2.008.572	1.870.094
Custo das mercadorias vendidas (Nota 24)	(1.447.106)	(1.335.129)	(1.459.799)	(1.335.129)
Lucro bruto	546.508	535.092	548.773	534.965
Despesas com vendas (Nota 24)	(266.861)	(240.631)	(266.936)	(240.631)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(259.147)	(246.261)	(258.350)	(245.524)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 25)	43.924	42.183	43.925	42.183
Lucro operacional	64.424	90.383	67.412	90.993
Receitas financeiras	9.299	6.998	9.291	6.978
Despesas financeiras	(50.438)	(67.034)	(50.457)	(67.065)
Resultado financeiro, líquido (Nota 26)	(41.139)	(60.036)	(41.166)	(60.087)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 12)	1.565	(276)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.850	30.071	26.246	30.906
Imposto de renda e contribuição social (Nota 27)				
Corrente			(1.396)	(835)
Diferidos	(8.393)	(11.293)	(8.393)	(11.293)
Lucro líquido do exercício	16.457	18.778	16.457	18.778
Lucro líquido básico e diluído por ação (Nota 21 (b))				
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	16.457	18.778		
Quantidade de ações no final do exercício (em lotes de mil ações)	314.016	310.853		
	0,05	0,06		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	16.457	18.778	16.457	18.778
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>16.457</u>	<u>18.778</u>	<u>16.457</u>	<u>18.778</u>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			16.457	18.778
Participação dos não controladores				
			<u>16.457</u>	<u>18.778</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2016	316.553	(6)	1.799	3.144	(5)	321.485	3	321.488
Integralização de capital (Nota 21)	6.221					6.221		6.221
Lucro Líquido do exercício					18.778	18.778		18.778
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		4			(4)			
Constituição de Reserva Legal			939		(939)			
Juros sobre capital próprio (Nota 21)					(13.388)	(13.388)		(13.388)
Transferência entre reservas				4.442	(4.442)			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	322.774	(2)	2.738	7.586		333.096	3	333.099
Integralização de capital (Nota 21)	3.389					3.389		3.389
Lucro líquido do exercício					16.457	16.457		16.457
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		2			(2)			
Constituição de reserva legal			822		(822)			
Juros sobre capital próprio (Nota 21)					(10.826)	(10.826)		(10.826)
Transferência entre reservas				4.807	(4.807)			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	326.163		3.560	12.393		342.116	3	342.119

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	24.850	30.071	26.246	30.906
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	20.342	20.266	20.342	20.266
Resultado da equivalência patrimonial	(1.565)	276	-	-
Resultado de ativos baixados	2.820	1.062	5.470	1.062
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8.284	11.242	8.284	11.242
Provisão para devedores duvidosos	855	(1.736)	855	(1.736)
Encargos financeiros, líquidos	21.475	27.137	21.475	27.137
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	11.121	(38.574)	6.121	(38.505)
Estoques	(22.363)	(23.566)	(23.697)	(22.749)
Depósitos judiciais	(1.135)	(10)	(1.135)	(10)
Outros ativos circulantes e não circulantes	5.806	(5.996)	(719)	(5.639)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	8.718	14.346	8.718	14.346
Salários e encargos sociais	4.639	7.552	4.739	7.552
Impostos e contribuições a recolher	2.699	12.001	3.822	12.001
Parcelamento de impostos	(2.064)	(4.477)	(2.064)	(4.477)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(10.419)	4.572	(4.327)	(46)
Caixa gerado nas operações	74.063	54.166	74.130	51.350
Juros pagos	(17.993)	(23.109)	(20.364)	(25.606)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.396)	(835)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	56.070	31.057	52.370	24.909
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições aos intangíveis	(684)	(203)	(684)	(203)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(35.228)	(17.263)	(35.228)	(18.262)
(Adições) reduções aos investimentos	(10.017)	(162)	(1.034)	(162)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(45.929)	(17.628)	(36.946)	(18.627)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	3.389	6.221	3.389	6.221
Empréstimos e financiamentos obtidos	68.472	15.413	68.472	15.413
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(49.163)	(51.080)	(53.250)	(43.972)
Juros sobre capital próprio pagos	(13.388)	(9.070)	(13.388)	(9.070)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	9.310	(38.516)	5.223	(31.408)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício	19.451	(25.087)	20.647	(25.126)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.931	59.018	33.990	59.116
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	53.382	33.931	54.637	33.990

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Sulamericana de Distribuição (a "Companhia" ou "CSD"), em conjunto com a controlada direta Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda e controlada indireta Pighes Empreendimentos e Participações Ltda. (em conjunto denominados "Grupo") com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A CSD tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar, eletroeletrônicos e outros produtos atuando através do formato de supermercados. A CSD possui em seu portfólio as bandeiras "Cidade Canção", "São Francisco" e "Amigão".

A Companhia foi constituída em 30 de dezembro de 2009, com capital social de R\$ 10.

Em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações representativas do capital social das empresas Évora Comercial de Gêneros Alimentícios S.A. ("Évora") e Supermercados Cidade Canção S.A. ("Cidade Canção") e em 30 de junho de 2010, ocorreu a incorporação das então subsidiárias integrais Évora e Cidade Canção pela CSD.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía 6.741 funcionários, 49 lojas e atua em 23 cidades do interior dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, utilizando uma infraestrutura logística formada pelo Centro de Distribuição de Paiçandu de 30 mil metros quadrados e o Centro de Distribuição na cidade de Lins com 1 mil metros quadrados (não auditado).

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do ativo imobilizado na data de transição para CPC e certos ativos financeiros mensurados ao valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 2.20.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações de políticas contábeis que foram adotadas pela primeira vez para o exercício de 2017.

. CPC 03/IAS 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

As controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela CSD.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia quitou durante o ano de 2016 todas as suas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteger-se de eventuais variações do real frente ao dólar estadunidense, tendo em vista a exposição cambial inerente à captação de recursos em moeda estrangeira, visando a redução dos encargos financeiros sobre os recursos captados.

2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes e de administradores de cartões pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos e assim, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre o volume de compra, ações de *marketing*, reembolso de custos, dentre outros.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor de venda e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos (PDD) ou *impairment*.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, sendo ajustado por provisão para realização de bonificações nos estoques e para perdas e quebras, as quais são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência.

2.8 Títulos públicos estaduais – precatórios

A Companhia classifica os precatórios adquiridos como instrumentos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis, inicialmente pelo valor efetivamente pago em sua aquisição. À medida que há possibilidade legal para a compensação de tais precatórios, a Companhia passa a avaliá-los a valor justo. Para os demais títulos precatórios, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão de 100% do seu valor de aquisição.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Ativos intangíveis

(a) Ágio

Atualmente a Companhia possui dois (2) ágios decorrentes das seguintes operações:

Um deles, quando da criação da Companhia Sulamericana de Distribuição, a administração efetuou uma avaliação com o intuito de identificar o adquirente contábil à luz do CPC 15 - Combinação de negócios. Uma vez que em suas avaliações a administração não identificou um adquirente efetivo entre os negócios combinados (Évora e Cidade Canção), o ágio (*goodwill*) gerado nas duas operações foi mantido, passando a ser representado pela incorporação da totalidade das ações da Évora e Cidade Canção, a qual gerou diferença positiva entre o valor do patrimônio líquido daquelas empresas e o valor justo dos ativos e passivos das mesmas no momento de sua avaliação. O ágio de incorporação das ações de controladas é registrado como "Ativo intangível", sua amortização para fins fiscais foi esgotada em 2017.

O segundo, foi identificado na aquisição da rede Amigão decorrente da aquisição de participação do capital e registrado por expectativa de rentabilidade futura de acordo com os laudos contábeis considerando o valor justo do patrimônio líquido da investida.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas, sendo este contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(b) Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas quando da junção das operações de Évora, Cidade Canção e Amigão foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

A carteira de clientes é composta por um sistema de cartão de crédito com administração própria, é calculada conforme o laudo de ajuste ao valor justo da rede Amigão e será amortizada dentro de 5 anos.

(d) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Fundos de Comércio

Os fundos de comércio adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos fundos de comércio durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

(f) Direitos sobre pontos comerciais

Os direitos sobre pontos comerciais (luvas) adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos direitos sobre as luvas durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

(g) Cláusula de não competição

A cláusula de não competição foi estabelecida na aquisição da rede Amigão por meio do contrato de compra e venda com os ex-sócios, calculado com um prazo de vida útil de cinco anos, que assim define o seu prazo de amortização.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em propriedades de terceiros é efetuada de acordo com o período dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizadas as lojas da CSD. Quanto aos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil média estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em propriedades de terceiros (conforme prazos contratuais)	15
Máquinas e equipamentos	12
Veículos	4
Computadores e periféricos	4
Edificação	25
Móveis e utensílios	6

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço caso sejam gerados lucros tributáveis na operação. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos - varejo

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de produtos alimentícios. As vendas dos produtos são reconhecidas quando é vendido um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de débito, crédito e cheques. Em 2017 a Companhia iniciou a exploração de vendas com dois novos seguimentos, sendo um deles o Atacarejo e o outro Vendas Web.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Arrendamentos

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.19 Benefícios a empregados - participação dos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o resultado atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na (Nota 2.11).

Durante o exercício de 2017, e com base nas estimativas da administração, não houve determinação de valores de perdas imputáveis ao ágio (Nota 15 (b)).

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos os custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(c) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.22 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e não espera impactos relevantes da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018.

- **IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"** - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração concluiu a avaliação prévia e não espera impactos relevantes de sua adoção.
- **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"** - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Gestão de risco

3.1 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e seus fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter o maior número possível de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e com administradoras de cartões. Este risco é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia serem realizadas em dinheiro e por meio de cartões de débito e crédito. Com relação aos cheques pré-datados, são considerados os indicativos de perdas históricas no estabelecimento de uma provisão para perdas (*impairment*).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	205.373			
Empréstimos e financiamentos	62.322	68.038	11.007	806

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras contas a pagar	26.911	531	6.960	
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	196.655			
Empréstimos e financiamentos	43.859	34.346	43.375	807
Outras contas a pagar	28.376	580	8.516	
				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	205.373			
Empréstimos e financiamentos	67.096	73.143	28.656	6.950
Outras contas a pagar	29.099	531	6.960	
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	196.655			
Empréstimos e financiamentos	48.200	38.912	59.444	12.956
Outras contas a pagar	28.378	580	8.516	

3.2 Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira no Consolidado podem ser assim sumariados:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 16)	175.845	159.512
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(54.637)</u>	<u>(33.990)</u>
Dívida líquida	<u>121.208</u>	<u>125.522</u>
Total do patrimônio líquido	<u>342.119</u>	<u>333.104</u>
Total do capital	<u>463.327</u>	<u>458.626</u>
Índice de alavancagem financeira - %	26	27

4 Instrumentos financeiros por categoria – consolidado

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2017		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	132.092	132.092
Demais contas a receber	8.498	8.498
Caixa e equivalentes de caixa	<u>54.637</u>	<u>54.637</u>
	<u>195.227</u>	<u>195.227</u>
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2017		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	175.845	175.845
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>205.373</u>	<u>205.373</u>
	<u>381.218</u>	<u>381.218</u>
	Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2016		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	139.068	139.068
Demais contas a receber	13.937	13.937
Instrumentos financeiros derivativos		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>33.990</u>	<u>33.990</u>
	<u>186.995</u>	<u>186.995</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2016		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	159.512	159.512
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	196.655	196.655
	<u>356.167</u>	<u>356.167</u>

4.1 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (impairment) esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

A tabela abaixo indica os valores justos dos instrumentos financeiros mantidos pelo Grupo, mesmo quando contabilizados pelo custo amortizado.

A avaliação dos valores justos é realizada com base em diferentes níveis, como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado – 31 de dezembro de 2017			
	Valor contábil			Valor justo
	2017	Nível1	Nível2	Total
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	132.092	132.092		132.092
Demais contas a receber	8.498	8.498		8.498
Caixa e equivalentes de caixa	54.637	54.637		54.637
	<u>195.227</u>	<u>195.227</u>		<u>195.227</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos	175.845		175.845	175.845
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	205.373	205.373		205.373
	<u>381.218</u>	<u>205.373</u>	<u>175.845</u>	<u>381.218</u>
	Consolidado – 31 de dezembro de 2016			
	Valor contábil			Valor justo
	2016	Nível1	Nível2	Total
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	139.068	139.068		139.068
Demais contas a receber	13.937	13.937		13.937
Instrumentos financeiros derivativos				
Caixa e equivalentes de caixa	33.990	33.990		33.990
	<u>186.995</u>	<u>186.995</u>		<u>186.995</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos	159.512		159.476	159.476
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	196.655	196.655		196.655
	<u>356.167</u>	<u>196.655</u>	<u>159.476</u>	<u>356.131</u>

5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver), pela agência de risco (*Standard & Poor's*).

Segue abaixo as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes				
Contrapartes com classificação externa de crédito				
A - 1	30.757	45.886	30.757	45.886
A - 2	1.505	1.136	1.505	1.136
BBB +		7.935		7.935
BBB -	4.222		4.222	
BBB	7.930	921	7.930	921
A-1+	3.049	1.058	3.049	1.058
BB +	185		185	
	<u>47.648</u>	<u>56.936</u>	<u>47.648</u>	<u>56.936</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	43.285	60.343	43.285	60.343
Grupo 3	<u>36.159</u>	<u>21.789</u>	<u>36.159</u>	<u>21.789</u>
	<u>79.444</u>	<u>82.132</u>	<u>79.444</u>	<u>82.132</u>
Total de contas a receber de clientes	<u>127.092</u>	<u>139.068</u>	<u>127.092</u>	<u>139.068</u>
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações				
B	9.799	11.001	9.799	11.062
BB -	222		1.497	
A-2	28.201	5.473	28.201	5.473
Sem classificação	<u>(1.083)</u>	<u>9.315</u>	<u>(1.102)</u>	<u>9.313</u>
	<u>37.139</u>	<u>25.789</u>	<u>38.395</u>	<u>25.848</u>
Demais contas a receber				
Grupo 2	<u>7.818</u>	<u>13.827</u>	<u>7.818</u>	<u>13.937</u>
	<u>7.818</u>	<u>13.827</u>	<u>7.818</u>	<u>13.937</u>
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 2	<u>3.005</u>	<u>316</u>	<u>3.005</u>	<u>2</u>
	<u>3.005</u>	<u>316</u>	<u>3.005</u>	<u>2</u>

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).

Grupo 2 – Precatórios/clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - Precatórios /clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	1.667	1.348	1.667	1.348
Numerários em trânsito	14.576	6.794	14.576	6.794
Bancos conta movimento	5.415	6.496	6.670	6.555
Aplicações financeiras (i)	31.724	19.293	31.724	19.293
	<u>53.382</u>	<u>33.931</u>	<u>54.637</u>	<u>33.990</u>

- (i) São aplicações em renda fixa indexadas pela variação média de 50% a 98% do CDI, estão sujeitas a variações insignificantes de valor justo e podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, cuja intenção da administração é fazer uso destes recursos no curto prazo.

7 Contas a receber CP

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Administradoras de cartões (a)	64.044	63.240	64.044	63.240
Cheques pré-datados	15.967	26.614	15.967	26.614
Contas a receber de fornecedores (b)	29.811	29.437	29.811	29.437
Tickets de vendas	15.432	17.348	15.432	17.348
Contas a receber de clientes	771	1.078	5.771	1.078
Outros	2.017	1.446	2.017	1.446
Subtotal	128.042	139.163	133.042	139.163
Provisão para devedores duvidosos	(950)	(95)	(950)	(95)
	<u>127.092</u>	<u>139.068</u>	<u>132.092</u>	<u>139.068</u>

Contas a receber LP

	Consolidado	
	2017	2016
Contas a receber de clientes (i)	5.700	-
Subtotal	5.700	-
Provisão para devedores duvidosos	0	-
	<u>5.700</u>	<u>-</u>

- (i) Relativo a venda à terceiros do imóvel da controlada Incomar, concluída em 12-dez-17 onde foi estabelecido nova loja da Companhia, localizada na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro, Maringá-PR.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Administradoras de cartões: As operações de cartão de crédito são recebidas normalmente dentro de um prazo de aproximadamente 30 dias.
- (b) Contas a receber de fornecedores: este saldo é proveniente de acordos comerciais gerados através de transações correntes entre o Grupo e seus fornecedores e baseadas, principalmente, no volume de compras.

As contas a receber têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	104.050	132.623	109.050	132.623
Vencidos até 30 dias	8.738	5.331	8.738	5.331
Vencidos de 31 a 60 dias	10.933	681	10.933	681
Vencidos de 61 a 90 dias	3.233	268	3.233	268
Vencidos de 91 a 120 dias	94	77	94	77
Vencidos acima de 121 dias	994	183	994	183
	<u>128.042</u>	<u>139.163</u>	<u>133.042</u>	<u>139.163</u>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Em 1º de janeiro	(95)	(1.831)	(95)	(1.831)
Constituição de provisão	(855)		(855)	
Baixa de contas a receber		1.736		1.736
Em 31 de dezembro	<u>(950)</u>	<u>(95)</u>	<u>(950)</u>	<u>(95)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas", já a despesa com desconto foi registrada como "despesa financeira". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercadorias para revenda	190.917	173.883	190.917	173.883
Estoques em poder de terceiros	2	4	2	4
Mercadorias para trocas (i)	2.505	987	2.505	987
Mercadorias em trânsito	5.795	2.990	5.795	2.990
Terrenos – Incomar			17.899	16.565
Outros	1.294	1.036	1.294	1.036
Ajuste a valor presente	(2.319)	(2.464)	(2.319)	(2.464)
Provisões para perdas nos estoques (ii)	(1.936)	(2.541)	(1.936)	(2.541)
	<u>196.258</u>	<u>173.895</u>	<u>214.157</u>	<u>190.460</u>

- (i) São itens que não estão em condições de venda que retornam ao centro de distribuição com troca prevista pelos contratos de fornecimento.
- (ii) As provisões para perdas nos estoques são compostas pela combinação de dois principais fatores de desvalorização como segue:

Há algumas negociações com fornecedores, que permite a Companhia devolver os produtos a fornecedores, denominado e segregado “estoque de produtos de trocas”, basicamente é composto por produtos vencidos, danificados e baixo giro, quando segregados ficam aguardando a retirada e consequente indenização, devido a probabilidade de não ocorrer o ressarcimento, constitui-se a provisão.

O ramo de atividade varejista, está sujeito a um processo de perdas de estoque, provenientes de sua operação, seja por furtos, deterioração, perecíveis entre outras, este processo é previsto e reconhecido inclusive pela RFB (Receita Federal do Brasil) que prevê um percentual aceitável para dedutibilidade deste tipo de perdas, baseado no histórico dessas perdas a Companhia constitui provisão, que em média está abaixo do patamar reconhecido pela RFB para o varejo.

Os terrenos registrados na subsidiária integral Incomar, estão diretamente relacionados a imóveis para comercialização com investidores dentro do padrão usual de negociações do setor imobiliário, e encontram-se registrados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Não há ônus ou gravames sobre os estoques.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Despesas do exercício seguinte	1.593	2.301	1.611	2.301
Aluguéis a receber	403	385	403	385
Valores a ressarcir (i)	3.771	3.142	3.771	3.142
Outros	2	29	4	30
	<u>5.769</u>	<u>5.857</u>	<u>5.789</u>	<u>5.858</u>
Não circulante				
Adiantamento de aluguéis	1.825	1.975	1.825	1.975
Impostos a recuperar	1.153	1.153	1.153	1.153
Empréstimos a receber		316		2
Seguros a apropriar	1.563	2.159	1.546	2.159
Consórcios	439	311	439	311
Saldo a receber partes relacionadas (Nota 20)	7.789		7.789	
	<u>12.769</u>	<u>5.914</u>	<u>12.752</u>	<u>5.600</u>
	<u>18.538</u>	<u>11.771</u>	<u>18.541</u>	<u>11.458</u>

(i) Referem-se a desembolsos por pagamentos de despesas pertencentes aos antigos acionistas da rede adquirida AmigãoLins, que serão amortizados com os valores retidos para pagamento conforme descrito na (Nota 22).

10 Títulos públicos estaduais

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Valor de face dos precatórios adquiridos	13.745	14.995
(-) Deságio obtido na aquisição dos precatórios	(7.844)	(8.694)
(-) Provisão para perdas na realização dos precatórios	<u>(5.901)</u>	<u>(6.301)</u>

Em 9 de fevereiro de 2012, foi sancionada a Lei do Estado do Paraná nº. 17.082, instituindo parcelamento especial para as dívidas tributárias, permitindo que parte destas dívidas seja compensada com precatórios, mediante homologação das compensações pelas autoridades fiscais. A referida Lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 5007/12.

A Companhia Sulamericana de Distribuição fez adesão a esta lei no exercício de 2012, a homologação dos precatórios se deu no exercício de 2015, desta forma o valor atualizado dos precatórios foi compensado com o parcelamento supracitado.

Conforme mencionado na nota 2.8 para os demais títulos precatórios, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão de 100% do seu valor de aquisição.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Em 1º de janeiro		
Ganho		500
Atualização	402	322
Reversão deságio	850	564
Provisão para perdas	400	(280)
Baixas	(1.652)	(120)
Compensação		(986)
Em 31 de dezembro		

Baseado na estratégia definida na nota 2.8, a Companhia recebeu precatórios junto ao Governo do Estado do Paraná durante o ano de 2017 no montante de R\$ 2.250, sendo que parte deste montante valor de R\$ 1.250 foram registrados no patrimônio na aquisição do precatório, já o valor de R\$ 1.000 foi recebido durante o exercício de 2017, porém este não estava registrado no patrimônio da Companhia, o mesmo foi registrado no ato do recebimento.

11 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto diferido ativos – Prejuízo fiscal e Base negativa				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.967	4.487	2.967	4.487
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	23.413	16.756	23.413	16.756
	<u>26.380</u>	<u>21.243</u>	<u>26.380</u>	<u>21.243</u>
Imposto diferido ativos – Diferenças temporárias				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	12.450	5.980	12.450	5.980
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	16.580	22.333	16.580	22.333
	<u>29.030</u>	<u>28.313</u>	<u>29.030</u>	<u>28.313</u>
	<u>55.410</u>	<u>49.556</u>	<u>55.410</u>	<u>49.556</u>
Imposto diferido passivos				
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	(2.916)	(1.145)	(2.916)	(1.145)
Passivo de imposto diferido (ágio)	(78.829)	(67.527)	(78.829)	(67.527)
	<u>(81.745)</u>	<u>(68.672)</u>	<u>(81.745)</u>	<u>(68.672)</u>
	<u>(26.335)</u>	<u>(19.116)</u>	<u>(26.335)</u>	<u>(19.116)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas realizáveis não circulantes tem as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2019	10.437	11.514	10.437	11.514
2020	12.320	12.665	12.320	12.665
Após 2021	17.236	14.910	17.236	14.910
Total	39.993	39.089	39.993	39.089

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções que os suportam são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções.

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Provisões	Prejuízos fiscais	Total
Ativo de imposto diferido			
Em 1º de dezembro de 2016	(27.381)	(21.007)	(48.388)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(932)	(236)	(1.168)
Em 31 de dezembro de 2016	(28.313)	(21.243)	(49.556)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(717)	(5.137)	(5.854)
Em 31 de dezembro de 2017	(29.030)	(26.380)	(55.410)

	Controladora e Consolidado			
	Amortização fiscal do ágio	Ajuste ao valor justo	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2016	52.553	3.128	646	56.327
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	12.793	(530)	82	12.345
Em 31 de dezembro de 2016	65.346	2.598	728	68.672
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	13.483	(530)	120	13.073
Em 31 de dezembro de 2017	78.829	2.068	848	81.745

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos

	<u>Percentual de participação</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Incomar Empreendimentos Imobiliários	99,99%	25.499	8.977	1.565	36.041
Investimentos bancários (cotas de capital)		361	26		387
Total		<u>25.860</u>	<u>9.003</u>	<u>1.565</u>	<u>36.428</u>

As movimentações ocorridas durante o ano de 2017 e 2016 na conta de investimentos da controladora estão abaixo apresentadas:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	25.860	25.974
Equivalência patrimonial	1.565	(276)
Aumento de capital - controladora	8.977	
Aplicação quotas capital Sicoob/Sicred/Unicred/SCD	26	162
Em 31 de dezembro	<u>36.428</u>	<u>25.860</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2015										
Saldo inicial	5.204	22.444	44.119	41.538	2.247	5.547	36.059	5.967	2.479	165.604
Aquisições		579	4.829	21		1.782	2.250		35	9.496
Projetos em andamento								7.767		7.767
Baixas		(69)	(588)			(357)	(48)			(1.062)
Transferências		70	447			1.992	3.419	(5.928)		
Valor justo										
Depreciação		(2.759)	(5.615)	(1.621)	(544)	(1.776)	(6.111)		(234)	(18.660)
Saldo contábil, líquido	5.204	20.265	43.192	39.938	1.703	7.188	35.569	7.806	2.280	163.145
Em 31 de dezembro de 2016										
Custo	5.204	35.786	75.973	43.947	6.822	15.114	71.615	7.806	3.730	265.997
Depreciação acumulada		(15.522)	(32.782)	(4.009)	(5.120)	(7.925)	(36.045)		(1.449)	(102.852)
Saldo contábil, líquido	5.204	20.264	43.191	39.938	1.702	7.189	35.570	7.806	2.281	163.145
Em 1º de janeiro de 2017										
Saldo inicial	5.204	20.264	43.191	39.938	1.702	7.189	35.570	7.806	2.281	163.145
Aquisições		3.872	10.459	292	28	2.241	7.966		1.300	26.158
Projetos em Andamento (i)								9.069		9.069
Baixas	(1.310)	(420)	(599)		(39)	(480)				(2.848)
Transferências			9				7.806	(7.806)	(9)	
Valor justo										
Depreciação		(2.797)	(5.790)	(1.630)	(549)	(1.785)	(5.975)		(267)	(18.793)
Saldo contábil, líquido	3.894	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	176.731
Em 31 dezembro de 2017										
Custo	3.894	38.533	84.968	44.239	6.787	15.951	87.387	9.069	5.021	295.849
Depreciação acumulada		(17.614)	(37.698)	(5.639)	(5.645)	(8.786)	(42.020)		(1.716)	(119.118)
Saldo contábil, líquido	3.894	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	176.731
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

(i) Trata-se de projetos em andamento que serão capitalizados após a entrada em operação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2015										
Saldo inicial	13.227	22.444	44.119	41.538	2.247	5.547	36.059	6.092	2.479	173.752
Aquisições	832	579	4.829	21		1.782	2.250	(16)	35	10.312
Projetos em andamento								7.950		7.950
Baixas		(69)	(588)			(357)	(48)	(5.928)		(1.062)
Transferências		70	477			1.992	3.419			
Depreciação		(2.759)	(5.615)	(1.621)	(544)	(1.776)	(6.111)		(234)	(18.660)
Saldo contábil, líquido	<u>14.059</u>	<u>20.265</u>	<u>43.192</u>	<u>39.938</u>	<u>1.703</u>	<u>7.188</u>	<u>35.569</u>	<u>8.098</u>	<u>2.280</u>	<u>172.292</u>
Em 31 de dezembro de 2016										
Custo	14.059	35.786	75.973	43.947	6.822	15.114	71.615	8.098	3.730	275.144
Depreciação acumulada		(15.522)	(32.782)	(4.009)	(5.120)	(7.925)	(36.045)		(1.449)	(102.852)
Saldo contábil, líquido	<u>14.059</u>	<u>20.264</u>	<u>43.191</u>	<u>39.938</u>	<u>1.702</u>	<u>7.189</u>	<u>35.570</u>	<u>8.098</u>	<u>2.281</u>	<u>172.292</u>
Em 1º de janeiro de 2017										
Saldo inicial	14.059	20.264	43.191	39.938	1.702	7.189	35.570	8.098	2.281	172.292
Aquisições		3.872	10.459	292	28	2.241	7.966		1.300	26.158
Projetos em Andamento								9.069		9.069
Baixas	(3.640)	(420)	(599)		(39)	(480)		(292)		(5.470)
Transferências			9				7.806	(7.806)	(9)	
Depreciação		(2.797)	(5.790)	(1.630)	(549)	(1.785)	(5.975)		(267)	(18.793)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>20.919</u>	<u>47.270</u>	<u>38.600</u>	<u>1.142</u>	<u>7.165</u>	<u>45.367</u>	<u>9.069</u>	<u>3.305</u>	<u>183.256</u>
Em 31 de dezembro de 2017										
Custo	10.419	38.533	84.968	44.239	6.787	15.951	87.387	9.069	5.021	302.374
Depreciação acumulada		(17.614)	(37.698)	(5.639)	(5.645)	(8.786)	(42.020)		(1.716)	(119.118)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>20.919</u>	<u>47.270</u>	<u>38.600</u>	<u>1.142</u>	<u>7.165</u>	<u>45.367</u>	<u>9.069</u>	<u>3.305</u>	<u>183.256</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 18.793 (2016 - R\$ 18.660) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Depreciação e Amortização".

O CD de Paiçandu, veículos e máquinas e equipamentos incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	43.138	42.847	43.138	42.847
Depreciação acumulada	<u>(5.498)</u>	<u>(4.330)</u>	<u>(5.498)</u>	<u>(4.330)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>37.640</u>	<u>38.517</u>	<u>37.640</u>	<u>38.517</u>

O Grupo arrenda diversos veículos e máquinas, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três e dez anos e a propriedade dos ativos é do Grupo

14 Compromissos com arrendamento mercantil operacional (consolidado)

A Companhia arrenda na modalidade de arrendamento mercantil operacional, diversos pontos de varejo, onde se localizam suas unidades. O prazo médio dos contratos de arrendamento é de 120 meses. A maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado. O custo médio mensal com arrendamento mercantil operacional é de R\$ 3.791 (2016 – R\$ 3.610).

Os pagamentos futuros totais mínimos de arrendamento, já firmados e não canceláveis, são:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Menos de um ano	34.217	30.739
Mais de um ano e menos de cinco anos	172.699	124.127
Mais de cinco anos	<u>246.546</u>	<u>260.251</u>
	<u>453.462</u>	<u>415.117</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

(a) Composição e movimentação

Intangível							Controladora
	<u>Ágio (i) (ii)</u>	<u>Marcas registradas</u>	<u>Softwares</u>	<u>Fundo de comércio</u>	<u>Luvas</u>	<u>Ajuste a valor justo (ii)</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>302.658</u>	<u>352</u>	<u>2.005</u>	<u>2.094</u>	<u>5.360</u>	<u>1.604</u>	<u>314.073</u>
Adições			203				203
Baixas							
Amortização		(75)	(630)	(139)	(325)	(437)	(1.606)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.578</u>	<u>1.955</u>	<u>5.035</u>	<u>1.167</u>	<u>312.670</u>
Adições			684				684
Baixas			(28)				(28)
Amortização			(646)	(139)	(325)	(437)	(1.547)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.588</u>	<u>1.816</u>	<u>4.710</u>	<u>730</u>	<u>311.779</u>
Taxa média de amortização % ao ano		20	20	5	5	20	

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível							Consolidado
	Ágio (i) (ii)	Marcas registradas	Softwares	Fundo de comércio	Luvas	Ajuste a valor justo (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2015	<u>302.658</u>	<u>352</u>	<u>2.005</u>	<u>2.094</u>	<u>5.360</u>	<u>1.604</u>	<u>314.073</u>
Adições			203				203
Baixas							
Amortização		(75)	(630)	(139)	(325)	(437)	(1.606)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.578</u>	<u>1.955</u>	<u>5.035</u>	<u>1.167</u>	<u>312.670</u>
Adições			684				684
Baixas			(28)				(28)
Amortização			(646)	(139)	(325)	(437)	(1.547)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.588</u>	<u>1.816</u>	<u>4.710</u>	<u>730</u>	<u>311.779</u>
Taxa média de amortização % ao ano		20	20	5	5	20	

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 1.548 (2016 – R\$ 1.606) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Depreciação e Amortização".

- (i) Em 2010, a Companhia incorporou a totalidade das ações da Cidade Canção e da Évora, cuja relação de troca foi realizada a valores de mercado. A CSD apurou um ágio, cujo fundamento econômico foi pautado com base na expectativa de rentabilidade futura da Cidade Canção e da Évora.

O fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa independente e refletido por meio de laudos de avaliação elaborados com base no fluxo de caixa descontado projetado ao longo de um período de sete anos. Esta incorporação proporcionou a expansão conjunta das operações da Cidade Canção e Évora, aumentando sua relevância e consolidação no mercado brasileiro, além de importantes ganhos em eficiência administrativa, maior flexibilidade no gerenciamento dos negócios e a centralização no gerenciamento das incorporadas.

Foi efetuado registro de ativos intangíveis gerados por intermédio do relacionamento com os clientes de cada uma das marcas. Este ativo intangível está sendo amortizado linearmente entre o período de 4 a 9 anos, de acordo com o laudo de avaliação e estudo efetuado.

- (ii) Em 2014, a Companhia adquiriu a rede de Supermercados Amigão apurando um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 73.861, decorrente da aquisição de participação do capital do AMIGÃO de acordo com o valor do Patrimônio Líquido Pró Forma. Também foi incorporado o intangível detalhado na nota 2.9 (c).

(b) Testes do ágio para verificação de *impairment*

Anualmente, a CSD efetua a avaliação do valor recuperável do ágio contabilizado, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 01. Dessa forma, a administração avalia o valor recuperável do ágio considerado como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), que é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

O modelo econômico-financeiro calcula as receitas por meio das principais linhas de negócios: Faturamento de Lojas Atuais, considerando as premissas de crescimento, custos e despesas operacionais.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017 foram:

- (i) Faturamento de Lojas Atuais: Foi considerado o crescimento de 6,10% para o ano de 2018, composto por 1,6% de crescimento real e 4,5% de inflação. Para os demais anos da projeção foi considerado o crescimento de 5,60%, sendo 1,60% de crescimento real e 4,0% de inflação.
- (ii) Deduções: Foram considerados como deduções, 5,53% referente a impostos incidentes sobre a venda e 0,27% referentes a devoluções de vendas.
- (iii) Custo de Mercadorias Vendidas: Foram considerados 78,81% sobre a receita líquida da receita líquida até o final da projeção.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Verbas Comerciais: As projeções consideram manutenção dos indicadores históricos para as representação em média 7,62% da receita líquida a partir de 2018.
- (v) Despesas: As despesas foram projetadas variáveis, considerando um percentual da receita líquida. Ao longo dos anos a Administração considerou alguns decréscimos do percentual em razão de ganhos de escala e eficiência operacional.
- (vi) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Para efeito de cálculo de IR e CSLL a Administração utilizou uma alíquota total de 34%.
- (vii) Capital de Giro Operacional: Consideramos como capital de giro operacional as contas a receber, estoques, outros créditos, fornecedores, obrigações trabalhistas, obrigações tributárias e outras obrigações com base nas informações históricas de giro do balanço de 2015, 2016 e 2017.
- (viii) Taxa de Desconto: A taxa utilizada pela Administração no Cálculo do valor presente do Fluxo de Caixa foi *Weighted Average Cost of Capital* ("WACC") nominal de 14,52% ao ano em dezembro de 2017.
- (ix) Vida Útil e Horizonte de Projeção: As projeções da Administração foram elaboradas até 2027 e incluem o valor de perpetuidade. A perpetuidade foi calculada utilizando a fórmula de Gordon, considerando como crescimento a taxa de 4,01% a.a., em conformidade com a inflação projetada.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foi identificado fator interno ou externo que pudesse ocasionar a redução do ágio registrado contabilmente nas demonstrações financeiras.

Se houvesse uma variação de 10% nas principais premissas incluídas no teste (receita bruta, taxa de desconto, despesas administrativas, despesas com vendas, depreciação e resultado financeiro), resultaria, com todas as alterações consideradas isoladamente, num valor recuperável igual ou maior que o valor contábil

16 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Empréstimos bancários (i)	57.595	40.617	57.595	40.617
FINAME - Financiamento industrial (ii)	4.350	2.786	4.350	2.786
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	377	456	377	456
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)			4.774	4.341
	<u>62.322</u>	<u>43.859</u>	<u>67.096</u>	<u>48.200</u>
Não circulante				
Empréstimos bancários (i)	66.699	69.203	66.699	69.203
FINAME - Financiamento industrial (ii)	12.429	8.224	12.429	8.224
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	723	1.101	723	1.101
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)			28.898	32.784
	<u>79.851</u>	<u>78.528</u>	<u>108.749</u>	<u>111.312</u>
Total dos empréstimos	<u>142.173</u>	<u>122.387</u>	<u>175.845</u>	<u>159.512</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mapa de Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora					Consolidado						
	2016	Captação - principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2017	2016	Captação - principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2017
Circulante												
Empréstimos bancários (i)	40.617	23.543	17.139	(16.662)	(7.042)	57.595	40.617	23.543	17.139	(16.662)	(7.042)	57.595
FINAME - Financiamento industrial (ii)	2.786	2.555	1.316	(1.316)	(991)	4.350	2.786	2.555	1.316	(1.316)	(991)	4.350
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	456	-	16	(16)	(79)	377	456	-	16	(16)	(79)	377
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	-	-	-	-	4.341	-	3.006	(2.371)	(202)	4.774
	<u>43.859</u>	<u>26.098</u>	<u>18.470</u>	<u>(17.993)</u>	<u>(8.112)</u>	<u>62.322</u>	<u>48.200</u>	<u>26.098</u>	<u>21.476</u>	<u>(20.364)</u>	<u>(8.314)</u>	<u>67.096</u>
Não circulante												
Empréstimos bancários (i)	69.203	36.242	-	-	(38.746)	66.699	69.203	36.242	-	-	(38.746)	66.699
FINAME - Financiamento industrial (ii)	8.224	6.132	-	-	(1.927)	12.429	8.224	6.132	-	-	(1.927)	12.429
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.101	-	-	-	(378)	723	1.101	-	-	-	(378)	723
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	-	-	-	-	32.784	-	-	-	(3.886)	28.898
	<u>78.528</u>	<u>42.374</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.051)</u>	<u>79.851</u>	<u>111.312</u>	<u>42.374</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(44.937)</u>	<u>108.749</u>
Total dos empréstimos	<u>122.387</u>	<u>68.472</u>	<u>18.470</u>	<u>(17.993)</u>	<u>(49.163)</u>	<u>142.173</u>	<u>159.512</u>	<u>68.472</u>	<u>21.476</u>	<u>(20.364)</u>	<u>(53.250)</u>	<u>175.845</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Os empréstimos bancários têm vencimento até 2020, sendo garantidos pela carteira de recebíveis de cartão e ações dos acionistas. A taxa média de captação de empréstimos em 2016 foi de 118% do CDI e em 2017 138% do CDI.

(ii) Os financiamentos na modalidade FINAME tem como garantias dadas, as máquinas e equipamentos financiados.

(iii) As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. A totalidade destes bens é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia sofrendo a depreciação normal de acordo com a sua expectativa de vida útil econômica.

(iv) Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)

Em 21 novembro 2013, a controlada Pighes Empreendimentos Imobiliários Ltda emitiu certificados de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 34.000, garantidos na sua totalidade pela controladora CSD. Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a construção de seu Centro de Distribuição localizado na cidade de Paçandu Estado do Paraná.

Os certificados são atualizados monetariamente pela variação acumulada do índice de preço ao consumidor amplo (IPCA).

O pagamento da primeira parcela ocorreu em 7 de outubro de 2014, no total de 110 parcelas mensais a findarem em 10 de novembro de 2023.

Descrição	Consolidado	
	2017	2016
Certificados de recebíveis imobiliários	33.672	37.125
Juros sobre CRI	6.999	9.370
Total	40.671	46.495
Circulante	4.774	4.341
Não circulante	28.897	32.784
	33.671	37.125

As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018		34.346		38.912
2019	55.375	39.737	60.480	44.722
2020	12.662	4.445	18.147	27.678
Após 2021	11.814		30.122	
Total	79.851	78.528	108.749	111.312

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de mercadorias	197.988	191.939	197.988	191.939
Fornecedores de hortifrutigranjeiros	5.718	3.914	5.718	3.914
Fornecedores de produtos de consumo	2.883	2.810	2.883	2.810
Ajuste a valor presente	(1.218)	(2.013)	(1.218)	(2.013)
Outras contas a pagar	2	5	2	5
	<u>205.373</u>	<u>196.655</u>	<u>205.373</u>	<u>196.655</u>

Com o objetivo de obter receita financeira e fortalecer as negociações comerciais de compras de mercadorias, a Companhia anui operações de risco sacado com seus fornecedores.

A receita obtida com a operação de risco sacado em 2017 foi R\$ 2.041 (2016 – R\$ 846), o montante das operações em aberto em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 35.345 (2016 – R\$ 26.586).

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
ICMS a recolher	18.051	14.866	18.051	14.866
PIS e COFINS sobre faturamento a recolher		488	24	512
IR e CSLL a recolher			691	204
IRRF de terceiros a recolher	78	101	78	101
INSS s/ serviços de terceiros a recolher	14	7	14	7
Outros tributos a recolher	107	89	751	97
	<u>18.250</u>	<u>15.551</u>	<u>19.609</u>	<u>15.787</u>

19 Parcelamento de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Principal	2.696	1.711	2.696	1.711
Multa e juros	1.268	805	1.268	805
	<u>3.964</u>	<u>2.516</u>	<u>3.964</u>	<u>2.516</u>
Não circulante				
Principal	5.590	8.447	5.590	8.447
Multa e juros	1.281	1.936	1.281	1.936
	<u>6.871</u>	<u>10.383</u>	<u>6.871</u>	<u>10.383</u>
Total de parcelamento de impostos	<u>10.835</u>	<u>12.899</u>	<u>10.835</u>	<u>12.899</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No decorrer do exercício de 2011, foi emanado um projeto de Lei que regulamentou acordo do Estado do Paraná com relação ao pagamento de impostos estaduais com precatórios. Esse projeto se converteu na Lei do Estado do Paraná nº 17.082/2012, em fevereiro de 2012.

Com essa Lei, instituiu-se o direito de utilizar os precatórios incluídos até o orçamento estadual do ano de 2010, podendo ser compensados 75% do valor total do débito, com um deságio obrigatório de 20% do valor de face dos precatórios.

O parcelamento destes tributos foi efetuado pelo período de 60 a 120 meses. O reajuste monetário aplicado sobre o refinanciamento é indexado pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC").

Durante o exercício de 2015 ocorreu a homologação dos precatórios aos quais foram compensados com o parcelamento devidamente atualizado (Nota 10).

O quadro abaixo indica as movimentações de consolidação dos parcelamentos de ICMS e transferências dos precatórios utilizados no Termo de Pedido de Parcelamento formalizado no exercício, demonstrando a variação ocorrida no exercício de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Em 1º de janeiro	12.899	17.376	12.899	17.376
Adição por adesão parcelamento	5.659		5.659	
Baixa de parcelamentos/pagamentos	(8.273)	(4.822)	(8.273)	(4.822)
Atualização	550	1.331	550	1.331
Compensação com precatórios		(986)		(986)
Em 31 de dezembro	10.835	12.899	10.835	12.899

As parcelas dos parcelamentos de impostos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2017		2.516		2.516
2018		2.516		2.516
2019	3.964	2.516	3.964	2.516
Após 2019	2.907	2.835	2.907	2.835
Total	6.871	10.383	6.871	10.383

A distribuição das parcelas registradas no passivo não circulante está considerando a liquidação de um saldo representativo do valor devido, com base na homologação de títulos precatórios dados como forma de pagamento no exercício de 2015, conforme prevê a Lei Estadual nº 17.082/2012.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Provisões para contingências

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários em andamento, para aqueles casos em que o risco de perda foi considerado provável, como segue:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
	Autos de infração	(-) Valores a ressarcir - antigos acionistas	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Demais Provisões (ii)	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2016	88.831	(88.831)	33.804	561	15.317		49.682	(4.416)	(2.230)	(6.646)	43.036
Adições	12.492	(12.492)	6.459	354	9.107		15.920	(74)	(1.102)	(1.176)	14.744
Baixas				(171)	(5.405)		(5.576)	1.254	783	2.037	(3.539)
Variação monetária			4.498		1.204		5.702	(552)	(319)	(871)	4.831
Reversão			(7.478)	(29)	(2.873)		(10.380)				(10.380)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>101.323</u>	<u>(101.323)</u>	<u>37.283</u>	<u>715</u>	<u>17.350</u>		<u>55.348</u>	<u>(3.788)</u>	<u>(2.868)</u>	<u>(6.656)</u>	<u>48.692</u>
Em 1º de janeiro de 2017	101.323	(101.323)	37.283	715	17.350		55.348	(3.788)	(2.868)	(6.656)	48.692
Adições			6.551		4.898	359	11.808		(2.789)	(2.789)	9.019
Baixas				(338)	(2.988)		(3.326)		2.384	2.384	(942)
Variação monetária	213	(213)	3.753		785		4.538	(388)	(342)	(730)	3.809
Reversão(i)	(38.095)	38.095	(5.583)	242	(2.722)		(8.063)				(8.063)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>63.441</u>	<u>(63.441)</u>	<u>42.004</u>	<u>619</u>	<u>17.323</u>	<u>359</u>	<u>60.305</u>	<u>(4.176)</u>	<u>(3.615)</u>	<u>(7.791)</u>	<u>52.515</u>

- (i) Trata-se da reversão de provisão por conta da adesão ao programa de parcelamento de dívidas tributárias concedido pelo Governo (PERT), conforme detalhado na Nota 20 (a).
- (ii) O valor de provisões da Controladora é de R\$ 59.946, quando somados as demais provisões R\$ 359, reflete o total de provisões consolidado.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributárias

As demandas tributárias são substancialmente indexadas pela SELIC, cuja taxa foi aproximadamente de 7,10% em dezembro de 2017 (14,25% em 2016) e estão sujeitas, quando aplicável, a multas.

Abaixo destacamos os principais processos tributários provisionados pela Companhia:

Durante o ano de 2005, a Évora, incorporada pela CSD em julho de 2010, foi autuada pela Receita Federal sobre inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004.

A Companhia está questionando este auto na esfera administrativa. O entendimento dos advogados externos responsáveis pelo acompanhamento deste processo é de que a forma de lavratura do auto de infração emitido pela Receita Federal não está adequada, pois a fonte de informação adotada pelo auditor fiscal foram livros fiscais não relacionados aos impostos autuados, assim como margens de contribuição não aplicáveis ao ramo de atividade da Companhia.

Esses processos estão sendo provisionados em sua totalidade pela Companhia, assim como seu respectivo valor a ressarcir, redutor desta contingência passiva, uma vez que em caso de perda, há terrenos hipotecados como garantia no mesmo montante da causa em favor da CSD, dados como garantia pelos antigos acionistas da Évora, no mesmo montante atualizado do referido auto.

Lastreados pelo Medida Provisória expedida pelo Governo Federal MP 783/2017 de 31-mai-17 e Lei 13.496/2017 a qual instituiu o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, a Companhia utilizou o parecer de seus advogados para abdicar da discussão administrativa no caso da dívida federal COFINS pertencente a empresa EVORA, autuação de 2001 a 2004, sendo todo o desembolso classificado no contas a receber de outros ativos nota 09, já que a mesma será reembolsada pelos sócios, no caso da dívida da empresa AMIGÃO a Companhia desistiu da adesão a Lei 12.996/2014 e aderiu a Lei 13.496/2017 (PERT 2017). O demonstrativo abaixo ilustra a negociação:

	ÉVORA		AMIGÃO	
	Valor	Vencimento	Valor	Vencimento
Dívida PERT	37.882		8.449	
Benefício de perdão de juros e multas	(17.473)		(2.070)	
Dívida líquida a parcelar	20.409		6.379	
Parc Entrada 1/5	(1.515)	31-ago-2017	(338)	31-ago-2017
Parc Entrada 2/5	(1.515)	30-set-2017	(338)	30-set-2017
Parc Entrada 3/5	(1.515)	31-out-2017	(338)	31-out-2017
Parc Entrada 4/5	(1.515)	30-nov-2017	(338)	30-nov-2017
Parc Entrada 5/5	(1.515)	31-dez-2017	(338)	31-dez-2017
Entrada Total	(7.575)		(1.690)	
Saldo a parcelar	12.834		4.689	
145 Parcelas	<u>89</u>	31-jan-2018	<u>32</u>	31-jan-2018

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não constituiu provisão para perdas deste montante. O total desses processos é de R\$ 2.945(2016 – R\$ 5.460).

As contingências tributárias do Amigão tratam-se prioritariamente de tributos indiretos e que estão em fase de consolidação com os procedimentos adotados pela Controladora.

(b) Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia discute judicialmente processos no montante de R\$ 4.104 (2016 - R\$ 7.520) onde seus assessores jurídicos reconhecem que os mesmos possuem risco de perda possível.

c) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$ 4.709 cujo o risco de perda foi considerado possível (2016 - R\$ 3.651), os quais não estão provisionados. A Administração com o auxílio de seus assessores jurídicos avalia essas contingências registrando provisões para perda quando razoavelmente estimadas considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da Controladora era de R\$ 322.774 dividido em 310.853 mil ações ordinárias. Em 2017, a Companhia integralizou R\$ 3.389 em seu capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2017 passou a ser de R\$ 326.163 dividido em 314.016 mil ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária por meio de emissão de até 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. A propriedade dessas ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas.

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	16.457	18.778
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	314.016	305.356
	<u>0,05</u>	<u>0,06</u>

Não há outros instrumentos conversíveis em ações, por essa razão o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal acumulada em 31-dez-17 é de R\$ 3.560.

(d) Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios são representados por 25% do lucro líquido ajustado, alinhado com os termos da Lei das Sociedades por Ações, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	16.456	18.778
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	(2)	(4)
Base para cálculo da reserva legal	16.454	18.774
Constituição da reserva legal (5%)	(823)	(939)
Base de cálculo dos dividendos	15.631	17.835
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(3.908)</u>	<u>(4.459)</u>
Dividendos propostos no exercício	2017	2016
Na forma de JCP (i)	<u>(10.826)</u>	<u>(13.388)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>66%</u>	<u>71%</u>

- (i) Durante o exercício de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de dividendos propostos na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante total de R\$ 10.826, referente ao exercício de 2017 e tendo por base o patrimônio líquido da sociedade.

Não houve movimentação na conta de dividendos nos anos de 2017 e 2016.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Reserva de lucros a distribuir

Com o advento da Lei nº 11.638 promulgada em 28 de dezembro de 2007, deve ocorrer a destinação integral do lucro do exercício, sendo assim o saldo do lucro do exercício 2012, após a constituição obrigatória da Reserva Legal e a distribuição de dividendos prevista em Estatuto foi transferido para a conta de reserva de lucros a distribuir, até a data da Assembleia e reunião do Conselho de Administração, onde será definida a destinação efetiva do valor.

Conforme prevê Estatuto, artigo 40 item (iii) até 70% do lucro líquido do exercício poderá compor reserva de Investimentos, inclusive em Expansão, visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

As reservas de lucros acumuladas até 31-dez-17 é de \$ 12.393.

(f) Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, aprovou a distribuição aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor total de R\$ 10.826, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,05 por ação. Sobre esse valor incide Imposto de Renda com alíquota de 15%, exceto para os acionistas imunes ou com tributação diferenciada, conforme documentação comprobatória. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2017 e submetidos à deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

As movimentações ocorridas durante o ano de 2017 e 2016 na conta de juros sobre capital próprio da controladora estão abaixo apresentadas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	13.389	9.071
Pagamentos	(13.388)	(9.070)
Adições	10.825	13.388
Em 31 de dezembro	<u>10.826</u>	<u>13.389</u>

22 Outros passivos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante				
Contas a pagar imobilizado	2.640	3.214	2.640	3.214
Aluguéis a pagar	5.434	6.867	5.434	6.867
Honorários e serviços terceirizados	2.140	2.775	2.140	2.775
Frete a pagar	826	870	826	870
Cooper Card - Multi benefícios	973	973	973	973
Outras contas a pagar	<u>14.898</u>	<u>13.677</u>	<u>17.086</u>	<u>13.679</u>
	<u>26.911</u>	<u>28.376</u>	<u>29.099</u>	<u>28.378</u>
Não circulante				
Aluguéis a pagar	531	1.033	531	1.033
Hold Back (i)	<u>6.960</u>	<u>8.063</u>	<u>6.960</u>	<u>8.063</u>
	<u>7.491</u>	<u>9.096</u>	<u>7.491</u>	<u>9.096</u>
	<u>34.402</u>	<u>37.472</u>	<u>36.590</u>	<u>37.472</u>

(i) Refere-se a parcela a pagar aos antigos acionistas do Amigão, retidos a título de “escrow account”.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Outras receitas, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de ICMS, PIS e COFINS (i)	16.120	17.577	16.120	17.577
Receita de reciclagem de produtos	3.787	2.874	3.787	2.874
Receita de contratos logísticos (ii)	22.020	21.876	22.020	21.876
Receita sobre a venda de recarga de celulares	454	474	454	474
Receita de serviços de carga e descarga		44		44
Receita de aluguel	1.158	1.551	1.158	1.551
Provisões tributárias	(621)	(1.388)	(621)	(1.388)
Custas com precatórios	(4)	(7)	(4)	(7)
Outras	1.010	(818)	1.011	(818)
	<u>43.924</u>	<u>42.183</u>	<u>43.925</u>	<u>42.183</u>

- (i) São créditos de ICMS, PIS e COFINS calculados sobre taxa de administração de cartões, manutenção de equipamentos, água e esgoto, comunicação de dados, material de embalagem, entre outras despesas, onde se conclui que, tais despesas são essenciais à operação.
- (ii) Receita de contratos logísticos correspondem a acordos comerciais com fornecedores, o fato gerador destes acordos está relacionado a opção do fornecedor em utilizar o Centro de Distribuição como forma de realizar entrega centralizada, desta forma o custo de distribuição para as lojas (carga e descarga, frete e armazenagem), fica por conta da Companhia, que busca compensar pelos acordos comerciais logísticos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa financeira				
Juros de empréstimos bancários	(17.875)	(22.838)	(17.875)	(22.838)
Juros de financiamentos bancários	(1.229)	(1.393)	(1.229)	(1.393)
Juros e multas sobre parcelamento de impostos (i)	(1.826)	(1.328)	(1.826)	(1.328)
Juros de arrendamento mercantil	(2.371)	(2.906)	(2.371)	(2.906)
Variações monetárias passivas	(3.754)	(11.550)	(3.755)	(11.550)
Despesa de variação cambial		(273)		(273)
Perdas com precatórios (i)		(443)		(443)
Ajuste a valor presente	(20.921)	(24.500)	(20.921)	(24.500)
Outras	(2.462)	(1.803)	(2.480)	(1.834)
Total das despesas financeiras	<u>(50.438)</u>	<u>(67.034)</u>	<u>(50.457)</u>	<u>(67.065)</u>
Receita financeira				
Variações monetárias ativas	5.849	3.761	5.849	3.761
Juros recebidos	1.200	1.918	1.192	1.897
Receita de variação cambial				
Ganhos com precatórios (Nota 10)	2.250	1.064	2.250	1.064
Outras		255		256
Total da receita financeira	<u>9.299</u>	<u>6.998</u>	<u>9.291</u>	<u>6.978</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(41.139)</u>	<u>(60.036)</u>	<u>(41.166)</u>	<u>(60.087)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	24.848	30.071	26.244	30.906
Alíquota do Imposto	34%	34%	34%	34%
IR/CS pela alíquota nominal	8.448	10.224	8.923	10.508
Diferenças permanentes	2.405	4.878	2.405	4.878
Juros sobre capital próprio	(3.681)	(4.552)	(3.681)	(4.552)
Diferidos sobre precatórios ano corrente	(136)	(170)	(136)	(170)
Diferidos de anos anteriores	1.386		1.386	
Correção depreciação dedutível		623		623
Saldo negativo referente a anos anteriores		116		116
Diferidos de diferenças tributárias indedutíveis	(29)	174	(29)	174
Efeito da redução da base (Lucro Presumido controlada)			(475)	(284)
Total contabilizado controladora	8.393	11.293	8.393	11.293
Total contabilizado controlada			1.396	835
Total contabilizado no exercício:				
Corrente			1.396	835
Diferido	8.393	11.293	8.393	11.293
Alíquota efetiva	27%	29%	30%	31%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos, as transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Contas a receber (i)	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Argus Empr.Imobiliários Ltda.	1		1	
Dutrido Alimento Ltda	43	44	43	44
Ebc - Empresa Brasileira De Comercializacao Ltda	97	174	97	174
Incomar Empreendimentos Imobiliarios Ltda	5		5	
Inga Comercial Atacadista Ltda	31	10	31	10
Instituto Cidade Cancao	2		2	
Iporã Com.Distr.Repr.Agua Refres.Beb.Alc.Alim.Ltda		2		2
Neo Comunicacoes e Publicidades Ltd	2	67	2	67
Sul Brasileira De Distribuicao De Agua Ltda Me	12		12	
Vinicola Intervin Ltda	16	12	16	12
Safira – Sul Brasileira de Distribuição		3		3
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.		63		63
Cooper Cred Administradora de Cartões Ltda	36.457	21.788	36.457	21.788
	36.666	22.163	36.666	22.163
Contas a pagar - fornecedores (ii)				
Passivo circulante				
Fornecedores Partes Relacionadas				
CTC Administradora e Participações Ltda.	47	46	47	46
Dutrido Alimentos Ltda.	1.313	1.246	1.313	1.246
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	5.981	8.451	5.981	8.451
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	650	770	650	770
Jadon Comércio Importação e Exp. Ltda.		850		850
Iporã Com. Distr. Água e Bebidas Ltda.		37		37
Vinicola Intervin Ltda.	299	351	299	351
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	27	27	27	27
GMC Administração e Participações Ltda.	4	4	4	4
Cooper Cred Administradora de Cartões Ltda	796	707	796	707
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	86	72	86	72
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	1	1	1	1
	9.204	12.562	9.204	12.562
Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda	4.775	4.434		
Incomar Empreendimentos Imobiliarios	3.005	-		
	7.780	4.434	9.204	12.562
Passivo não circulante				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda (Nota 16 (v))	28.897	32.785		
	28.897	32.785		
	38.101	45.347	9.204	12.562

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Partes relacionadas – mútuo (iii)

	Controladora	
	2017	2016
Ativo não circulante – outros ativos		
Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.005	62
Pighes Empreendimentos e Participações Ltda.		254
	3.005	316

Partes relacionadas - AFAC (iv)

	Controladora	
	2017	2016
Investimentos		
Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda.		1.008
		1.008

Contas de resultado (v)

	Controladora			
	2017			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus - Empreendimentos Imobiliários Ltda.				(318)
Cardoso Administradora de Bens Ltda.				(478)
CTC Administradora e Participações Ltda.				787
Dutrigo Alimentos Ltda.	45	(32)	(10.763)	(215)
Easy - Incorporação e Adm. de Imóveis Ltda.				1.137
EBC - Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	3	(2)	(38.159)	542
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	308	(224)	(1.087)	
Iporã Com. Distr. Água e Bebidas Ltda.				20
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.				(49)
GMC Administração e Participações Ltda.			(858)	240
Vinícola Intervin Ltda.	1	(1)	(1.689)	(941)
Cooper Card Administradora de Cartões				
	357	(259)	(52.556)	725

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	2016			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus - Empreendimentos Imobiliários Ltda.				7
Cardoso Administradora de Bens Ltda.				(301)
CTC Administradora e Participações Ltda.				(471)
Dutrigo Alimentos Ltda.	37	(29)	(9.561)	(59)
Easy - Incorporação e Adm. de Imóveis Ltda.				(304)
EBC - Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	62	(54)	(42.174)	88
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	345	(300)	(1.277)	(180)
Iporã Com. Distr. Água e Bebidas Ltda.			(913)	21
Instituto Cidade Canção	13	(11)		
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.			(6.774)	40
Cooper Cred Administradora de Cartões Ltda.				(969)
GMC Administração e Participações Ltda.				(46)
Vinícola Intervin Ltda.	2	2	(1.406)	(15)
	<u>459</u>	<u>(392)</u>	<u>(62.105)</u>	<u>(2.189)</u>

(i) Os valores a receber com partes relacionadas referem-se principalmente a vendas de produtos.

(ii) As obrigações da Companhia com partes relacionadas estão divididas em:

Aluguel: referem-se à obrigação de aluguéis de imóveis utilizados pela Companhia com as empresas relacionadas CTC e Cardoso;

Compra de Mercadorias: Realizadas junto à EBC e a Ingá Comercial e constituem-se de produtos de cestas básicas e cestas de natal. As compras com a Iporã, Jadon e Vinícola Intervin referem-se a aquisições de produtos no atacado. Já as compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia.

Taxas/Tarifas de Cartões: despesas com a CooperCred, com taxas administrativas de cartões e tarifas de cobrança relativas a essas vendas com cartões.

Leasing financeiro: contas a pagar com a Controlada indireta Pighes Empreendimentos relacionada a operação de aquisição e construção do Centro de Distribuição localizado no município de Paiçandu-PR.

(iii) Os empréstimos com partes relacionadas possuem taxa média de juros de CDI + 0,20% a. m. e vencimentos até 31 de dezembro de 2017.

(iv) O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) foi realizado em 2014 com a Controlada direta Incomar, sendo que o mesmo será integralizado em 2017.

(v) As transações ocorridas no resultado de 2017 da Companhia com partes relacionadas estão assim discriminadas:

Receitas - vendas de mercadorias comercializadas pela Companhia a partes relacionadas;

Custos - custos relacionados às vendas acima descritas;

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compras - As compras realizadas com a EBC e a Ingá Comercial, são basicamente serviços de montagem de cestas básicas e cestas de natal, assim como compras de produtos no atacado. As compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia; e

Outras receitas (despesas) – A receita com a Argus refere-se a receita de aluguel. As despesas com a Cardoso Administradora, CTC Administração, Easy Incorporação e GM Administração apresentadas, se referem a aluguel de lojas ou espaços utilizados pela Companhia. A despesa com a Ingá Comercial é referente a compra de cesta básica para os colaboradores da CSD, a despesa com a Cooper é referente a prestação de serviço de cobrança, e a receita com a Dutrigo, EBC e Iporã são oriundas de acordos comerciais conforme as transações de compras de mercadorias.

A Companhia é avalista apenas da controlada Pighes conforme a operação de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e não possui qualquer vínculo de avalista com as demais partes relacionadas.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>8.062</u>	<u>6.107</u>

29 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Importância segurada</u>
Incêndio, raio e explosão (básica)	R\$ 835.216
Danos elétricos	R\$ 300
Vendaval/granizo/impacto de veículos	R\$ 3.100
Vidros/anúncios luminosos	R\$ 360
Responsabilidade civil operações	R\$ 1.000
Responsabilidade civil empregador	R\$ 500
Seguro Garantia	R\$ 3.116
Lucros cessantes decorrentes da básica	R\$ 5.325
Outros	R\$ 225
Mercadorias em transporte	Ad Valorem
Veículos	Apenas terceiros

* * *